

Programa de Pós-Graduação em Economia

**PROGRAMAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA NA AMÉRICA LATINA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE
E ALIMENTAÇÃO E O PROGRAMA FOME ZERO.**

Michele D. Siqueira Borges

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MICHELLE DA SILVA BORGES

**PROGRAMAS SOCIAIS DE COMBATE À POBREZA NA AMÉRICA LATINA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE
E ALIMENTAÇÃO E O PROGRAMA FOME ZERO.**

Banc executor

Prof. Dr. Antônio César Ortega (IE/UFU)

Prof. Dr. Carlos Eduardo de Freitas Vian (ESALQ/USP)
(Membro)

Prof .Dr. Niemeyer Almeida Filho (IE/UFU)
(Membro)

Prof .Dr. Niemeyer Almeida Filho
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia – IE/UFU

Dedico este trabalho aos pais, Adriano e Carlos, exemplos de perseverança e dedicação.
Agradeço.

Agradecimentos

Se sou r de d id s q e conseg u ir a os escre er o tr a dissert a o co hist ri s d a id a c d ic For a t ntos encontros e desencontros, for a t nt s s a egri s. s gri s, s noites de sonos a dor idos. W e a pen Co o diri a nosso gr nde poet a Fern ndo Pessoa a t do e pen se a a n o peq en a M s a certez q e tenho q e e a e a is ind os gr ndes a igos q e encontr ei por est a orn d a

E or a a dissert a o se pe a s a fin id de c d ic a tr a ho indi id a a h contri u i oes de n t rez a di ers a q e n o pode e ne de e deix r de ser re a dos. Por ess a r z o, dese o express r e s sinceros a gr deci entos.

Agr de o a De s pe o a ento n s hor s a is dif ceis. Agr de o e s p is, s pesso s a is i port ntes d a inh a id a exe p os de dignid de, h a id de, perse er n a a egri e f a. Agr de o a inh a gr nde a ig e ir a N a r a q e n s hor s a is dif ceis se pre tinh a a p a r de conforto, q e e restit u a p z e a esper n a de cont n r. Agr de o t a s a inh s o tr s ir a s, n o de s ng e a is por consider a o. An F i e R a e, pesso s q e e a d r a u ito e q e se pre est o o e do. Creio q e n o preciso dizer a is n d a p a r ir a res a e o senti ento gr nde q e tenho por oc s.

Ao e a orient dor e a igo, Prof. Dr. Ant nio C s r Orteg a pe o const nte incenti o, se pre indic ndo a dire o a ser to a nos o entos a is dif ceis, inter oc u tor partic r d s a inh s inq u iet a oes. Agr de o pe a p ci nci a persist nci a e pe a confi n a e i a deposit d a

Agr de o a todos os o tros professores do Instit to de Econo i a se exce oes, q e ti er a a enor e contri u i o e inh a for a o c d ic a e pesso a. Direciono os professores Nie eyer, M rce o e W ness a gr deci ento a is q e especi a, pois a dess s contri u i oes, proporcion r a o entos de ref exoes q e e e r a a a crer q e a riqu ez a d a Ci nci Econ ic est e s a p u r id de.

Agr de o os e s gr ndes a igos do a estr do: M ris a ess a enin a e n o de g e rd a por onde p ss a cont gi a todos co este sorriso a gn fico. Le r o e de po c s a zes q e a i triste, a n o ser, c r o, no sho a dos Los I er a nos.

Li a r: I enriq e & Di n este trio eio diret a ent e do Ce r p r a torn r e s di s a is gr d a eis, pesso s a r a i hos s, de a cor a o enor e e de a a si p icid de a indescrit e. Creio q e fut r a ente er e os rios a rtigos co estes no es.

Rine e N t i a gr ndes a ig s do peito, co p rti h a os o entos inesq ec eis, ess s si for a co p nheir s de a t a h Ne sei o q e dizer a oc s. Co certez a c d a de o a u ito e s a tenho q e gr decer pe a a a iz de sincer a q e constr u os a ongo a dess a orn d a

C s r e a nior, esses dois r p zes s o os reis do a ist rio, de a a perspic ci a e inte ig nci a for a do co a. A a de t do, a u ito e h a or dos, ti e a u it a crise de ris d s co a estes r p zes, a u ito o rig d a pe a a iz de e pe o c rinho.

a i n e L a ci est s s o s inh s a ig s a is recent es, por p rece q e a gente se conhece a eternid de. Pessoa s a u ito especi is p r a i, q e e der a u ito poio e a f se de ic d a do a estr do. S i a q e or a n o e cor a o, e q e a dist nci a n nc a fet r o c rinho e respeito q e tenho por oc s. Aind e q e a id a c d ic a p r a a d s a ng sti s, nos per ite conhecer De s e o a ndo.

Agr de o t a todos os a ncion rios do a E a F a especi a ente os a eridos, W ine, An aerez a Re ne, M a r, Sir ene e Sr. Di genes.

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente... Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalharam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos- dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos- e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública (Josué de Castro, 1952).

... as políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, não devem ser vistas como um valor em si mesmo; devem ser entendidas, isto sim, como um elemento a ser compreendido dentro do contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessa estrutura (FALEIROS, 1987).

RESUMO: A pobreza tem sido constante na sociedade latino-americana. As desigualdades persistem e resistem às políticas sociais concionais, trazendo o crescimento de 990 no período de tecnológico e econômico de vários governos na América Latina. O que é evidente, é diversos estudos realizados neste período, que a pobreza nestes regimes possui características históricas, e que, portanto, os meios para enfrentá-la requerem ações que vão além do planejamento econômico e não somente em seus efeitos. Por isso, neste trabalho discutimos a importância da América Latina além de como a pobreza está dissertando se propõe a analisar dois deste programas sociais de combate a pobreza: o primeiro é o Programa Fome Zero no Brasil e o PROGRESA, hoje Oportunidades no México. O objetivo central foi compreender as concepções teóricas originárias destes programas e tentar responder, dentro do contexto de reorientação da política social na América Latina, se há ou não diferenças entre eles. Chegamos às conclusões que há diferenças e que, estas se circunscrevem aos seguintes pontos: i) diferente percepção de enfrentamento da pobreza; ii) focalização diferenciada; e iii) enfoque territorial. De forma geral, o ser dos países, o projeto regional, por meio de propostas de segurança alimentar, a recuperação da dignidade dos direitos sociais, isso não pode ser visto no contexto no qual predomina o modelo de políticas sociais focalizadas. Quanto ao programa mexicano, por meio da análise de seu projeto, o ser dos países e seu diagnóstico e suas propostas se inserem no contexto de reformas sociais propugnadas pelo receituário neoliberal.

Palavras-chaves: Programa Fome Zero, Programa Fome, Pobreza, Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

ABSTRACT

The poverty has been constant in the Latin American society. Its persistence and resistance to the conventional social policies, bringing it again in the decade of 90 to the decade of the late and the severe governments' public expenditure in Latin America. This is evident, in several studies accomplished in this period, it is that the poverty in this region possesses a historic structural character, and that, therefore, the means to face it require actions that are compatible with its vicious circle and not it minimize on any its effects. In the last decade it has been emerging in America Latin continental actions to the poverty. This dissertation she intended to analyze two of this social programs of combat to the poverty, had as innovators in Latin America: the ZERO HUNGER PROGRAM in Brazil and the PROGRESA PROGRAM, today, OPORTUNIDADES in Mexico. The central objective went compare the conceptions theoretical, origins of these programs and to try to answer, inside of the context of a new orientation of the social policy in Latin America, there is or not differences among them. We reached the conclusion that there are differences and that, these they are related to the following points: i) different perception of combat of the poverty; ii) focusing areas, sectors and, iii) it focuses territorial. In general we observed that, the Brazilian project, by means of proposal of food security, goes for to rescue the dignity of the citizens of the social rights, that is not little in a context in which the "new" mode of politics social focusing prevails. With relationship to the Mexican program, by means of the analysis of its project, we observed that its diagnosis and its proposals coincide with the demand of reforms social defended for the prescription neo-liberal.

Keywords: **Zero Hunger Program; Progresas; Hunger; Poverty; Food Security Policy and Nutrition.**

Lista de Tabelas, Quadros e Gráficos

Quadro0	Diretrizes p r Po tic de Seg r n A i ent r e Nu tricion	35
Gráfico0	G sto Soci Apro do p r S per r Po rez	47
Gráfico02	Particip o dos Progr s d ertente de desen o i ento I no p r o no de 200 %	49
Anexo 0	Propor o d Pop o Po re exic n 992 2000 %	55
Quadro02	P cote B sico de Ser ios de S de	55
Anexo 02	C ssific o do N e de M rgin iz o	59
Gráfico03	F i s enefici d s pe o OPOR N DADES, 2002-2005 i hdes	62
Gráfico04	E o o dos g stos do OPOR N DADES 99 200 i hdes de peso	63
Quadro03	Co p r o de A g ns M todos Diretos e Indiretos p r Mens r o d Fo e, Po rez e Desn tri o no Br si	82
Anexo 03	Esti ti de enefici rios do Pro eto Fo e Zero	84
Anexo 04	Met s Fisic s e Fin nceir s de g ns Progr s Desen o idos pe Secret ri de Seg r n i ent r e Nu tricion – SESAN 2004	98
Anexo 05	A ões do Fo e Zero co iores Mo es de Rec rsos	100

List de Sig s

BM – Banco Mundi
 BID – Banco Interericano de Desenvolvimento
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social
 CAPES – Centro de Apoio ao Ensino e Pesquisa
 CQ – Transferncias Monetrias Condicionais
 CDESC – Comitê dos Direitos Econmicos, Sociais e Culturais
 CEPAL – Comissao para a Amrica Latina e o Caribe
 CFP – Comissao de Financiamento de Produo
 CBRAZEM – Companhia Brasileira de Arzenagem
 CIDE – Centro de Investigao e Documentao Econmicas
 COBAL – Companhia Brasileira de Aio
 CMA – Companhia Mundi de Aio
 CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
 CONDELS – Conselho de Desenvolvimento Local
 CNSA – Conferncia Nacional de Segurana Alimentar
 CONSAD – Conselho Nacional de Segurana Alimentar e Desenvolvimento Local
 CONAFE – Conselho Nacional de Fomento Educativo
 CONSEA – Conselho Nacional de Segurana Alimentar
 CONPROGRESA – Coordenao Nacional do PROGRESA
 DIF – Desenvolvimento Integrado da Famlia
 EDA – Equipe de Diferenciado de Apoios
 ENCASEI – Pesquisas de Caractersticas Socio-econmicas dos Doadores
 ENGI – Pesquisas Nacionais de Rendimentos dos Doadores
 FAO – Organizao das Naes Unidas para a Amrica Latina e o Caribe
 FIM – Fundo Monetrio Internacional
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatstica
 IMSS – Instituto Mexicano de Seguro Social
 IMSSsoidrid – Instituto Mexicano de Seguro Social
 INAN – Instituto Nacional de Aio e Nutrio
 INEGI – Instituto Nacional de Estatstica Geografica e Informtica
 INPEA – Instituto de Pesquisas Econmicas Aplicadas
 LP – Linha de Poos
 MDS – Ministrio do Desenvolvimento Social e Combate Fome
 MESA – Ministrio Extraordinrio de Segurana Alimentar
 OI – Organizao Internacional do Trabalho
 PAA – Programa de Abastecimento de Aio
 PAC – Programa de Apoio do Cooperativismo
 PA – Programa de Aio do Trabalhador
 PASSPA – Programa de Servios de Sade para a Populao Adulta
 PFZ – Programa Fome Zero
 PNAD – Pesquisas Nacionais por Amostragem de Doadores
 PNAM – Programa Nacional de Incentivo ao Aio Materno
 PPS – Programa de Prioridades Sociais
 PSA – Programa de Suplemento Alimentar
 PROGRESA – Programa de Educao, Sade e Aio
 PRONAN – Programa Nacional de Aio e Nutrio
 PRONASOL – Programa Nacional de Soidade
 SEDESOL – Secretaria de Desenvolvimento Social
 SEP – Secretaria de Educao Pblica

SESAN – Secretaría de Seguridad Alimentaria y Nutrición
SIJCP – Secretaría de Moratoria y Crédito Público
SSA – Secretaría de Salud
SNAAB – Superintendencia Nacional de Asesoría al Estado

Sumário

Listagem de Questões e gráficos.....	ix
Listagem de Siglas.....	x
Introdução.....	4
CAPÍTULO 1: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DA CAPACIDADE PRODUTIVA À GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO.....	9
1.1. Evidências e Questões-chave Sobre concepção.....	20
1.1.1. A Construção do Conceito de Segurança Alimentar no Documento Supranacional.....	20
1.1.2. A Evolução do Conceito de Segurança Alimentar de 1980: um novo paradigma.....	24
1.2. Histórico da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Alimentar no Brasil.....	30
1.2.1. As Análises Paradigmáticas de 1980 de Castro.....	30
1.2.2. Políticas Anteriores Ligadas à Alimentação no Brasil: das Políticas de Assistência Social às Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (1980-1990).....	33
1.2.3. Segurança Alimentar e Nutricional nos Anos 90.....	33
1.2.4. Retomando o Debate: Construção de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.....	37
1.3. Dimensões da SAN.....	40
Considerações Finais Sobre o Capítulo.....	45
CAPÍTULO 2: PROGRESSA: UMA NOVA OPORTUNIDADE PARA SE COMBATER A POBREZA.....	47
2.1. Antecedentes Indiretos do Programa de Educação, Saúde e Alimentação.....	50
2.2. Programa de Educação, Saúde e Alimentação PROGRESA.....	50
2.3. Base Conceitual da Pobreza e Descrição do Programa.....	53
2.3.1. Estratégias e Objetivos do PROGRESA.....	54
2.3.2. a) A Família como Unidade de Análise.....	57
2.3.3. b) Fomento Co-responsabilizadora dos Pais.....	58
2.3.4. c) Enfoque Integrado: educação, saúde e alimentação.....	59
2.3.5. d) Transparência e Objetividade.....	60
2.3.6. e) Fomento Apoio Comunitário e das Autoridades Locais.....	60
2.3.7. f) Estreita Coordenação entre Níveis do Governo: federal, estadual e municipal.....	61
2.3.8. g) Coparticipação de outros Programas.....	62
2.3.9. h) Avaliação Periódica.....	62
2.4. Componentes do Programa.....	63
2.4.1. Educação.....	63
2.4.2. Saúde.....	64
2.4.3. Alimentação.....	64

2.5	Método atual do Programa: processo e etapas.....	7
2.5.1	Etapa 1: Foco no Geográfico e no processo de identificação dos beneficiários.....	9
2.5.2	Etapa 2: Critérios para identificação dos Beneficiários.....	9
2.5.3	Etapa 3: Incorporação dos Beneficiários do PROGRESA.....	10
2.6	Elementos do Programa.....	7
	Considerações sobre o Capítulo.....	3
CAPÍTULO 3: PROBLEMA DO FOME ZERO: UMA PROPOSTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O BRASIL.....		
3	Formação do Programa Fome Zero.....	97
3.1	Quê é o Fome Zero.....	7
3.2	Programa Fome Zero: evolução do método de quantificação do problema no Brasil.....	83
3.3	Proposta de Política de Segurança Alimentar: Política de corte público.....	85
3.4	Argumentos: No Institucionalidade.....	90
3.5	Elementos do Programa.....	93
	Considerações sobre o Capítulo.....	0
CAPÍTULO 4: AS DIFERENTES CONCEPÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PROGRESA E PFZ.....		
4	PROGRESA versus FOME ZERO.....	05
4.1	Diferentes "percepções" de Enfrentamento da Pobreza.....	05
4.2	Foco nos "persuasiões".....	
4.3	Enfoque territorial.....	5
	Considerações sobre o Capítulo.....	9
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
	BIBLIOGRAFIA.....	2
	ANEXO A - Serviços Alimentares.....	34
	ANEXO B - Mensuração da Pobreza Mexicana.....	38
	ANEXO C - Questionário socio-econômico dos Domésticos.....	39

Introdução

A pobreza tem sido constantemente uma sociedade em desenvolvimento. A sua persistência e resistências políticas sociais condicionais, trazem a necessidade de 90 no âmbito de teóricos e tendências políticas de vários governos. A América Latina O que ficou evidente, e diversos estudos realizados neste período, que a pobreza nestas regiões possui características histórico-estruturais, e que, portanto, os meios para enfrentar - requerer ações que o processo se torne mais eficaz e não somente venha a ser efeito.

Segundo Gordillo (2003), na América Latina e Caribe, em 1994, 54 milhões de pessoas que sofriam com fome e desnutrição, o que equivale a 15% da população. Em 1990, 60 milhões de pessoas eram afetadas, e que outros milhões foram afetados em 1990. Na América Latina e Caribe existem aproximadamente 2 milhões de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema. Desse total, 77 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza extrema, constituindo 4% da população, sendo 4 milhões de pessoas indigentes. Isto significa que 15% da população que vive em situação de pobreza extrema não pode satisfazer suas necessidades básicas. A situação, no caso latino-americano, o grau de contingente dos que se encontram em situação de insegurança alimentar.

Além disso, esse quadro recente, não tem sido a prioridade na América Latina. Muitas das políticas de combate à pobreza. Segundo relatório do CEPAL (2003), pode-se identificar no interior dessas ações que tendem a ser distintas e que podem contribuir para a redução da pobreza: transferência de renda condicionada, programas de associação dos membros de famílias; geração de emprego, que se pode promover o desenvolvimento do setor público

GRAZIANO DA SILVA, A. DEL GROSSI, E. A. AGUIAR (2003) afirmam que existe uma estreita relação entre os conceitos de pobreza, desnutrição e fome, indicando que a pobreza pode ser definida. O conceito de pobreza ocorre quando, por falta de recursos financeiros de renda pessoal não consegue obter acesso aos meios de subsistência básicos, tais como: alimentação, saúde, habitação, educação, dentre outros e elementos básicos que constituem a dignidade. A fome ocorre quando as pessoas não conseguem obter a quantidade necessária de energia requerida para a manutenção de seu organismo, considerando as variáveis físicas e nutricionais do ser humano. A desnutrição, que é gerada em parte pelas situações de fome e pobreza decorre da inadequação alimentar nos aspectos quantitativos e qualitativos dos nutrientes.

Segundo ROCHA (2004), de 1990 para 2002, o perfil da pobreza no Brasil tem sido significativo. Foi nos últimos anos, onde os indicadores de pobreza e fome ocorreram nos últimos anos de 1990, que ocorreu o aumento da pobreza. Como resultado, o fim do período, são evidentes as diferenças e termos de proporções de pobreza e desnutrição, e a importância de considerar o crescimento, o ser humano, inclusive, a definição das políticas de combate à pobreza, refletindo a redução da pobreza e o crescimento da pobreza. De acordo com o relatório de 1990: 5,49% de pessoas em situação de pobreza extrema, 29,4% em situação de pobreza moderada e 8,7% em situação de pobreza leve. No ano de 2000, esses números passaram a ser respectivamente 4,48%, 48,72%, 31,90%.

zonas populares, com o objetivo de atingir o-de-or-oc que se referem ao setor
trabalho; c) inexistente e infraestrutura econômica e social que favoreça condições
de vida da população, e b) capacidade de gerenciamento dos grupos populares; d)
instituição de crédito e assistência técnica aos pequenos produtores.

Esses programas são "estratégias reformatórias" das políticas sociais, o
que, em nosso entender, se distingue do campo das políticas universais por centrar-se e
transferências monetárias focalizadas. Estes programas são, portanto, construção de novas
instituições, características de descentralização e focalização das políticas de combate à pobreza.
Esses programas são "novos" programas, presentes na Ação Lúcia, apresentam-se seguintes
características: i) dirigidos a grupos específicos; ii) utilização do dinheiro com o incentivo à
modificação do comportamento individual; iii) condicionamento das transferências ao
cumprimento de certas condições por parte dos beneficiários; iv) canalização das transferências por
intermédio de comitês locais rigorosos de seleção.

Importante ressaltar que esses programas "novos" surgem no contexto de
reorientação das políticas sociais na Ação Lúcia. Esta mudança se opera por meio de
um novo paradigma das políticas sociais, o da focalização, que em si redefinição das
responsabilidades entre o Estado e a sociedade em relação à questão social.
orientada pela ideia de fortalecer a capacidade dos populares para enfrentar a pobreza. Ainda
o ser-se neste "novo" contexto reconstrução do trabalho em questão social, passando
de um diálogo de proteção, teórico produtor de "estabilidade" social, por centrar-se sobre
seus efeitos. A questão social passa a ser tratada como "medidas setoriais focalizadas" de
combate à pobreza no âmbito da "ação social". O que se desdobra-se o centro das políticas sociais de
diálogo de redistribuição de riquezas para o trabalho em compensação dos seus efeitos
positivos. Desincorporando a pobreza dos seus determinantes estruturais.

Neste "novo" paradigma focalização constitui o componente básico e permanente
para a formação de políticas sociais "acionadas" estruturais no campo da economia
e competitiva. A sua operacionalização destina-se a diferenciar o acesso ao serviço
de saúde focalizado da população; descentralização das ações e organização de
instituição dos setores sociais e políticos no âmbito do "concertado" segundo o "objetivo" e "efeitos"
dos programas. Entre outras razões se mencionam que:

focizaci3n contriye entree ipcto de os progr3s so re
p3ci n3o eti o y hcer s f or e re ci n costo- eneficio; y e or re
dise3o de os progr3s fci it r3 identificaci n de pro e y. is o
tie po. precis r for v3ci n de s3cciones diferenci d s p r s3 tenci n seg n
e perfi de 3po 3ci n qe res t3 enefici d 3o e tipo de de 3nd 3 qe se dese
reso er CAND/A. 998:

Agns tores sustent qe s inter en 3es p ic s foc iz d s res t3
erd deir ente efic zes e circnst nci s especi is de recess3o e crise e qndo s3o
co pnh d s de po tic s qe te u 3 oc 3o is niers. O3 tores di erge
dest3 concep 3o e fir qe p r 3 do contexto de 3ste qe est enfrent 3ndo o p 3s.
perspecti 3 foc iz dor te nt gens. qe per ite orient r os rec 3rsos 3 3 gr 3o
identific 3o e de i it do d 3pop 3o. de is. sseg r 3 ipcto 3or n 3so 3o dos
pro e s qe tinh 3ido detect do n f se de e 3or 3o do di gn stico.

De 3 for 3 ger 3 ess 3 d n 3 de p r dig 3 no p dr 3o de po tic 3 soci 3 est
3soci d 3o o p pe do Est do n tr nsi 3³ dos ode os de desen o i ento. Se ntes o
Est do f zi 3 po tic 3 soci 3 p r 3 s c sses org niz d s. co o for 3 de conseg ir 3poio
po tico. nos di s de ho e o Est do c p z³ foc iz 3 o g 3sto soci 3 p r 3 os gr 3pos is
3ner eis. no int 3to de ten r os efeitos d s po tic s de 3ste 3roecon 3ico.

3endo e ist 3este contexto. nos prop 3se os 3est d r dois progr 3 s soci is. tidos
co o ino dores n 3 A ric 3 L tin 3 o PROGRAMA FOME ZERO no Br 3i e o

³ De 3 for 3 ger 3 seg ndo O 303:2 3 tr nsi 3o de ocr tic 3 n s d c d s de 980 990. 3tero s
re 3bes entre Est do e Soci ede. n 3 A ric 3 L tin 3 e p s s 3bes de co 3te po rez co o co pro iss3o
tico e po tico d 3gend p 3ic 3. Ess 3 tr nsi 3o foi 3rd 3 por tr s din 3ic s distint s qe confor 3
o i entos de hege 3oni e contr 3hege 3oni s for s n3o- i 3r is: A *primeira etapa*, express3o -se pe 3 t
de ocr tic 3 de 3ert r 3 po tic 3 e de exp 3os de o i ent3 rei indic 3ti os pe os direit3s d 3os.
especi 3 ente n s 3r n s. D s for s f nd 3 ent is cond 3ir 3 este processo: o no o sindic 3is 3 e os
o i ent3s soci is. de 3 exp 3os de redes 3soci 3ti s qe e c n 3iz 3 de nd s. express 3ndo-se nos
p 3tidos de oposi 3o regi e 3torit rio. Este contexto este e 3soci 3o 3tos gr 3s de conf ito e de
de 3nd s. e 3 3 processo inf 3cion rio crescente. 3t 3ente inefic z no p 3no po tico e econ 3ico. A
concert 3o entre os 3gentes possi 3ito 3 3re 3o distint d s c sses tr 3 h dores e pop 3res. n 3
contexto de negoci 3bes. A *segunda etapa*, dos 3tes instit 3ion is. constit 3-se 3o ento de dec 3nio dos
conf itos. se pe for 3o dos esp 3os instit 3ion is n reg 3o dos es os no 3ito egis 3ti o. se e
decorr nci d 3 crise do 3o i ento sindic 3. desenc de d 3pe desreg 3o do siste 3de c 3 3o fordist 3
co 3 ento do dese 3rego e d 3prec ried de dos 3nc 3s pe o tr 3ho y se 3nd 3e retr 3o dos
o i ent3s soci is r nos e refor o de 3o i ent3s identit rios. de n t rez 3 c t r e 3 3 ient 3ist 3. O
res 3to deste processo de 3ste refor o 3 for 3o exec 3ti o e o 3to peso d s tecnocr 3i s n 3to d 3de
decis3es. especi 3 ente qe s inc 3 d s 3eq 3ipe econ 3ic 3 h3ge nic s no ogo d3s 3stes e n 3
est 3 iz 3o d 3oed 3 tecnific 3ndo 3po tic 3. A *terceira etapa*, qe se inicio 3 desde fins de 90. reconhece qe
3est 3 iz 3o i port nte s 3o s3ot 3ente ins 3iciente. O ser 3os i ites per 3rsos d 3o i perios d 3
desreg 3o 3torit ri e d 3rg nci de 3 3gend 3 qe conte p 3e 3 *integra33o e a co3s3o soci als* co o
priorid de 3 s3ot 3 eq 3cion d s no contexto do desen o i ento h 3no e no enfrent 3 ento d 3po rez 3. A
reorient 3o d 3po tic 3 soci 3 centr d no co 3te po rez 3o eti 3 port nto. red 3zir 3s feitos d 3rsos dos
3stes estr 3t r is e d 3reestr 3t r 3o prod 3ti instit 3ion iz 3ndo-se 3rge do c 3po d 3profe 3o soci 3.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ALIMENTAÇÃO, hoje, OPORTUNIDADES, no México. A proposta gerada deste trabalho reúne a análise comparativa entre estes programas. O nosso questionamento se refere às diferenças de concepção teórica dos programas, tendo em vista o recorte teórico "único" para a Política de Políticas Sociais Focizadas, proposto pelas Agências Internacionais.

Portanto, partimos das hipóteses de que há diferenças. O Programa Fome Zero - como foi formado originalmente, por aspectos assistenciais, apresenta propostas e ações específicas, apresentando maior capacidade de gerar impactos devido ao fenômeno de pobreza.

A metodologia utilizada nesta dissertação está baseada não só de fontes secundárias, como: revisão de literatura; documentos do Projeto Fome Zero (PFZ); relatórios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO); Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESOL); Centro de Investigação e Documentação Econômica (CIDE); e Banco Mundial (BM).

Para a construção do objetivo e a justificativa da hipótese, a dissertação está estruturada de maneira seqüencial, descrevendo e introduzindo e considerando as finalidades, temas e questões centrais. No primeiro capítulo, tratamos da construção do conceito de segurança alimentar, nos âmbitos internacional e nacional. Neste capítulo, procuramos destacar as condições de desenvolvimento da Política de Segurança Alimentar, econômica e estrutural de desenvolvimento, que é associada ao crescimento econômico e equidade social. O intuito deste capítulo é fornecer bases para o capítulo seguinte e realizar o resgate histórico do debate sobre fome e desnutrição, sintetizando seus aspectos e dificuldades a serem enfrentados.

No 2º capítulo, apresentamos o Programa de Educação, Saúde e Alimentação, seus objetivos, ações e estratégias para conter a pobreza. Destacando o caráter inovador do trabalho deste Programa por diversos organismos internacionais. No terceiro, apresentamos o formato original do Programa Fome Zero, destacando seu caráter histórico para o combate à fome e pobreza no Brasil. E, no quarto capítulo, realizamos a análise comparativa entre esses dois programas (PROGRESA e FOME ZERO), e vendo que está a análise inter-século experiências de desenho, planejamento e gestão que foram concebidos. Por fim, gostaríamos de concluir, ser o presente das considerações finais desse estudo.

Cabe destacar que, particularmente no caso do Programa Fome Zero, nossa análise restrita às concepções teóricas originárias de e-se, o fato de que, reconhecida⁴, e foi desvirtuada na medida que foi sendo implementada. Esse abandono de concepções originárias de e-se tanto dos discursos políticos e suas implementações, como da substituição da equipe formadora do Conselho do Ministério extraordinariamente constituído no início do governo Lula em 2003.

⁴ E se trataho — análise preliminar do “regime” do Programa Fome Zero: discursos políticos, sociologia de desenvolvimento”. SOUZA, 2007, constitui que, a implementação do Programa Fome Zero foi caracterizada pelo abandono das implementações. A teorização e a prática de construção de instituições passaram do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e apreendidos nos dois primeiros anos de governo, implicando e possibilitando a implementação do Programa.

CAPÍTULO 1

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: DA CAPACIDADE PRODUTIVA À GARANTIA DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO

A questão alimentar não pode ser analisada exclusivamente sob o aspecto econômico, pois o acesso à alimentação disponível depende de fatores econômicos, sociais e nutricionais. A alimentação deve ser analisada sob diversas perspectivas, as quais são, em essência, teóricas e complementares. A perspectiva econômica não se refere ao preço de oferta e de demanda, ao custo, aos preços dos alimentos e ao rendimento dos sistemas, mas aos principais componentes: perspectiva nutricional, com enfoque nos constituintes dos alimentos proteínicos e outros, isto é, dentro dos indispensáveis à saúde e à existência do indivíduo, nas características e nas relações entre dieta e doença; perspectiva social, sobretudo nas relações entre a alimentação e a organização social do trabalho, a diferenciação do consumo, os ritos e estilos de vida; perspectiva cultural, interessando nos gostos, hábitos, tradições e representações. OLIVEIRA & ILLIENBAUM, 1999.

Segundo CASARRO (1993), dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas ao problema alimentar reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, com o que o campo de manifestações sistematicamente econômico e social. Segundo o autor, a expressão ideológica dos aspectos sociais. Neste sentido, a fome constitui-se e manifesta o caráter ideológico do Direito à Alimentação adequada.

O reconhecimento do direito universal à alimentação constitui um fundamento necessário ao estabelecimento de um programa de Segurança Alimentar, sob a esfera dos Estados Nacionais, sob o patrocínio de órgãos coordenados e internacionais. O estabelecimento do direito de todo o indivíduo ao que, em princípio, significa que nenhuma restrição relativa à alimentação existe. A Declaração Universal dos Direitos Humanos dos Estados Unidos, de 1948, estabelece o direito humano básico, e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, promulgado pela Assembleia Geral dos Estados Unidos, em 1966, definiu e precisou este direito.

Neste capítulo, trataremos da construção do conceito de segurança alimentar, nos âmbitos internacional e nacional. Constata-se que o conceito de segurança alimentar tem que ser entendido e seu contexto histórico, no âmbito de interesses políticos, por isso firmamos que este conceito é construído e tem uma dimensão política. Adicionalmente, procuramos

destacar a segurança alimentar como o eixo norte-dor de estratégia de desenvolvimento, que associe crescimento econômico com equidade social.

1.1 Evolução e Questões-chave Sobre o Tema

1.1.1 A Construção do Conceito de Segurança Alimentar no Âmbito Supranacional

O termo Segurança Alimentar tornou-se de grande importância no âmbito mundial, por este ter sido o ponto central da crise de escassez de alimentos de 1972-74 e dos acordos estabelecidos na Conferência Mundial de Alimentos de 1974. A noção de segurança alimentar ganhou contornos mais claros e se tornou um assunto de importância sobre os problemas de fome e de segurança alimentar. Mais do que isso, tem-se maior nitidez de quais respostas se esperam políticas públicas, podendo ser formuladas políticas de insegurança alimentar.

A origem do conceito deste é profundamente idiossincrática de segurança nacional, a organização estratégica e a capacidade de cada país produzir seus próprios alimentos de forma não dependente de barreiras e barreiras, e outros aspectos de otimismo político ou militar. Neste período, a oferta de alimentos está sob o controle de dois conflitos internacionais, os quais geram fortes flutuações no mercado, que fizeram com que os Estados-Nacionais se dessem conta de suas deficiências. Assim, neste contexto, o termo segurança alimentar foi apropriado pelos países desenvolvidos com o que está estruturado no campo da produção e estoque de alimentos. Por conseguinte, a intervenção governamental é dirigida à oferta de alimentos e renda para agricultores. MENEZES, 1998:

Quando se trata de estações de segurança alimentar, se trata de um conceito centrado no produto de alimentos, a ênfase, de modo, tende a ocorrer com o "determinantes externos" todos os elementos não integrados da identidade do grupo; de outro modo, refere-se ao do instante que todo o estabelecimento alimentar como resultado dos problemas de produção agrícola. MALFA, 1994.

O termo segurança alimentar, assim, de origem militar, refere-se ao que está de segurança nacional para todos os países. Neste sentido, aponta-se para a necessidade de desenvolver estoques estratégicos de alimentos e fortalecer a importância da necessidade de estabelecer níveis mínimos para os países. A questão alimentar está associada exclusivamente à capacidade de produção.

No início da década de 90, houve forte crise de oferta internacional de alimentos. Neste período, destacou-se a queda de produção de alimentos, em 1992 e 1994, devido a problemas científicos; e as fortes secas que atingiram a África e o norte por falta de proximidade com 300 milhões de pessoas (FAO, 2000 apud ALMEIDA, 2004). No âmbito de DEEP FORD (2004), estes fatos expressam:

As preocupações não se restringem aos alimentos em geral, mas incidem sobre os países da América e Etiópia e Bangladesh de 1993 e 1994, enfocando a produção de cereais e grãos em todo o espectro de produção agrícola. A maioria dos países não possui condições adequadas de produção de alimentos, sendo necessário em condições para assegurar a produção de alimentos e o desenvolvimento do setor agrícola e os mercados internacionais. A estratégia de segurança alimentar é baseada em políticas de restrição que impediram a produção agrícola e a implementação de políticas e programas para aumentar a produtividade, incluindo a diversificação, a introdução de variedades resistentes a pragas e doenças, a intensificação da produção de alimentos de recursos de solos, a utilização de recursos renováveis de energia e os sistemas de irrigação, a formação de políticas de terra e as formas de crédito agrícola, a inserção em programas de intensificação e extensão, a mecanização e o melhoramento de infraestrutura rural. (ibid., p.3)

Essas crises com consequências foram realizadas no âmbito da Conferência Mundial de Alimentação (CMA) promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) em 1994. A estratégia de desenvolvimento da Conferência era de que:

... Ao término da década não houve nenhuma crise que tenha se conformado com o previsto. A fome, a insegurança alimentar e a má nutrição não foram previstas. (FAO, FSI ECL, 1997:32, apud PESSANI, A., 1998)

Como resultado desta Conferência foram estabelecidas prioridades e estratégias para: intensificação da produção de alimentos; produção fertilizantes, insumos agrícolas e extensão e capacitação; políticas e programas para a segurança alimentar; melhoria do potencial de produção das terras; ordenamento científico das áreas irrigadas, ordenamento e controle dos recursos hídricos; equidade entre a população e oferta de alimentos; pesticidas; programas para o controle da fome e da insegurança alimentar; formação da indústria de alimentos; redução dos gastos com insumos para a produção de alimentos, redução da insegurança alimentar; e a agricultura; políticas e formação da indústria; comércio internacional, estabilização e

re este grupo do modo de produção e entres, incluindo o processo de produção, e os recursos humanos e recursos de Conferência

FAO/FS/ECI/99/32-34

o principal destaque nestas Conferências predomina a ideia de que segurança alimentar e nutricional é um conceito amplo que abrange a produção, a distribuição e o acesso aos alimentos. Deste modo, os principais aspectos das Resoluções acordadas nas Conferências são: Declaração de Nutrição, Segurança Alimentar e Nutricional, e o Plano de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional. O texto também se dedica ao tema da oferta alimentar.

Este contexto fortalece o discurso da indústria química em defesa da Resolução Verde⁵. A ideia de que o fomento da produção agrícola é o principal mecanismo de produção agrícola segura do modo de produção agrícola convencional e o emprego de insumos químicos fertilizantes e pesticidas. A produção mundial de alimentos, incluindo a carne, o leite e os produtos de origem animal, tem crescido rapidamente, e o setor agrícola tem se tornado cada vez mais dependente da tecnologia agrícola. A Resolução Verde é, portanto, um documento que reconhece a importância da produção agrícola para a segurança alimentar e nutricional e o papel da indústria química.

Neste contexto, os argumentos que o mundo não teria condições de enfrentar a produção de alimentos e a melhoria da qualidade de vida da população perde força quando se constata a existência de práticas que se enfrentam a referida situação. A situação de insegurança alimentar e nutricional, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, é um problema de saúde pública que afeta a população mundial.

Desde o final da década de 90, discute-se o seguro alimentar e nutricional nos termos de existência de alimentos e de segurança alimentar e nutricional. Neste sentido, o foco do debate é a garantia do acesso aos alimentos.

De acordo com MAXWELL & SLATER (2003), a segurança alimentar e nutricional é um conceito amplo que abrange a produção, a distribuição e o acesso aos alimentos. Estes autores afirmam que:

⁵ A Resolução Verde é o exemplo do tipo de estratégia de desenvolvimento e de acesso aos recursos genéticos provenientes dos centros de diversidade genética. O surgimento das novas tecnologias gerou tendências de fortalecimento dos direitos de propriedade industrial e intelectual no âmbito internacional, que pode gerar o controle monopólio sobre os processos tecnológicos fundamentais do desenvolvimento de novos produtos e serviços, o que pode resultar em um aumento do custo de produção e do acesso aos produtos e serviços. A situação de insegurança alimentar e nutricional é, portanto, um problema de saúde pública que afeta a população mundial. PESSANHA, 1998:24.

The food policy discourse is short-lived, however. A study Sen (1989) is widely credited with shifting the discourse towards entitlement and access. In fact, this is a ride, perhaps elegantly expressed, could be found in the nutrition literature, and, indeed, in the contributions in food policy to the development of nets. However, the source, the primary concern of the international discourse did shift quite rapidly, from supply to food demand. Entitlement, vulnerability and risk are the new keywords: this is the emergent language of food security. *ibid.*, p.532

O "O direito à Alimentação e à Segurança Alimentar" de Drez e Azeite (Sen, 1989) não desenhava o direito de segurança alimentar como um direito de garantia de acesso. Os autores constatam que não é um fenômeno exclusivo do mundo moderno, o que torna o fenômeno socialmente inter-relacionado e, portanto, construído e político. Ante incertezas nos termos do desenvolvimento da capacidade de produção agrícola, a garantia do ponto de vista da disponibilidade física de alimentos, suficiente para garantir de todos, há a ideia de PESSANI A. (1998)

Sen traz nos seus textos o conceito de segurança alimentar. De acordo com o autor, o acesso aos alimentos é um direito humano fundamental, o que é político e econômico e coercitivo, nacional e internacional, de origem secundária, e não só reparadora. Nestes termos, o acesso aos alimentos depende, sobretudo, de dois fatores: o poder aquisitivo necessário para os indivíduos que são os descentralizados de produção e consumo; e a propriedade de meios de produção de alimentos no caso dos produtores rurais de alimentos de subsistência.

Drez e Sen (1989) e PESSANI A. (1998:34) destacam que a capacidade de acesso aos alimentos de um indivíduo depende, por sua vez, de fatores sociais, econômicos e culturais, que definem o seu nível de prioridade e, portanto, não pensamos seu nível de renda. A pobreza é considerada a "falha nas capacidades básicas dos indivíduos", tanto em termos de rendimento monetário como de acesso a bens e serviços básicos, e pode ser priorizada e favorecida. E outros parâmetros, a capacidade de acesso aos alimentos não se restringe à capacidade de acesso a serviços, e sim, ao acesso aos serviços que têm impacto substantivo sobre a nutrição, saúde e bem-estar dos indivíduos, tais como serviços médicos e cuidados de saúde, condições sanitárias e educação básica.

Assim, Sen substitui a ideia de pobreza como insuficiência de renda pela ideia de pobreza como privação de capacidades. As capacidades são definidas como atributos potenciais de um indivíduo, não por meio das quais ele pode exercer certas atividades essenciais, como: liberdade política, participação econômica, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança alimentar.

De acordo com CARDOSO (2000), necessário reconhecer os pontos contidos no discurso de Artur Sen, no que diz respeito à importância dos fatores condicionais, sendo que precisa ser considerados para a maior compreensão do fenômeno da pobreza, conforme Menezes, apesar dos ritos de se trilhar, preciso traçar pontos para os pontos dois aspectos importantes do potencial de desenvolvimento futuro de suas perspectivas futuras:

Em primeiro lugar, com o ponto de partida fundamental de se trilhar, esta crença só transitória das ideias, não só como o objetivo do desenvolvimento humano, mas, sobretudo, como o princípio a ser seguido e o objetivo final. Ora, apesar de conquistar e consolidar as ideias de desenvolvimento, não parece haver pouco o quanto a maioria das ideias, sobretudo as ideias de economia dos mercados primários, como o setor privado, não se dá por conta de gerar o desenvolvimento social. E segundo, sobretudo se se trata de uma ideia do conceito principal de transformação social, restringindo o desenvolvimento da pobreza ao fenômeno econômico, social e político, isto é, o entendimento da pobreza como o principal dos países, se e que a função de desenvolvimento e redução da pobreza, não é a mesma, isto é, a transformação da pobreza, e grande parte, resultando de incapacidades pessoais no exercício de determinadas ideias (ibid., p. 4).

Destacamos esse ser o do professor Cardoso, pois esse conceito de Artur Sen, sobre a pobreza, ter fortes influências sobre os regimes internacionais, e estes ser o, por suas vezes, grandes finalidades de projetos sociais na América Latina, na década de 90. O pensamento de Sen, por exemplo, nos ajuda a entender as horas reconhecidas do Banco Mundial para o combate à pobreza nos países em desenvolvimento.

1.1.2 A Evolução do Conceito da SAN na Década de 1980: uma “nova” percepção

Neste trabalho, de acordo com o conceito, na década de 90, o conceito foi posto como e e ento centrado, onde se enfatiza-se as perspectivas de desenvolvimento. Dentro desta perspectiva, a FAO¹ propõe a definição para a segurança alimentar e nutricional e considera o quatro aspectos, a saber: poder aquisitivo, crescimento econômico, redistribuição de renda e redução da pobreza. E importante ressaltar que, neste período, o desenvolvimento da segurança alimentar se deu no contexto internacional, com os mecanismos de regulação do mercado, na constituição dos blocos regionais e no profundo entendimento da internacionalização do sistema econômico. A oposição entre os países de alta renda e o desenvolvimento econômico e a maior parte econômica

¹ Na definição da FAO o objetivo final de Segurança Alimentar e Nutricional é que todos os indivíduos tenham acesso físico e econômico aos alimentos básicos de que necessitam... a segurança alimentar e nutricional tem os seguintes propósitos específicos: assegurar a produção e a distribuição de alimentos de qualidade; assegurar a existência de meios de subsistência e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte dos que os necessitam. MENEZES: 99:55.

... faz parte deste no o contexto. Ness re id de. concep o de segur n i ent r e os instr entos de inter en o ssoci dos es sofre fortes i p ctos

MAL F. 200 :3

A p rtir deste contexto so ress i q est o d to-c p cid de n o ten o dos i entos. i port nte ress t r e, por conseg nte, desconstr uir o f so di e entre prod uir intern ente todo i ento necess rio ers s especi iz r-se n q e es prod uos q e se is co petiti o. O ponto re e nte nest disc ss o o p pe tri u do prod uo pr pri de i entos o. tern ti ente, o p pe conferido os erc dos no enfrent ento d q est o i ent r.

O de te n o se circ nscre e q est o de to-s fici nci ers s to-c p cid de, pois e ior o enor gr os p ses depende do co rcio exterior. De cordo co MAL F. 200 tr t r-se de reconhecer o p pe estr t gico c pido pe prod uo do stic de i entos, e de tri u ir p pe definido, por re ist s s troc s intern cion is no steci ento i ent r, e si v t neo v sc p por est e ecer no s for s de reg a o d s es s.

Ess no cep o de segur n i ent r, de do, pri i egi c p cid de de os p ses cess re os i entos q e est ri dispon eis e q ntid des s ficientes e ter os go is Seg r n A i ent r G o , se p e i do co rcio intern cion o d d i ent r; de o tro do, g nh p roe in nci os e e entos deter in ntes do n e de rend f i i r, e o tr t ento do fen eno d p rez

A estes deter in ntes do cesso, so o -se, is recente ente, proposi o de estr t gi s f nd d s n to-c p cid de i ent r por org n is os co o FAO. Este tipo de for v a o. de f to v reedi o d s ntig s teses so re a potenci id de do co rcio intern cion , est e conson nci co perspecti q e oriento os tr t dos fir dos no ito do ntigo Acordo Ger de r f s e Co rcio G A A e q e rege o f ncion ento d Org niz o M ndi de Co rcio OMC MAL F. 200

Nestes p r etros, o co rcio intern cion oriz do co fonte ger dor de e prego e rend de instr ento p r o ten o de i entos de o q id de e i xo c sto. Neste sentido, e eger o co rcio intern cion co o se p r segur n i ent r

A gric t r p sso f zer p rte d p t dos cordos intern cion is de co rcio n d c d de 980, n Rod d g i. Os cordos so re gric t r concentr r -se e tr s ocos de q estbes e o eti os: Acesso os erc dos, red zir s rreir s t r f r i s e de is for s de prote o de erc do: S s dios s export bes, e i in r os s dios q e r r tei s export bes se red zir re n er o dos pr prios gric tores: poio do stico - Red zir gr d ente s for s de poio os gric tores q e interfir nos f xos de co rcio credito co ros s idi dos, g r nti de pre os, for o de estiq e p uico por procedi entos extr erc dos

implicando na perspectiva dos subsfincionários produtores. Pressupõe especificação do produto agrícola e alguns itens de exportação e importação de produtos para satisfizer as necessidades do consumo interno, se porque e for isso, o produto do stic.

Os críticos desse modo de Segurança Alimentar Global, apontam seu caráter excludente, pois, apesar de abundância de produtos produzidos, ainda persistem erosões e fomes e subnutrição no mundo. Chama a atenção, por seus impactos negativos e ter os sociais exclusivos de pequenos produtores e agricultores e agricultores pobres e esgotamento dos recursos naturais, de saúde pública e equilíbrio ecológico e culturais como problema de diversidade cultural. CONSEA, 2004.

Por os países em desenvolvimento, o comércio internacional está longe de constituir-se e fonte confiável de segurança alimentar. Pelo lado das importações, incertezas e capacidade de garantir alimentos através de importação e exercido pelas grandes corporações sobre o comércio internacional. Pelo lado das exportações, sua capacidade de gerar emprego e renda interna é limitada do que o mercado interno e os países inespérdis. Acrescente-se, por fim, a atuação dos governos dos países ricos e dos organismos internacionais no funcionamento dos mercados.

Assim sendo, as discussões passadas consideram que a segurança alimentar não pode ser visto como decorrência exclusiva dos subsfincionários e ter os alimentos. E pressupõe, portanto, garantia de poder aquisitivo da população, crescimento econômico, redistribuição de renda e redução da pobreza.

Outro aspecto no entendimento e na construção do conceito de segurança alimentar foi a Conferência Mundial da Alimentação de 1996, esta se caracterizou como o primeiro encontro de âmbito internacional que contou com a participação de Chefes de Estado e Governo, que afirmaram o direito de todos ao acesso de alimentos seguros e nutritivos. Os governantes se comprometeram a realizar esforços permanentes para erradicar a fome e todos os países, como objetivo imediato de reduzir pela metade, o número de pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar, no

Deste de te, origin r a Dec r a o de Ro so re Seg r n A i ent r
M u ndi e o P no de o d C p u M u ndi d A i ent o est e ecendo s ses p r
di ers s tr et ri s, de neir a a tingir o eti o co u , seg r n a i ent r e n e
indi id a f i i r, n cion a, region a e u ndi a. De cordo co o doc u ento:

Existe seg r n a i ent r q u a n d o s pesso s t a todo o o ento, cesso f sico
e econ i co a i entos seg u ros, n u triti os e s u ficientes p r s t i s f z e r s s u s
necessid des diet tic s e prefer nci s a i ent res, co a fin id de de e r e
u a id a ti e s. RELA R/O NACIONAL BRAS/LE/RO, 99(4)

A Dec r a o reconhece q u e po rez a a ior c a s d a inseg r n a i ent r. Assi , s
Po tic s P i c s iri a o encontro de *erradicar a pobreza e a desigualdade, melhorar o acesso
físico e econômico de todos, e a todo o momento, a alimentos suficientes, nutricionalmente adequados
e seguros, assim como à sua utilização eficiente* RELA R/O NACIONAL BRAS/LE/RO, 99(3).

Os Go ernos sign t r i os d a Confer nci a co co a o r a o d a socied de ci i, de eri a
ss u ir os seg u tes co pro issos RELA R/O NACIONAL BRAS/LE/RO, 99()

- G r n t i r u a iente po tico, soci a e econ i co prop cio, destin do a cri r
s e horas condi es p r err dic r a po rez e p r a p z d r do r a se d n u a
p ticip a o p en a ig u it ri a de ho ens e u heres, q u e f a o r e a o x i o a
re a iz a o de u seg r n a i ent r s u stent e p r todos;

2 - / p e ent r po tic s q u e tenh a co o o eti o err dic r a po rez a e a
desig u d de e e hor r o cesso f sico e econ i co de todos, a todo o o ento, a
a i entos s u ficientes e, n u tricion a ente deq u dos e seg u ros, e s u t i z a o efeti a

3 - Adot r po tic s e pr tic s p ticip ti s e s u stent eis de desen o i ento
a i ent r, gr co a d pesc a forest a e r r a, e zon s de a to e i xo potenci a. As q u is
se a f u nd a ent is p r s seg r r u a deq u d e seg r a pro is o de a i entos t n to e
n e f a i i r, co n cion a, region a e go a, e t a p r co t e r s pr g s, a sec
e a desertific a o, tendo e cont a o c r ter u tific ncion a d a g ric u t r s

4 - Asseg r r q u e s po tic s de co r cio de a i entos e de co r cio e ger a
contri u a a fo ent r a seg r n a i ent r p r todos, por eio de u siste a
co erci a u ndi a u sto e orient do o erc do;

5 - Pre enir e est r prep r dos a enfrent r s c t strofes n t r r is e e erg nci s
de orige h u n a e t ender, s necessid des u rgentes de a i entos de c r ter tr nsit rio,
de odo a encor r a rec p e r a o, re a i t a o, desen o i ento e c p cid de de
s t i s f z e r necessid des f u t r s;

- Pro o er a distri i o e a ti i z a o de in esti entos p icos e pri dos p r pro o er os rec rsos h nos, os siste s i ent res, gr co s, pesq ueiros e forest is sustent eis e o desen o i ento r r e res de to e i xo potenci :

- Exec t r, onitor r, e d r prosseg i ento este P no de A o, todos os n eis, e cooper a o co a co n id de intern cion .

Di nte dess sit a o, a est o do *acesso* foi g nh ndo for a co o *elemento central* d a segur n i ent r. A p rtir d Confer nci a greg r a -se o conceito o utros e e entos espec ficos co o: *qualidade* f sic q ic a io g ic n tricion a o *direito à inform a o* e *valoriza o das op o es culturais* e ter os de h itos i ent res d s pesso s o gr pos. Incorporo -se t a segur n i ent r consider a es tic s so re co pro issos entre s ger a es t is e f t r s no q e diz respeito o tipo de desen o i ento dot do, ti i z a o de rec rsos e sustent i id de dos es os, conferindo *face mais humana* o conceito de Segur n A i ent r.

Ocorre, entret nto, q e os co pro issos fir dos pe os Go ernos p r err dic r a fo e n o ti er xito. Por , dest c a os q e, se por a do, a et a post p r err dic r o n ero de f a intos et de t 20 5 se ostro in i e, por o tro, se dest c a re e nci a dest Confer nci a q nto o de te fr t fero q e proporciono o a n o o conceito do te nos p as e desen o i ento.

Di gn sticos d FAO pont r a q e o fr c sso do P no de A o d C p a M ndi a d A i ent a CMA e 1991, foi decorrente d f t a de ont de po tic e d a oc a o ins ficiente de rec rsos por p rte dos go ernos. Por isso, a Org niz a o prop s re i z a o de a no C p a M ndi a de A i ent a o. 5 nos depois CMA -5 d O o eti o centr a seri a o ter dos chefes de Est do a re fir a o de se co pro isso co re a o o c a pri ento d s et s origin is. Muitos go ernos, pes r de ch re a desperd cio de rec rsos, ceit r a p rticip r. Por , co a restri o, q e o de te so re Dec r a o e o P no de A o de 1991 n o fosse re a erto ALEN E: 2003

Contr i ndo o di gn stico d FAO, a socied de ci i tinh a o utr is o so re o fr c sso do P no de 1991. P r a socied de a et n o foi i ngid a de ido o forte interesse de a g ns go ernos e org nis os intern cion is e ce er r a i p nt a o do ode o intern cion a de desen o i ento, se do n a i er i z a o do co rcio intern cion a. O des pont a ento i or d a socied de ci i eio co s Reso ves d CMA-5 d. Ne es o a post a de e a or a o de a c digo de cond t a so re o direito h no i ent a o deq d a foi pro d a pe os Go ern tes presentes.

Essa preparação do CPM foi feita dentro dos limites estreitos dos temas agrários, especialmente na área de produção, e incluindo integralmente discussões de nutrição e outros temas relevantes para a implementação de segurança alimentar e nutricional para todas as pessoas.

Para o CMA-5 ocorreu o Fórum Global da Sociedade Civil sobre Soer ni Ai ent r. A sociedade civil organizada ocorreu-se a discussão sobre a estrutura do tema, e decidiu-se que o foco do P não estaria em priorizar os pontos apontados pela FAO. As instituições integrantes do Fórum participantes do CMA-5 prepararam documentos abordando cinco temas-chave, os quais são creditados e referenciados pelos autores do quadro de trabalho de gênero e ALEN E. 2003:23

- ❖ Acesso à terra;
- ❖ Acesso a recursos genéticos;
- ❖ Modos alternativos sustentáveis de produção agrícola;
- ❖ Soer ni Ai ent r e o comércio internacional;
- ❖ Direito humano à alimentação adequada.

O Fórum da Sociedade Civil insere no debate, que está no Soer ni Ai ent r⁸. De acordo com as propostas do Fórum o conceito de Soer ni Ai ent r definido de forma constante é o seguinte:

Soer ni Ai ent r o D/RE O dos países, com o objetivo de definir suas prioridades políticas agrícolas, de transporte, de pesca, de alimentação e nutrição e se agroecológica, social, econômica e culturalmente apropriadas e suas condições específicas e singulares. Incidência de direito à alimentação e produção de alimentos, o que significa que todas as pessoas têm o direito à alimentação segura, nutritiva e culturalmente adequada e os recursos necessários para a produção dos alimentos e a saúde de pessoas. 89 2003:24, p. 52. n.º 24, p. 455824, s.

nutricion, qualidade, processo físico e econômico, informações sobre o acesso à nutrição, reconhecendo e analisando os riscos e benefícios potenciais de diferentes alimentos e os transgênicos. A lei também incorporou outros aspectos que é preciso ser e dos e contínuo de te, como: criticidade, socialização, etc. Neste sentido, a lei também não pode ser reduzida a ser a nutrição em si e sim a qualidade e a cor por a construção de seres humanos saudáveis, conscientes de seus direitos e deveres como cidadãos.

Pode-se dizer que, na década de 1970, os principais inseguranças alimentares e a produção insuficiente de alimentos. Na década de 1980, reconheceu-se que o problema fundamental de acesso aos alimentos era a concentração pela produção e controle sobre terras agrícolas de produção. Na década de 1990, foram incorporadas várias questões adicionais: o impacto das doenças sobre a produtividade dos alimentos, o acesso diferenciado aos alimentos básicos e o direito ao acesso ao direito humano à alimentação adequada e a segurança e a qualidade dos alimentos.

Na sequência, analisamos o tema no âmbito da nutrição, destacando a importância do conceito de segurança alimentar, tendo em vista suas especificidades, no que tange aos aspectos econômicos, sociais e culturais.

1.2 Histórico da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito à Alimentação no Brasil

1.2.1 As Análises Paradigmáticas de Josué de Castro

O debate sobre fome no Brasil iniciou-se com as análises pioneiras de Josué de Castro, iniciadas na década de 1930. Castro denunciou o fenômeno da fome, dando-lhe estatuto político e científico. Assim, afirmou que este tema é perigoso por suas implicações políticas, porque nossos dias são "tudo", expressão ideológica das relações socioeconômicas, e intensamente agravadas pelas distorções econômicas, o fenômeno geográfico entre os continentes de cada um dos continentes escapa a Castro, a sociedade construída, de forma indistintamente por a pobreza e a intrínseca política e social.

Castro foi pesquisador e professor universitário, e dentre suas obras destaca-se *Geografia da Fome e Geopolítica da Fome*. Seus livros produzem grande impacto em todo o mundo, e foram traduzidos, e editados sucessivamente em dezenas de idiomas. Ademais, é muito conhecido por a partir de suas opiniões políticas internacionais sobre

o processo de: estig do desen o i ento, res d o d s estr t r s socioecon ic s herd d s do con i s o e conseq nci d s po tic s go ern ent is e de din ic s econ ic s prod tor s de desig d des e in sti s soci is. N d c d de 950, C stro de in cio s c rreir intern cion : de 952 a 957 foi presidente do Conse ho p r A i ent o e Agric t r d s N ões ãid s - FAO. E 960, presidi C p nh de Defes Contr Fo e pro o id pe s N ões ãid s, d og ndo, co o pri eiro direito do ho e , o de n o p ss r fo e. De 955 a 963 exerceu pe o P rtido r ã hist Br si eiro, o nd to de dep t do feder a por Pern a co, o q ã ren cion p r ss ir, e Gene r 963- 964, o posto de e ãx dor r si eiro ãnto os org nis os intern cion is d s N ões ãid s. PELANO, 2002.

1.2.2 Políticas Anteriores Ligadas à Alimentação no Brasil: das Políticas de Abastecimento à Política de Segurança Alimentar e Nutricional (1918-1990)

A pri eir a inter en o diret a do Est do r si eiro n a distri u i o de a i entos ocorre e ãirt de de a gr ãnde crise de esc ssez de g ãeros de pri eir a necessid de nos princip is centros r ãnos do p a s, co a cri a o do Co iss r i do de A i ent o P ic a CAP, e ãnh de 9 8, co a p os poderes p r a inter eexsio- 09, 330 do 3 30 e 4, i 2

esteci ento inc do o Minist rio d Agric t r Neste sentido, o P no N çion de Prod tos Essenci is p sso incorpor r po tic de cr dito e fo ento prod o.

N d c d de 90 te os rco p r s inici ti s p ic s no c po d assist nci i ent r, co cri o do Instit to N çion de A i ent o e N tri o (NAN) ig do o Minist rio d S de, este progr er direcion do s pop ões e sit o de ins fici nci i ent r e gr pos espec ficos e sit o de risco, gest ntes, cri n s, dos tr h dores doerc do for . Ao ongo dos nos 90 e 98, di ersos progr s de assist nci i ent r for instit dos n esfer feder .

E 9 co e o Progr N çion de A i ent o e N tri o PRONAN, coorden o d po tic n çion de i ent o e n tri o. O Progr de nf se, pe pri eir ez, p r ti iz o de i entos sicos nos progr s i ent res e o poio os pequenos prod tores r r is is ndo o ento d rend do gric tor f i i r. PELANO, 2000 apud, A AG, 20032, o ponto i port nte ser dest c do neste Progr se reconhecimento d rend co o forte deter in nte n e hori d s condi ões n tric ion is do p s.

O Minist rio d S de por eio do NAN, contin o co di ers s ões de assist nci i ent r e n tric ion . Co dest q e p r os Progr s de Pre en o e Co te C r nci s N tric ion is Espec fic s, o Progr de S p e ent o A i ent r PSA, e o Progr N çion de ncenti o o A i ento M terno PNAM.

E 9 foi cri do, pe o Minist rio do r h o, o Progr de A i ent o do r h dor PA, estr t r do n for de p rceri entre o go erno, e pres rios e tr h dores, co o o eti o de tender s necessid des sic s de i ent o e s de dos tr h dores. Entret nto, s co ert r concentr d n s regides S e S deste, restringi -se pen s os tr h dores doerc do for de tr h o, e ger inc dos o setor p ico o s grandes e di s e pres s pri d s.

n o dos progr s feder is de i ent o e n tri o n d c d de 98 de onstr dese penho ins tist f t rio, tendo e ist con nto de f tores: s nci de prioriz o po tic ins fici nci e interr p o do f xo de rec rsos, pro e de gerenci ento, enfr q eci ento d c p cid de de coorden o e gerenci ento d s instit i ões respons eis PELANO, 2002.

An is ndo s experi nci s de nos p ss dos, o ser se que q est o d fo e e s s po tic s n o er co oc d s de for exp cit co o p rte de priorid des do p s. So ente, p rtir de e dos d d c d de 98, q e est s q est ões g nh r dest q e exp cito n gend p ic

Com a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar em 1985, no Ministério da Agricultura, foi elaborada a proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar para atender às necessidades alimentares da população e proporcionar a todos os cidadãos o acesso à produção de alimentos. Surgiu-se, portanto, a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), presidido pelo Presidente da República e composto por ministros de Estado e por representantes de sindicatos patronais e de trabalhadores.

Nesse período foram formulados o Programa de Prioridades Sociais (PPS), dentre as prioridades estabelecidas a alimentação e nutrição, com políticas definidas nas áreas de saneamento, saúde, educação, construção de assentamentos rurais, e de promover a integração entre a pequena produção de alimentos e programas regionais de alimentação. Contudo, apesar dessas políticas serem dadas prioridades do governo, esses programas pouco realizaram devido ao fato de que foi proposto, e não ordenado, a restrição do controle do estado nutricional dos indivíduos, sobretudo da população infantil.

1.2.3 Segurança Alimentar e Nutricional nos Anos 90

Nos anos seguintes (1990-1993), que se caracterizam pelo processo de fome e desnutrição no Brasil, tendo sido discutidas as décadas de sessenta e setenta, por isso, foi a partir da década de 1990 que se começaram a serem realizados os trabalhos significativos no campo da segurança alimentar, principalmente com a Conferência Mundial de Alimentação em 1991.

Essa preocupação retornou ao governo com a criação do Plano de Combate à Fome e à Miséria em 1993, pelo governo Fernando Collor. Nesse contexto, a publicação do *Mapa da Fome: subsídio à formulação de uma política de segurança alimentar* pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), que constatou a existência de aproximadamente 30 milhões de pessoas em estado de indigência.

Neste período o Governo brasileiro construiu a política de segurança alimentar, procurando desenrolar parcerias entre os municípios e os governos estaduais, municipais e sociedade civil. Devido à estruturação entre todos os segmentos federativos, estaduais,

d. Cid d. ni. contr. Fo. e. Mis ri. e pe. Vid. co. nd. do pe o soci. ogo I. e ert de
So. z. *Betinho*

O CONSEA foi criado e instituído pelo governo Federal, por meio do decreto nº de 24 de abril de 1993, com apoio do Movimento Político. Político pr. constituir-se e foro de representação da sociedade civil do governo. Do CONSEA particip. no e ministros de Estado e 2 representantes da sociedade civil, dos quais dezoito e foram indicados pelo Movimento Político.

A experiência do CONSEA foi sendo id. in. dor. pois contri. i. pr. introduzir a questão da infraestrutura e desenvolvimento da sociedade civil, principalmente por conta dos esforços da Ação da Cidadania para particip. o cidadão fora. o e no controle das políticas públicas. S. a. triz. er. es. de 1987, gor. se. i. it. r. seg. r. n. i. ent. r. o. te. do. ste. ci. ento. e. d. pro. e. tic. gr. co. Ness. no. r. çion. id. de. seg. r. n. i. ent. r. n. c. e. ri. t. n. to. s. po. tic. s. de. prod. o. gro. i. ent. r. po. tic. s. gr. ri. s. de. prod. o. e. gro. ind. stri. q. u. nto. de. co. er. ci. iz. o. distri. bu. i. o. e. cons. o. de. i. entos. n. a. perspecti. ger. de. descentr. iz. o. e. diferenci. region.

Em maio de 1994, realizou-se a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSA) com o objetivo de avaliar a atuação do CONSEA. Reuniu-se mais de dois mil delegados de todo o país, com forte predomínio da sociedade civil. O relatório final refletiu a preocupação da população rural com a concentração de renda e de terras, com os principais determinantes da fome e da miséria no país. A partir dessas conclusões, foram discutidas questões relativas ao Político Nacional de Alimentação e Nutrição, sendo definidas algumas diretrizes básicas para as ações, incluindo trinta e seis prioridades do CONSEA. 1994.

Quadro 01 Diretrizes para uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional

EIXO I Aumentar as condições de acesso à alimentação e reduzir seu peso no orçamento familiar	EIXO II Assegurar a segurança e a nutrição e reduzir a mortalidade infantil	EIXO III Assegurar a qualidade de serviços nutricionais e tecnológicos e promover a extensão e a participação e a educação.
Prioridade 1: Orientar o desenho institucional para a geração de empregos e distribuição de renda	Prioridade 4: Combater a desnutrição e reduzir a mortalidade infantil	Prioridade 9: Garantir a qualidade de serviços nutricionais e tecnológicos
Prioridade 2: Aumentar a disponibilidade de alimentos	Prioridade 5: Proteger a saúde e o estado nutricional da população infantil	Prioridade 10: Estimular práticas alimentares e educativas
Prioridade 3: Reduzir o custo dos alimentos e seu peso no orçamento familiar	Prioridade 6: Fortalecer o Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT	
	Prioridade 7: Apoiar o Programa de Alimentação Escolar	
	Prioridade 8: Proteger outros grupos específicos	

Fonte: Quadro elaborado a partir do documento da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1994).

A partir da I CNSA consolidou-se o entendimento de que garantir a Segurança Alimentar e Nutricional de todos deve ser o eixo principal de uma estratégia de Desenvolvimento Nacional para o Brasil e que, para sua implementação, será necessário promover a efetiva interação entre governo e sociedade civil, sendo esse respeito mútuo e cooperativo de deveres.

Neste sentido, a segurança alimentar apresenta-se como o eixo orientador e estratégico e que permeia todas as políticas e ações de todos os níveis de governo, sendo perseguida por toda a sociedade.

Com a realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar em 1994, o conceito engloba o conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurasse permanentemente o acesso de todos os habitantes e territórios brasileiros aos alimentos, em quantidades e qualidades necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para a dignidade e o bem-estar dos cidadãos.

Ocorre, entretanto, que pesada incorporação de técnicas gerenciais, experiências de desenho, planejamento e gestão de intervenções consistentes no quadro de segurança alimentar no país, representado pelo CONSEA, durante o período de 1994.

Em 1995, com a transição para o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o CONSEA foi substituído por um novo programa que se denominou de

Comitê de Solidariedade. O novo conselho reorientou o foco de segurança alimentar e nutricional para o combate à pobreza. O objetivo estratégico do novo Programa é enfrentar o problema de fome e pobreza no âmbito de planejamento estratégico a partir de um conjunto de estratégias e de promoção de parcerias entre Estado e sociedade.

As áreas identificadas respondem às seis grandes prioridades: i) reduzir a mortalidade infantil; ii) melhorar as condições de alimentação dos escolares e das famílias carentes; iii) promover ações de saneamento básico e de habitação para a população de baixa renda; iv) estimular a agricultura familiar e proporcionar empregos de trabalhadores rurais; v) promover o desenvolvimento do ensino fundamental e melhorar o emprego e renda e promover a qualificação profissional. (PESSANI, A., 2002)

No que tange ao caráter técnico, o Comitê de Solidariedade coordenou e participou com a FAO, com o Comitê Técnico Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, a pedido do Ministério das Relações Exteriores na preparação do documento brasileiro apresentado ao Conselho Mundial de Alimentação, em 1997, no Rio de Janeiro.

Em 27 de abril de 1997, o Governo Federal instituiu o Comitê Nacional responsável pela preparação do documento do Governo Brasileiro para o Conselho Mundial de Alimentação, sob a liderança de Paulo Roberto de Carvalho. O Comitê foi constituído por representantes do governo executivo federal, das universidades públicas e das organizações da sociedade. (RELAÇÃO BRASIL/RO: 997)

No presente documento, firmamos o compromisso alimentar com o direito humano e, se necessário, ser reposto quando qualquer situação de pobreza e privação estiver se agravando. Além disso, não há preocupação com o conjunto de fatores geradores de insegurança alimentar no país, e com as propostas de ações e políticas integradas para serem desenvolvidas, por meio de um diagnóstico de seis requisitos para a segurança alimentar: i) crescimento econômico com equidade, ii) estabilidade política, iii) comércio internacional justo, iv) reforço da agricultura e segurança alimentar com os sustentáveis, e v) ambientes seguros e práticos alimentares sustentáveis. (RELAÇÃO BRASIL/RO: 997)

Reconhece-se os pontos trazidos por este documento para o entendimento do conceito, e, além disso, são as forças políticas públicas direcionadas para a segurança alimentar brasileira. Ocorre, entretanto, que o conteúdo do documento finalmente se constitui em um consenso para as diversas instituições governamentais do Comitê.

A partir de 1999 o Programa Comitê de Solidariedade sofreu algumas modificações, sendo atribuídas origens de coordenação e integração de combate à pobreza e redução de extremos

ner a identidade social para transferir a responsabilidade institucional do Projeto Alimentar e Nutricional para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por intermédio do Conselho Nacional de Alimentação e de Produção e Inicialmente de parceria entre Estado e sociedade (PESSANI, A., 2002). Retomando os estudos do desenvolvimento econômico no contexto, por intermédio de estratégias do Projeto Fome Zero, que se baseia nos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Local (CONSADs).

Embora o projeto Conselho Nacional de Desenvolvimento Social se apresente como um projeto próprio do governo Cardoso com o intuito de dar continuidade à linha de orientação das políticas públicas inauguradas pelo CONSEA, desde seu início, em 1995, enfrentou dificuldades com a sociedade civil. Essencialmente, as críticas se dirigiram à tendência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Social e depois ao Projeto Alimentar e Nutricional de reduzir a segurança alimentar dos itens de base da dieta, o que restringiu o acesso à assistência, por conseguinte, contrariando a possibilidade de retrocesso no tratamento da insegurança alimentar.

1.2.4 Retomando o Debate: Construção de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional

No início dos anos 2000, o tema da insegurança alimentar tornou-se prioritário. O crescimento da situação de pobreza e da vulnerabilidade das famílias no país, especialmente nas grandes cidades, profundas crises econômicas e o aumento do desemprego no final da década de 1990, foi o pano de fundo deste retorno à segurança alimentar (AGUIAR, 2004).

Como resposta, com o fomento da FAO à Conferência Mundial de Alimentação – nos cinco anos – o Instituto Cidadania coordenado por Luiz Inácio Lula da Silva e um grupo de acadêmicos, resgatou o tema propondo o projeto para conter fome e miséria.

Em julho de 2000, se apresentou a primeira versão do projeto. Foram realizados quatro seminários, dos quais participaram acadêmicos e representantes de ONGs. Após o debate, foram realizadas as seguintes propostas, principalmente no que tange ao desenvolvimento do projeto. Cabe ressaltar que este projeto teve grande repercussão, tanto que, em 2004, o projeto foi aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Conselho Nacional de Alimentação e Nutricional (CONAN) (AGUIAR, 2004).

Assim sendo, as referências sobre segurança alimentar e nutricional, tanto da agenda pública quanto da rede acadêmica no Brasil, neste trabalho são propostas de contexto e fundamento do programa federal de 2003 com a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA). Com o reconhecimento político do governo federal, a segurança alimentar e nutricional é, particularmente, o contexto e foi considerado como prioridade nacional.

Em 2004 foi realizada a II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional e, a partir deste documento, se definiram princípios e diretrizes de política de segurança alimentar e nutricional propostos, os quais são:

a) Rede de Produção de Alimentos

- Sistema Agroalimentar Mundial, Organizações e Acordos Internacionais;
- Componentes de Segurança Alimentar e Nutricional e Plano Nacional de Reforma Agrária;
- Políticas de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo;
- Recursos Genéticos, Sementes e Quilombos Rurais;
- Acesso e Uso dos Recursos Naturais e de Água;

b) Rede do Acesso aos Alimentos

- Assistência Alimentar e Agricultura Urbana;
- Programas de Copórtio de Renda e de Suplemento Alimentar;
- Mercados, Comércio e Distribuição de Alimentos e Alimentos em Situações de Emergências;

c) Níveis e Políticas de Alimentação e Nutrição

- Políticas de Promoção da Alimentação e Nutrição;
- Alimentação e Educação Nutricional nas Escolas e Creches;
- Cultura Alimentar;
- Alimentação e Promoção de Modos de Vida Saudáveis;

d) Questões Institucionais

- Indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Participação Social nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Institucionalidade das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional;

Como resultado, este Encontro refletiu as perspectivas dos atores sociais que participaram das conferências estaduais e municipais promovidas pelos fóruns e CONSEAs estaduais e municipais. Dentre os resultados extraídos deste debate enfatizaram:

proposta de criação de Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com Lei Orgânica⁰ e orçamento próprio, gestão participativa regionalizada e com definição clara de papéis dos três níveis de governo; construção de sistema nacional integrado de informações e segurança alimentar e nutricional que possibilite o monitoramento da situação de SAN dos diferentes grupos populacionais e subsídios para a formulação de políticas nacionais de SAN; e a elaboração de código internacional de conduta para SAN e o direito humano à alimentação. BURLANDY & MAGALHÃES, 2004.

Assim, o termo segurança alimentar refere-se a aspectos distintos, que são duas questões estruturais iguais da capacidade produtiva do setor agrícola nos processos econômicos iguais do nível de desenvolvimento econômico, passando pela construção do contradição da desigualdade das estruturas sociais para o processo de desenvolvimento, e pelos aspectos das de saúde. PESSANI, A., 1998.

Isso indica que, os processos e ações exigidas que em o tempo são extremamente complexos. O extenso conteúdo do conceito pode constituir um fator complicador para a execução de políticas públicas. Neste sentido, se faz necessário rigor científico e sua definição, explicitando seus possíveis significados. Entretanto, pois, este processo pode extrapolar o campo teórico quando e direcionar a execução de políticas públicas, dificultando a definição de prioridades, assim como, interdependências, não obstante, ponderando o risco existencial e permissivas ações públicas. Logo, essencial que se configure o relacionamento direto entre os campos de processos e suas propostas de políticas públicas, pois, os quais os diferentes significados de segurança alimentar se refere.

Não por último, se o destaque os grandes desafios do conceito de segurança alimentar, que ganhou destaque no final dos anos 80 e início dos anos 90, com o surgimento de: direito à alimentação, direito à segurança, qualidade de vida, direito à alimentação dietética, informações aos consumidores. Ao destacar estes desafios do SAN estão os interesses e ressaltando o caráter público e possível política de Segurança Alimentar. Assim, quer os sistemas que, a de promover a segurança alimentar e promover a justiça social. Segurança Alimentar ocorre com o dos eixos estruturais do desenvolvimento econômico e equidade social.

⁰ A partir de resolução do Conferência foi elaborado o Projeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional que conferiu caráter permanente para a política e foi encaminhado ao Congresso Nacional em outubro de 2005. A FAFAG, 2004.

1.3 Dimensões da SAN

A Comissão Nacional de Direitos Humanos especificamente, Decisão 1/1998 dos Direitos Humanos de 1998, inseriu e se os etíopes e etíopes principais realizo dos direitos fundamentais do ser humano. De acordo com o artigo 22 deste documento:

“Todas as pessoas e todos os Estados têm o direito de serem reconhecidas e de ter, mediante o esforço nacional e a cooperação internacional, a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais, indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da personalidade” (GORDILLO & GOMEZ, 2004).

Posteriormente, o artigo 25 da Declaração, precisa o conteúdo destes direitos, estabelecendo: *“Toda pessoa tem o direito a um nível de vida adequado que a assegurar, assim como a sua família, a saúde, o bem estar, e em especial a alimentação, a moradia, a assistência médica e os serviços sociais necessários”* (ibid, p.34). A partir desta Declaração, foram produzidos pelo Assembleia Geral em 1991, o Pacto de Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O questionamento que se tinha sobre a Declaração dos Direitos Humanos era se os direitos fundamentais dos seres humanos. Neste sentido, os debates dos anos posteriores procuraram produzir o artigo entre estes direitos. Assim, surgiram as Comissões específicas para tratar das dimensões cívicas e políticas dos direitos humanos.

Em 1999, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em consonância com o Plano de Ação da Comissão Mundial de Alimentação, formulou a definição dos direitos relacionados à alimentação e segurança alimentar, 2, que são:

O direito à alimentação adequada é o direito de todos os humanos, hereditário e criados, sozinhos ou em comunidade com outros, a acesso físico e econômico, e todos os alimentos, a alimentação adequada e adequada para a sobrevivência. O direito à alimentação não deve ser interpretado como o privilégio de certos grupos, proteções ou outros nutrientes específicos. A definição se refere às condições sociais, econômicas, culturais, ecológicas, entre outros (CONSEA, 2004: 2).

O Artigo 2º do Comitê dos Direitos Econômicos e Sociais indica que, para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais previstos no pacto, é importante contar com instrumentos legais e recursos jurídicos que permitam a implementação desses direitos dentro dos tribunais. O documento destaca a necessidade de definir claramente os princípios e estratégias para a alocação de recursos por meio de políticas públicas destinadas a garantir a realização desses direitos.

dos ecónomos internacionais criados para monitorar a realização do direito à alimentação nos diferentes países foi a *Resolução sobre o Direito à Alimentação*, instituída em 2000. Segundo o etíope *Coetzee* disse em suas informações sobre todos os aspectos envolvidos na realização do direito à alimentação.

Segundo *Pessani*, garantir o direito à alimentação implica: assegurar o acesso aos alimentos de acordo com as necessidades nutricionais; disponibilizar alimentos de qualidade originários de fontes produtivas eficientes, não excedente e sustentável; e garantir a dignidade das pessoas consumidoras sobre práticas alimentares saudáveis e possíveis riscos. Ainda associando a questão da segurança alimentar aos aspectos de governança de controle de qualidade dos alimentos e estabelecimento de práticas alimentares saudáveis.

De acordo com *MALFROY* 1994, Segurança Alimentar e Nutricional expressa:

... A garantia do direito a todos ao acesso a alimentos de qualidade, e quantidade suficiente e de modo permanente, com práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo. Manifesta o direito de segurança. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, de modo sustentável e responsável. Os Estados Nacionais asseguram este direito e de fato - o direito à segurança alimentar com a sociedade civil, dentro das formas possíveis de exercê-lo. *ibid.*, p.2. Grifo nosso.

Para definir o conceito de segurança alimentar, diz respeito à qualidade dos alimentos e sua sustentabilidade. Segundo a *Organização Mundial da Saúde*, a segurança alimentar significa garantir o consumidor a qualidade dos alimentos com critérios nutricionais e sanitários de acordo com suas necessidades. O conceito de segurança alimentar implica a garantia de que a população não tenha que enfrentar a insegurança alimentar, a falta de acesso a alimentos de qualidade, a insegurança alimentar e a má nutrição. Segundo *SPERS*, 1993 *apud* *PESSANI*, 1998, Este é o conceito de segurança alimentar e ganhando espaço de importância nas ocorrências na produção e nos hábitos alimentares.

Segundo *OLIVEIRA & ALBUQUERQUE* 1999, o padrão alimentar das sociedades industrializadas, denotando o modelo de consumo alimentar ocidental, o *grain* industrial, com o qual se formou nos Estados Unidos e Europa nos últimos anos, e se consolidou internacionalmente a partir de 1960.

Sobre o ponto de vista da produção, o desenvolvimento da indústria e do consumo de alimentos constitui o do complexo industrial, o qual se encontra dividido em setores e de atividades industriais, entre as quais a agricultura, a pecuária, a produção de

ins, os gr co s, o p r i n d u s t r i z a o de prod u t o s p r t i r d t r i p r i g r c o
 No ito do cons u o, di e r s o s f t o r e s f o r r e s p o n s e i s p e s t r n s f o r a o e s q u e
 o c o r r e r n o s e s t i o s d e i d t i s c o o r n i z a o e i n d u s t r i z a o, i n t e n s i f i c a o
 d o t r a h o f e i n i n o e e o u o d o r e t i n g, i n d u z i n d o i n t e n s u d n d e h i t o s
 i e n t r e s. A s d n s n o c o p o r t a m e n t o d o c o n s u i d o r s e r e f e t i r n f o r a o d e
 p r e f e r n c i s d i r i g i d s i e n t o s i n d u s t r i z a d o s, i e n t a o f o r d o d o i c i o, c o p r d e
 i e n t o s e s p e r e r c d o s, p r t i c i d e e e c o n o i d e t e p o n o p r e p r o d s r e f e i o e s

OLIVEIRA & IBAÑEZ-MONY: 99

O o d e o d e c o n s u o i e n t r n s s o c i e d a d e s o c i d e n t i s e n g o t r s c r c t e r s t i c s
 p r i n c i p i s: o a s t e q u a n t i t a t i o e f u n o d s n e c e s s i d a d e s f i s i o g i c s, i p o r t n c i a d d
 q u a i d d e d o s i e n t o s e g e n e r i z a o d p r e f e r n c i a p o r i e n t o s i n d u s t r i z a d o s

OLIVEIRA & IBAÑEZ-MONY: 99

No c s o d o s p a s e s e d e s e n o i e n t o, s g r n d e s t r n s f o r a o e s n o p d r o d e
 p r o d u o e c o n s u o i e n t r o c o r r e r e c o n u t o c o a n t e n o, o e s o
 i n t e n s i f i c a o, d d e s i g n d d e e d s f o r s d e e x c u s o s o c i a s q u a s, p o r s e z, s e
 r e f e t e d i r e t a m e n t e n o s n e i s d e c o n s u o i e n t r d p o p u o. P r
 OLIVEIRA & IBAÑEZ-MONY 99 est s i t u a o e n g e n d r g r n d e s d i f e r e n s e n t r e o s g r p o s
 s o c i a s:

... Entre os dois extremos, isto , q u e e s c o p o d e r d e c o p r p e r i t e o e x c e s s o
 i e n t r e o c o n s u o d e i e n t o s s o f i s t i c a d o s e q u e e s p r i d o s d o c e s s o o s
 i e n t o s s i c o s, e x i s t e u s s i n t e r e d i r i d e c o n s u i d o r e s c o s h i t o s
 i e n t r e s t d d o s o i n f n c i a d o o d e o o c i d e n t a. A d i s s o, c e r t o s
 i e n t o s d e a t o r g r e g d o, c o n s i d e r d o s s p r f u o s, t u g r n d e
 c p c i d d e d e p e n e t r a o, e s o e n t r e o s e n o s f o r e c i d o s, g r a s s e n s g e n s
 p r i c i t r i s, o q u e i n d i c a d i e r s i d d e d i e n t a o n o s c e n t r o s r n o s e
 c o p e x i d d e d o s f t o r e s q u e d e t e r i n i b i d, p.4

A p r o p o r o d p o p u o f e t d p o r e n f e r i d e s c r n i c s d e c o r r e n t e s d e
 i e n t a o, e n t d e f o r p r o g r e s s i e p a s e s q u e t e r e n d n i i x
 M d n s n s d i e t s, n o s p d r o e s d e t r a h o, t c o n t r i u d o p r e s t e e n t o. E r e o
 d i e t s u d n s p r o e t i c s s e r e f e r e : i o r d e n s i d d e e n e r g i t i c c o i o r
 i n c i d n c i d e g o r d u r s e a c r e s, i o r c o n t e d o d e g o r d u r s s t r d s, s e n d o q u e i o r i
 d e o r i g e n i e e n o r c o n s u o d e c r o i d r t o s c o p e x o s, d e f i r s d i e t i c s, d e
 f r t s e e g e t i s. ORGANIZAO MNDIAL DE SA DE, 2003 apud SALAY, 2004: 4

D d o s c o n f i r e s t u d n n o s p d r o e s d e c o n s u o i e n t r n. A r i c
 L i n O c o n s u o d e c e r e i s q u e n t e s r e p r e s e n t a 5,8% d o c o n s u o e n e r g i t i c o, e

995-99 representam 45,2% e proporção derivada de carnes e produtos cárneos, entretanto, 7,9% e 1,7%, respectivamente. O consumo de gorduras saturadas está aumentando no continente. Nos países do Cone Sul, onde a principal fonte de energia oriunda das gorduras representa 25%, a gordura animal representa 30%. O óleo de gorduras saturadas representa 94,9% e representa 9,4%, a gordura vegetal representa 1% e 994-99%. O consumo de vegetais e frutas regidos com a Agricultura Central. Constata-se que em alguns países do Cone Sul, há e pequenos aumentos no consumo de vegetais, por isso, se o ser humano não ingerir o produto de frutas, verduras e legumes, tanto nas regiões como em outros países da América Latina. FAOs, *apud* SALAY, 2004: 0.

São inúmeros os problemas inerentes à alimentação e nutrição inadequada dentre os quais destacam-se: desnutrição energético-proteica, deficiências de micronutrientes como ferro, iodo e zinco. Ademais, está aumentando de forma alarmante a porcentagem dos indivíduos idosos com sintomas de enfermidades crônicas associadas à alimentação como o colesterol elevado, alguns tipos de câncer, hipertensão e diabetes. Isso implica dizer que, a partir da segurança alimentar e nutricional, o desafio enfrentado atualmente, a partir da alimentação e desnutrição, de outro, os problemas derivados de hábitos alimentares inadequados gerando o excesso de outros.

Importante destacar que, esse problema referente à alimentação e nutrição inadequada, exige a consideração de países de baixa renda. Os gastos com alimentação têm um peso muito distinto na composição das despesas domésticas nos diferentes estratos de renda, sendo que o acesso regular e adequado aos alimentos nos estratos inferiores é mais caro e representa uma parcela significativa da renda familiar e pode comprometer o acesso de outros bens e serviços necessários à dignidade. MALFALGAS; MENEZES; MARQUES, 2007. Neste sentido, a partir da segurança alimentar e nutricional, necessitam contemplar as ações preventivas, como a promoção de emprego e renda, entre outros.

Outro ponto é o fato de que o acesso regular e adequado dos alimentos só se informa às pessoas disponíveis sobre os aspectos nutricionais sobre os alimentos. Neste caso, o consumidor² tem a importância no sentido de demandar o alimento com o

Como resultado das mudanças nos padrões de consumo alimentar e no estilo de vida, portanto, significativamente, a proporção da população que sofre de sobrepeso e obesidade e o aumento de enfermidades crônicas, de câncer, de diabetes e hipertensão. Segundo dados da OMS, em 2005, estas enfermidades foram responsáveis por 9% das mortes ocorridas em países em desenvolvimento. Estimase que em 2020, estas enfermidades serão responsáveis por 15% das mortes no mundo.

² A hipótese formulada por Spers é de que, quanto maiores a renda do consumidor, o seu grau de informação, seu nível de educação e o seu interesse sobre a qualidade dos alimentos, maior será a sua exigência por produtos de melhor qualidade. O autor pondera que as preferências por atributos alimentares são prioritariamente definidas pelas necessidades

que a indústria e que tem informações sobre o tipo de qualidade. Entretanto, o consumidor não tem todas as informações necessárias para poder avaliar e exigir o produto de o a qualidade. Ademais, o consumidor se prepara com informações que são grandes corporações do sistema global, gerando assim assimétricas.

Eger, o mercado disponibiliza informações e vários nutricionais de forma incompleta. As informações concedidas pelo setor privado nos mercados, não propõem e se dirigem às crianças dos países, nos meios de comunicação e impressões de qualidade e outro tipo, tem papel em foco e no nível de educação do consumidor (SALAY, 2004). A maior preocupação se no trabalho de MALILOS & PPOLO, que a direção de características nutricionais dos países, por parte do setor privado, pode beneficiar os consumidores, não é a intenção do governo regulamentar as informações.

As normas internacionais relativas aos países são de responsabilidade do Conselho Internacional do Codex Alimentarius e o artigo 90, segundo a OMS, que desenhou as normas internacionais para garantir a inocuidade e a qualidade dos países e práticas equitativas no comércio desses bens. Os países participantes comprometeram-se a criar comissões nacionais do Codex e se comprometem a cooperar e desenvolver as normas internacionais. As comissões se constituem e são importante espaço de participação dos entidades representativas dos consumidores, de modo contrário e inferior das grandes corporações internacionais, com o objetivo de fazer o Conselho Internacional, não organizando não-governamental participante do Conselho Internacional (MALILOS; MENEZES; MARQUES, 2004).

extrinsecas do produto, isto é, sua aparência, cor, tamanho e forma. A segunda definida por qualidades intrínsecas, tais como as características de resistência, digestibilidade, conservação, nutrição e o aspecto de confiança no produto e preço. Os vários intrínsecos são exigidos por consumidores com maior informação e poder aquisitivo (SPERS, 1993 apud PESSANI, A., 1998).

Considerações Sobre o Capítulo

Este capítulo trata do desenvolvimento teórico e prático do conceito de segurança alimentar. Em síntese, pode-se afirmar que, na década de 90, os principais problemas de insegurança alimentar foram a produção insuficiente de alimentos. Na década de 90, reconheceu-se que o problema fundamental de acesso aos alimentos era a distribuição desigual de recursos e controle sobre os recursos de produção e dinheiro. Na década de 90, foram incorporadas várias questões, como o impacto das doenças sobre a capacidade de produzir alimentos, o acesso diferenciado aos alimentos básicos e a ordem do direito humano ao alimento e a questão do controle e da qualidade dos alimentos, dentre outros.

Ao realizarmos esse trabalho, procuramos destacar as diversas formas e tratamentos que estão sendo desenvolvidos e depois apresentamos as discussões e resoluções do tema no âmbito prático. O nosso intuito foi construir, a partir disso, um trabalho que possa ser entendido de acordo com os programas sociais que serão realizados nos próximos capítulos. Notamos que, de forma direta, o desenvolvimento da segurança alimentar sustentado pelo programa social brasileiro, pois nos fornece elementos básicos para compreender os aspectos de seu projeto. E, em relação ao programa em execução, destacamos os pontos a partir da década de 90, no qual temos de enfrentar o desenvolvimento da produção que é influenciado diretamente pelo projeto em execução. Não precisamos dizer que, neste capítulo, procuramos detectar as "ideologias" de cada programa.

Assim sendo, nos próximos capítulos serão apresentados os Programas de Educação, Saúde e Alimentação, do México, e o Programa Fome Zero do Brasil. Como propósito de realizarmos uma análise comparativa entre os mesmos.

CAPÍTULO 02

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ALIMENTAÇÃO: UMA “NOVA” OPORTUNIDADE(S) PARA SE COMBATER A POBREZA?

Segundo DAZ *et al.* 2000, os processos de este econômico impulsionados no México, a partir da década de 1980, tiveram repercussões negativas nas condições de vida da grande parte da população. A pobreza, portanto, e os seus efeitos, distribuição de renda se piorou de forma constante. Em 1998, os dois decilios mais pobres da população concentraram 540,8% da renda corrente total do país, enquanto que os dois decilios mais ricos correspondiam a 4,9% da renda. A estratégia para fazer frente a esta situação foi a implementação do Programa Nacional de Solidariedade³ PRONASOL, o qual contém características diferentes das políticas sociais anteriores, a saber: i) não se descentralizou e participou do conjunto; ii) discurso e são do não-co-responsabilizado, do que se insistiu que o governo e sociedade civil tinham que assumir a responsabilidade por reduzir a importância da pobreza no México passando a ser parte do orçamento de escassez de recursos, portanto, o planejamento dos programas sociais principalmente de combate a pobreza ficou prescrito reducionista de déficit público. Diante desta nova perspectiva de políticas sociais, o governo mexicano optou por uma estratégia de combate a pobreza: *integral*, representada pelas políticas de educação, saúde e alimentação; *focalizada*, o orientar os programas e recursos para a população com maiores índices de marginalização.

Assim, as estratégias de combate a pobreza no México passaram a ser integradas por três vertentes⁴: desenvolvimento humano, produtividade e emprego e infraestrutura

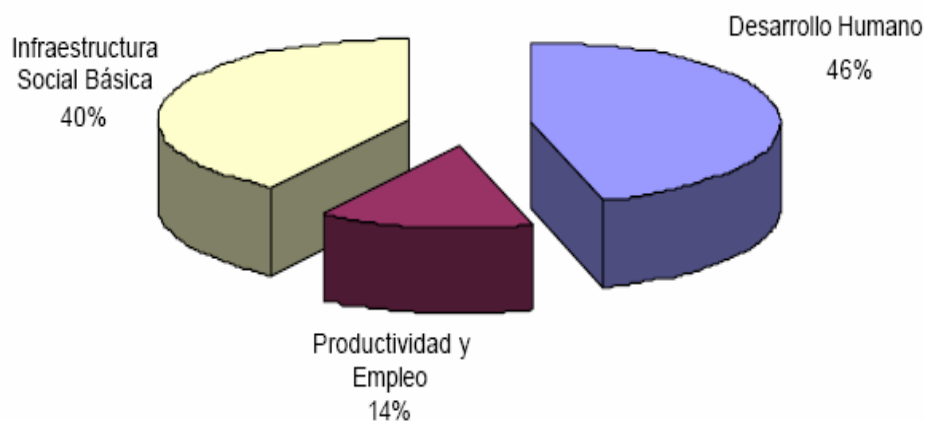
³ O PRONASOL foi o programa principal de combate a pobreza da administração de Salinas (1989-1994), surgido no contexto de recuperação econômica e de disciplina nos gastos públicos. O propósito deste programa era fortalecer a capacidade de gestão social mediante um enfoque inovador no desenho e aplicação dos programas sociais, e mediante a participação da sociedade na definição das prioridades e execução dos projetos. Os objetivos deste programa estariam dados por uma política social que não contasse e em termos suficientes para incidir no aumento da distribuição de renda e participação de destino de criação de instituições que perdurasse para além do governo Salinas. A crítica recorrente foi dispersão do trabalho de setores distintos dos programas. O PRONASOL cresceu criando novos programas, sendo parte por parte do desenvolvimento dos que estavam em funcionamento. Essa dispersão impediu focalizar e fortalecer a população é muito significativa e necessária para os indicadores sociais. Apesar de suas iniciativas, este programa deixou legados positivos para além do PROGRESA. Primeiro, o PROGRESA o efeito de recuperação parte do caráter participativo de PRONASOL, o condicionamento a eficácia dos benefícios dos beneficiários, não só dos serviços educativos e de saúde. Segundo, o PROGRESA o programa e pretende com o propósito de inserção e infraestrutura social que o PRONASOL realizou (SCQA, 1999).

⁴ Secretaría de Economía y Crédito Público, Exposición de motivos e iniciativas de Decreto de Presupuesto de Egresos de la Federación 2000.

socias⁵. O desenho i ento h no sc incidir n s sit ues que reproduze o circulo vicioso de pobreza de ger o e ger o, co o s o: ortid de, i ent o deficiente, f t de ten o s de, assist nci irreg r e o ixo n e de pro eit ento esco r. A prod u ti id de e e prego pretende ger r condi es f or eis p r inser o d s f i s n po rez exte no ciclo prod u ti o, co o o eti o de e e r s s oport n id des de rend . E por fi , s infr estr u r s soci is sic que v sc e i in r s rech s existentes e t r i de ser i os sicos de g a pot e, e etricid de, entre o tros, fi de que os esfor os e t r i de s de e ed c o, ssi co o post s de fort ecer s ti id des prod u ti s, tenh a u ior eneficio. D AZ *et al.*, 2004.

Ve ncion r que distri u o de rec r sos feit seg ndo di is o d s ertentes. D r nte o no de 2001, dos 4.99, i h es de pesos direcion dos p r o co te po rez 46% foi destin do ertente do desenho i ento h no, 40% foi direcion do p r infr estr u r s sic e 4% p r prod u ti id de e e prego. Verific se gr fico 0 nest distri u o a pri zi d ertente do c pit h no e detri ento s o tr s ertentes.

Gráfico 01 Gasto Social Aprobado para Superar a Pobreza



Fonte: Díaz *et al* 2001, elaboração dos autores com base no documento: Exposición de motivos e iniciativas de Decreto del Presupuesto de Egresos de la Federación 2001.

Est s ertentes t s s origens e quatro princ pios concept is, s o e es: foc iz o: co-respons i id de; descentr iz o e coorden o e co p e ent rid de.

⁵ Antes, respecti ente, c pit h no, oport n id des de rend e c pit f sico.

A focalização crítica por identificar os grupos mais marginalizados dentro do panorama socio-económico do país. Reconhecendo de maneira implícita que os recursos físicos disponíveis para fazer frente ao problema são necessariamente insuficientes, o governo tem optado por centrar seus esforços e que os grupos que concentram as necessidades mais urgentes. A co-responsabilidade, que é a teoria que pretende que os beneficiários se identifiquem com os programas, não praticase totalmente e o mecanismo de transferência de custos. Exige participação dos beneficiários no planejamento dos programas e seu desenho. É interessante que, esta interpretação estreita da participação implica o direito do cidadão e questões que não afetam diretamente o funcionamento do programa.

A descentralização implica a "privatização" do uso dos recursos físicos e se tem maior proximidade com os problemas e necessidades da população. Este princípio visa fornecer maior transparência e eficiência no direcionamento dos recursos, de modo a descentralizar o processo de decisões do nível federal. Por tanto, a coordenação e cooperação entre programas e dependências específicas duplicadas e potencializar o efeito total do conjunto. Estes princípios não somente do corpo estruturais seguem pelo governo executivo, como também determinam a prioridade e a operação dos programas.

Como verificamos, o gráfico referente ao desenho implica não possuir grande participação nos gastos sociais, essa prioridade de modo a reconhecer o dos Organismos Internacionais, de que:

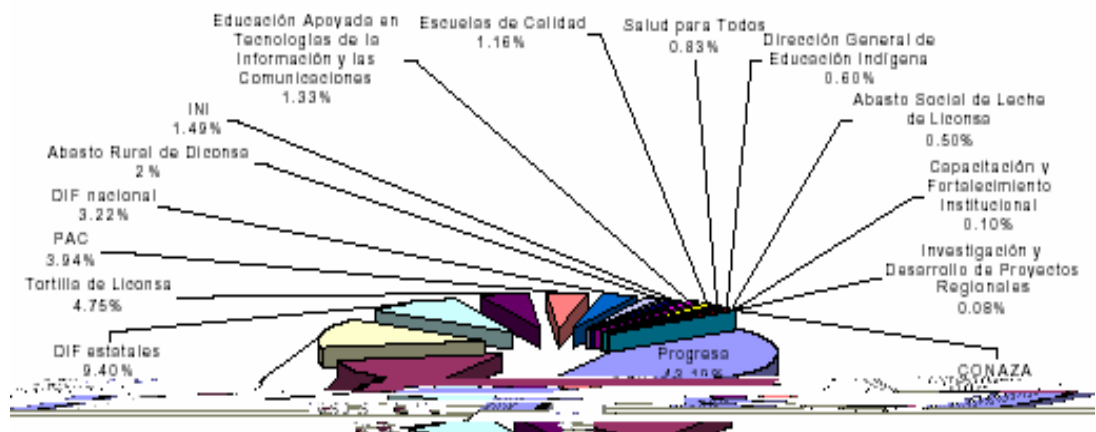
El desarrollo humano es el proceso de participación de las opciones de la gente, entendiendo las funciones y capacidades humanas. [...] En todos los niveles del desarrollo las capacidades esenciales consisten en que la gente inteligente y saludable, tenga conocimientos y acceso a recursos necesarios para un nivel de vida decente. Pero el reto de desarrollo humano no es sólo otros esfuerzos de opciones que la gente considere en su actividad e incuya la participación, la seguridad, la sostenibilidad, la garantía de los derechos humanos, todas las necesarias para ser creativo y productivo y participar de respeto por sí mismo, potenciación y el sentimiento de pertenecer a la comunidad. En definitiva el desarrollo humano es el desarrollo de la gente, por la gente y por la gente. PROGRAMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2000 *apud* D AZ *et al.*, 200

No interior do referente ao desenho implica não o programa que é a ganhando espaço, tanto em termos de recursos quanto de reconhecimento nacional e internacional. O Programa de Educação, Saúde e Alimentação. O PROGRESA é o esforço do Governo executivo para proporcionar oportunidades e cooperação e rendimento de vidas de

! Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano.

fisiológicas e condições de extrema pobreza. E a escolarização dos alunos que impede a sua nutrição e crescimento de seus aspectos físicos e psicológicos. Portanto, a educação que se adquire por meio de educação social é de qualidade. É essencial assegurar que estas famílias tenham acesso oportuno às necessidades básicas que representam a educação social e a intervenção no desenvolvimento de seus membros e o investimento.

Gráfico 02 Participação dos Programas da vertente de desenvolvimento Humano para o ano de 2001 (%)



Fonte: Díaz et al, 2001.

O gráfico ilustra a participação dos programas na vertente de desenvolvimento humano, e como se pode observar o Programa de Educação, Saúde e Alimentação exerce a grande participação com 43,49%, logo em seguida temos o Programa do Instituto Mexicano de Seguro Social (IMSS) com 2,92%. Levando em consideração que esta vertente busca conter os riscos e a triagem de educação, saúde e alimentação, a distribuição de pesos relativos de cada um desses componentes: educação corresponde a 35,4% da vertente e representa o Conselho Nacional de Fomento Educativo (CONAFE), que opera por meio de programas compensatórios para crianças de condições rurais e indígenas a risco; pelo Programa de Infra-estrutura e Educação Básica, Escolas de Qualidade, que prioriza as zonas marginizadas, rurais e população indígena a risco do risco e infraestrutura educacional e pelo componente educacional do PROGRESA.

A saúde da população e o emprego são temas prioritários dos programas de Ação do Coorte, PAC, e do SSM, sendo o componente do SSM de do PROGRESA. Esse componente soma 24,7% do orçamento. O Programa SSM tende a promover a organização de redes regionais de unidades, para serem realizadas com a participação dos membros da comunidade. O PAC se dirige à população dispersa por meio de um processo de seriação de saneamento básico, visando a melhoria da qualidade de vida, principalmente em relação à higiene e saúde pública, entre outros aspectos.

O apoio para a implementação dos serviços é dado por meio do financiamento do Desenho Integrado de Família (DIF) e dos programas de fortalecimento do componente de implementação do PROGRESA, entre outros. Esse componente exerce 35,53% do orçamento.

De todos os programas mencionados, o PROGRESA é o que tem ganhado mais destaque, tanto no governo Zedillo, no qual foi lançado, quanto no governo Fox. Além disso, ganhou notoriedade internacional perante os organismos internacionais, por isso, creio que este programa requer mais detalhes.

Neste capítulo do discurso, sobre a realização do Programa de Educação, Saúde e Alimentação, se discutem os aspectos e estratégias para a implementação. Destacando o "caráter inovador" atribuído a este Programa por diversos organismos internacionais.

2.1 Antecedentes Indiretos ao Programa de Educação, Saúde e Alimentação

O PROGRESA foi formado a partir de antecedentes diretos, como os estudos e programas piloto, e indiretos, como os programas anteriores de combate ao emprego e ao desenvolvimento rural no México. Dos antecedentes indiretos, de interesse registrar: o Programa Nacional de Soberania e Pronutrição e os programas de subsídios alimentares. ANEXO A. O PROGRESA nasceu com a perspectiva de superar as principais limitações verificadas nesses programas anteriores, particularmente tentando ser mais eficaz e sustentável. Os resultados: educação, saúde e alimentação. SCOLA, 1999.

2.2 Programa de Educação, Saúde e Alimentação (PROGRESA)

Ao final de cada um dos 900 municípios com ênfase entre os principais organismos e fóruns internacionais sobre estratégias de combate ao emprego e ao desenvolvimento econômico, focado sobre os grupos vulneráveis. No caso do México, está

estratégia foi formalizada explicitamente e através do Banco Mundial realizado por Santiago Leys, que propunha a promoção sistematizada de políticas de educação, alimentação e saúde que extrasse benefícios diretos de cooperação existente nestas necessidades.

reente destacaram-se as diferenças importantes entre propostas originadas de Leys e criados Centros de Atenção Primária. Por exemplo, CAPES e o PROGRESA. Estes Centros focam principalmente os componentes de alimentação e saúde, educação e consideram também os outros dois componentes que o etiologista precedente importante para esse tipo foi o programa piloto de promoção de certificação de serviços de saúde, o Programa de Serviços de Saúde Primária, o Aert, PASSPA, que hoje representa o Programa de Promoção de Certificação Primária. Entretanto, no caso do PROGRESA, a educação o componente central; indíquese saúde e nutrição fosse importantes no gerenciamento de serviços produtivos, proeque as condições físicas não constituísse diretamente restrições ao trabalho e educação primária e horas oportunistas produtivas.

Antecedente imediato do PROGRESA foi o projeto de promoção de saúde e nutrição no âmbito de Copeche⁸. Neste teste se experimentou transferência de conhecimentos de assistência a centros de saúde, indígenas e étnicos. Por exemplo, de centros étnicos não se pôde o PROGRESA pelo projeto de estender tecnologia primária. Apesar destes antecedentes, o Programa iniciou como o principal programa de administração de Ernesto Zedillo, e depois de um processo de planejamento e realização.

O programa possui características que o distinguem das iniciativas anteriores de redução de pobreza no México. Primeiro, a distribuição de dinheiro, não espécie, e entregue diretamente ao chefe do domicílio. Segundo, os pagamentos são feitos regularmente, desde que os beneficiários cumpram a série de exigências conhecidas como "corresponsabilidades", tais como manter os filhos na escola e os regularmente do médico e fazer que todos os membros participem de discussões periódicas sobre tópicos como saúde, alimentação, higiene, planejamento familiar. Mulheres grávidas e lactantes também recebem suplemento fortificante que ajuda a prevenir desnutrição.

⁷ Cabe ressaltar que, a proposta de Aert, "Sen e Desenolvimento com o indivíduo" foi participativa entre educação e promoção de saúde e conquista do indivíduo. Esse autor, inclusive com o financiamento do Banco Mundial, infelizmente não se realizou.

⁸ Cópia do Estudo de Copeche.

As famílias com crianças, recebe o equivalente a cerca de R\$ 5 por crianças em idade escolar. Os incentivos podem ser maiores, caso tenham os filhos na escola depois da quarta série do ensino fundamental, havendo incentivo adicional para a educação infantil. O valor do benefício só é editado e os alunos passando de ano. A partir do ensino médio os pagamentos para a família são os mesmos do que para a família, mas a família pode discriminar o fim a que se destinam, preenchendo o formulário de gênero na educação entre os pontos. Os pagamentos possuem limites, nenhuma família pode receber mais de R\$ 50 por mês.

As famílias podem permanecer no programa por três anos, desde que a criança seja co-responsável. Aquelas que não o fizerem podem ser suspensas ou retiradas do sistema de benefícios. Após três anos, a família pode ser novamente cadastrada, se entenderem os critérios do programa.

No início, o programa utilizou dados do censo e de pesquisas domiciliares para identificar os riscos aos quais os indivíduos estão sujeitos de indicadores e as condições de vida. A identificação dos indivíduos prioritários, foram feitas pesquisas de porta a porta para se estabelecer a família de referência, receber o primeiro. Portanto, foi dotado o sistema de pontos, os critérios com os indicadores de renda, de escolaridade e de ocupação, estado de propriedade de terra e gênero, de etno-raciais e acesso a água potável e energia elétrica. Com o fim das pesquisas de benefícios potenciais foram apresentados e reunidos comunitariamente, para que os indivíduos pudessem confirmar os candidatos. Os mesmos passos foram sendo priorizados e aplicados, editado e o programa foi se ampliando, e foram criados unidades de registro para garantir a segurança.

No âmbito da definição do público do Programa, se sei e conceitos foram adotados pelo Comitê Técnico de Mensuração de Pobreza, em seu artigo 2.º. O Comitê formulou três níveis de pobreza para classificar as famílias beneficiárias, a saber: alta, intermediária e de pobreza.

Segundo os formuladores do PROGRESA, a estratégia protege o programa contra o nepotismo e a corrupção. Quando pelo repasse do benefício, o pessoal do Programa não recebe dinheiro. As transferências de classificação e distribuição de dinheiro são repassadas aos bancos comérciais, a controladora está e com o dinheiro dos grupos. No período que antecede às eleições, não se fez nenhuma inscrição de novos beneficiários e nenhum pagamento pode ser feito perto de datas de eleições.

O programa procura fazer que seus beneficiários entendam que os serviços de saúde, educação e alimentação que recebem são direitos básicos dos cidadãos mexicanos no âmbito do governo. Com esse intuito, o programa realizou intensas campanhas de treinamento para milhares de educadores nacionais de 2003 e de estudantes e municípios de 2004.

Uma das características perceptíveis do programa se pode fundamentar em suas atividades de desenvolvimento e suas operações. Seu crescimento de inserção integradora permitiu aos docentes proporcionar a função que precisava ser realizado. No início, por exemplo, o programa tinha séries de sistemas regionais de pontos que tendiam a ser perdidos e presentes e reatados entre os recursos e vice-versa. Descobriu-se que os documentos se criavam estando excusados. Por isso, a pesquisa dispersada, foi elaborado um questionário nacionalizando dados recentes de pesquisas do país e refinados e informações prioritárias dos beneficiários do programa.

A função dos beneficiários não apenas oferecer retroalimentação. Os dados também servem de apoio às presentes que os docentes fazem perante o Congresso do México sobre o impacto do *OPORTUNIDADES*. E conseqüentemente, o orçamento operacional do programa se elevou de 600 milhões de pesos em 1997 para 20 milhões em 2004, fazendo do *OPORTUNIDADES* o maior programa social histórico do México.

É de destacar que, no início o PROGRESA era dirigido pelas autoridades, onde se concentrava a população. Com a mudança de Governo, em 2002, o programa passou a ser dirigido pelo *OPORTUNIDADES*, e sofreu algumas modificações. O programa passou a incluir também os indigentes das reservas e a apoiar seus estudos para a educação. Com o incentivo adicional para que os alunos se fossem o programa agora oferece contribuições para a construção de populi indígenas, dando seus benefícios através da distribuição de dinheiro para a educação superior, com o pequeno negócio ou adquirir a casa.

2.3 Base Conceitual da Pobreza e Descrição do Programa

No Programa de Educação, Saúde e Alimentação, o *OPORTUNIDADES*, a pobreza se conceitua como a privação de capacidades básicas. Considera-se que a situação de uma pessoa se define a partir da que está podendo ser o fazer. Ser pobre, na concepção do Programa significa, portanto, que em certas condições sociais a pessoa não tem acesso aos recursos econômicos necessários para desenvolver suas capacidades básicas. Neste sentido, o

fenômeno da pobreza transcende a esfera individual e familiar para caracter-se e fenômeno social, não excitar que não tem acesso aos recursos necessários para integrar-se plenamente e participar na sociedade. Nestes dias, o agente social desenvolve uma pequena essência que exige confiança de esforços para superar as restrições que impede as pessoas de cumprir os geradores de renda que impede de proleitos.

A pobreza social este enfoque, com as restrições que enfrentam os indivíduos para terem acesso aos serviços, com o educacional, saúde e nutrição para poder integrar-se à sociedade e produzir e dispor dos recursos para poder apreender a produção e os produtos como seus próprios meios. A política para superar a pobreza necessita identificar as oportunidades para os indivíduos, orientar e melhorar suas capacidades e construir um agente forte, assim como reduzir as barreiras e as restrições para a vida e hora.

Como finalidade de estabelecer políticas de acordo com as necessidades da população que vive em condições de pobreza o Governo Executivo, em 2002, dotou a definição de pobreza que permite dirigir as ações de forma prioritária intensidade da pobreza que precede os indivíduos e suas famílias, e sendo considerado os riscos e enfrentam e considerando as necessidades urgentes. Neste sentido, se tem definido três níveis de pobreza: inh¹, inh² e inh³. É importante ressaltar que, os dados para os censos de incidência intensidade e severidade da pobreza no México foram obtidos pelo Instituto Nacional de Estadística Geográfica e Informática (INEGI) referidos ao terceiro semestre de 1992, 1994, 1997, 1998 e 2000, por meio da Pesquisa Nacional de Renda e Gastos dos Domícios (ENIGH).

A inh¹ considera todos os domícios com renda insuficiente para comprar as necessidades básicas de alimentação, equivalente a 5,4 e 10,9 pesos por pessoa e referir as despesas, respectivamente. Portanto, estes domícios, não contam com os recursos mínimos para a aquisição dos alimentos necessários para sustentar o povo com o planejamento das capacidades que requerem necessidade de educação e o estímulos e o trabalho. A inh² inclui os domícios com renda insuficiente para comprar com o conteúdo das necessidades básicas de alimentação, saúde e educação. Equivalente a 8,9 e 24 pesos por pessoa, e referir as despesas, respectivamente. Por fim, a inh³ refere-se a todos os domícios com renda insuficiente para satisfazer, e portanto, as necessidades de alimentação, saúde, educação, trabalho e transporte público, equivalente a 28,4 e 8 pesos por pessoa e referir as despesas, respectivamente (CORREA *et al.*, 2002).

Segundo os dados de CORTÉS *et al.* (2002), com base nas informações do EN/IGI e segundo o critério de classificação do Comitê Técnico de Mensuração de Pobreza para o ano de 1992: 22,5% da população tinham rendimento insuficiente para adquirir itens básicos e correspondiam a 4% dos domicílios; 28% da população tinham rendimento insuficiente para adquirir itens básicos de educação, equivalente a 2,8% dos domicílios; e por fim 52,4% dos indivíduos tinham rendimento inferior ao necessário para adquirir itens básicos e correspondiam a 44,4% dos domicílios totais.

Tabela 01 : Proporção da População Pobre mexicana 1992/2000 (%)

Definição de Pobreza	1992	1994	1997	1998	2000
Linha 1. domicílio	4	4	28,8	27,8	8,4
Linha 2. domicílio	2,8	22,7	37,5	32,9	25,3
Linha 3. domicílio	44,4	47,8	60,8	55,4	45,9
Linha 1. pessoas	22,5	22	33,7	33,9	24,2
Linha 2. pessoas	280	29,4	45,3	40,7	31,9
Linha 3. pessoas	52,4	55,4	69,4	63,9	53,7

Fonte: CORTÉS *et al.*, 2002.

O ser o-se que nos anos de 1994 e 1997 a pobreza e o aumento considerável. Durante estes anos, a proporção da população referente a linha 1 passou de 4% para 3,4%, equivalente ao aumento de 4% para 28,8% dos domicílios; enquanto que a linha 2 o ser o-se aumentou de 2,8% para 32,9% das pessoas e na linha 3 o aumento de 44,4% para 55,4% a proporção da população. Vale mencionar que, neste período, apresentou-se uma crise econômica e excessiva que contribuiu para estes aumentos significativos da pobreza. Entre os anos de 1997 e 1998, o ser o-se reduziu a pobreza. Essa queda foi mais significativa nos anos entre 1998 e 2000. Neste período a proporção de domicílios diminuiu de 27,8% para 8,4%, enquanto que a proporção de pessoas e condições de pobreza se reduziu de 33,9% para 24,2%. E assim no período 1992-1994 o México apresentou diminuição na pobreza, enquanto que no período 1994-1997 ocorreu um aumento significativo das e entre 1998-2000 ocorreu um aumento indistinto significativo da proporção da população pobre.

CORDES et al. (2002) atribui estas oscilações da pobreza à existência do ciclo econômico. Interpretando estes resultados que a recuperação econômica depende importante nos níveis de pobreza. Se o crescimento econômico se mantém, e eventualmente a pobreza ceder. Entretanto, outros autores atribuem estas elevações nos níveis de pobreza principalmente a partir do ano 2000, com a implementação do Programa de Educação, Saúde e Alimentação.

2.3.1 Estratégias e Objetivos do PROGRESA

De acordo com o documento do PROGRESA (1999), persistem a pobreza constituída de dois princípios básicos: a) a falta de acesso ao desenvolvimento econômico e a pobreza gerada a partir do princípio da desigualdade entre as pessoas. Este fenômeno de profundas raízes se manifesta tanto nas desigualdades de acesso aos bens e serviços como na falta de inserção da população no sistema produtivo. A pobreza é a condição que impede que se satisfaçam as necessidades básicas das pessoas e que elas participem plenamente na sociedade. Esta situação não permite, de fato, caracterizar os indivíduos como cidadãos.

A isso, a pobreza engendra um círculo vicioso que impede o desenvolvimento econômico. No geral, as crianças que nascem e se desenvolvem em famílias pobres sofrem por enfermidades infecciosas recorrentes que impedem a sua capacidade de participar no desenvolvimento econômico da família, que faz com que as crianças não tenham os estudos para se incorporar ao mercado de trabalho para contribuir na renda familiar. Desta forma, o estreitamento das condições que perpetua a pobreza entre gerações.

De acordo com a proposta do Programa, o modo de reverter este processo mediante a entrega de pontos específicos. Esses pontos são focados em três aspectos: a) a melhoria da nutrição, a possibilidade de de escapatória das enfermidades e a melhoria da produtividade e acesso à educação. Estes aspectos constituem, no entendimento do Programa, os pilares sobre os quais se fundam os esforços contra a pobreza.

Dentro da estratégia para superar a pobreza dirigida ao desenvolvimento econômico e a produtividade e a capacidade das pessoas, o PROGRESA tem como objetivos:

- Melhorar substancialmente as condições de educação, saúde e alimentação das famílias pobres, particularmente das crianças, das mulheres grávidas e em período lactante, mediante serviços suficientes e de qualidade e a melhoria da educação e de

condição de escolar, condições de qualidade, assistência e resultados:

- Integrar estas ações para que o aproveitamento escolar não seja afetado por enfermidades ou desnutrição de crianças e jovens, e nestes casos é necessário que estas crianças realizem trabalhos que dificultem sua assistência escolar; o maior índice presente na idade da população é o desemprego, portanto é importante o desempenho das crianças;
- Procurar que os recursos disponíveis de meios e de recursos suficientes para que sejam feitos com eficiência educacional;
- Induzir a responsabilidade e participação ativos de pais e de todos os membros da família e a favor do benefício que significa para as crianças e jovens e melhorar sua educação, saúde e qualidade;
- Promover a participação e o compromisso comunitário nas ações do PROGRESA para que os serviços educacionais e de saúde sejam eficazes com o intuito de satisfazer as necessidades onde operam, assim como os esforços e iniciativas comunitárias e ações similares que compõem o Programa.

Este Programa sustentará suas ações nas seguintes orientações estratégicas: a) Família como o núcleo e unidade de base; b) Fomento a co-responsabilidade dos pais; c) Enfoque integrado: educação, saúde e qualidade; d) Responsabilidade e o eticidade; e) Fomento ao apoio comunitário e de autoridades locais; f) Estreita coordenação entre níveis do governo: federal, estadual e municipal; g) Cooperação com outros programas; h) Avaliação.

2.3.1.a) A Família Como Âmbito e Unidade de Ação

Assim que se cria a condição de pobreza extrema constitui-se o núcleo do PROGRESA, independente de sua composição, estrutura familiar e grupo de residência. Reconhece-se que a família é o espaço privilegiado para fazer frente às adversidades econômicas e sociais, representando o lugar onde reside os fatores que tendem a perpetuar, de geração em geração, a pobreza extrema. Assim, prioritariamente os objetivos que se impõem são satisfazer-se de educação, saúde e recursos suficientes de nutrição e melhor condição de vida. A tarefa do programa consiste, portanto, em promover oportunidades genéricas para satisfazer as necessidades básicas de educação.

s de e i ent o d s f i s q e i e e condi o de po rez p r o desen o i ento dos se s e ros e o e -est r d f i

O Progr sc ind e hor r condi o d u her e potenci r o p pe decis o q e e dese penh e f or do desen o i ento f i i r e co u nit rio. Ao pro o er ig d de de g nero, e e pretende red u zir s disp rid des soci is q e pre ace entre ho ens e u heres, s q is se tr d ze q se se pre e des nt gens p r e s. Os co ponentes do Progr a contri u e p r s tisz zer ri s necessid des p r o c id do d s a de e d sit u o n u tricion d s u heres, ssi co o de s s ses edu c ion is. E todos os c s os u sc se q e e d f i se deposit ri e tit u r dos enef cios econ icos dirigidos se u g r.

2.3.1.b) Fomento a co-responsabilidade dos Pais

A co-respons i id de dos enefici rios do Progr a essenci p r o xito de se s o eti os e req uisito indispens e p r q e s f i s poss a rece er os enef cios. A p rticip o ti a dos p is ins tit u e p r a c n r u a o edu c a o dos fi hos, e t a p r e hor r s a de e n u tri o dos es os. Dess a neir a os esfor os go ern ent is nest s re s s conseg u xitos signific ti os co p rticip o ti d s f i s. respons i id de dos p is f zer o u so s a d s econ ics q e rece e e destin - s e hor r a i ent o e edu c a o de se s fi hos, ssi co o sseg r r condi oes deq d s de higiene.

Fo ent r u a tit u de de co-respons i id de req uer p eno respeito d s decis oes d s f i s. Os p oios de e a p i r s s op oes e oport n id des e dot - s de infor oes s u ficientes p r q e todos poss a f zer e ei o infor d e respons e. As f i s s o s q e decide so re o u so dos p oios rece idos pe o Progr a. No doc u ento do Progr a fic u ito c r o q e, e eger opt r entre a tern ti s. ig a ente, s s u r respons i id de pe os res u t dos de s s oes so re s s condi oes de id presentes e f u r s.

O Progr a is a tender s necessid des sic s, oferecendo p oios e ser i os n s re s de edu c a o, s de e i ent o. eio p r i p u sion r o poder de decis o dos enefici rios consiste e oferecer, de is dos p oios e ens, co o co p e entos a i ent cios e ser i os de ten o pri ri s a de, u p oio onet rio q e hes per ite exercer s a prefer nci a no cons u o de a i entos. Este progr a de u do, tende a f to o eti o d s pesso s: s necessid des sic s, de o tro, u s u eti o: o exerc cio d s prefer nci s. PROGRESA, 999

Essa é a PROGRESA propiciando a participação dos setores da família e comunidade em atividades de saneamento e higiene, assistência alimentar e nutricional e o centro de saúde, assistência às crianças e adolescentes e o uso dos pontos comunitários para a promoção de atividades. É importante salientar que, o Programa é o resultado da participação comunitária e dos benefícios.

2.3.1.c) Enfoque Integral: educação, saúde e alimentação

Educação, saúde e alimentação constituem a tríade estratégica de ações para o combate ao problema. Aderência, dos benefícios sociais e prioridades e representações inerentes de cada um desses componentes, seus efeitos se tipificam e potencializam reciprocamente pelas inter-relações positivas que os incluem. Existe consenso de importância da cooperação entre essas três esferas e o resultado de que, para potencializar seus efeitos é necessário que cheguem simultaneamente ao indivíduo. Os esforços que se empregam na educação não renderão os seus resultados se não o compromisso dos do combate ao problema que garante o atendimento do desenvolvimento físico dos indivíduos, o processo de melhoria de vida dos propósitos para a melhoria da saúde se não o compromisso de uma educação integral que promova o combate e prevenção das enfermidades.

fornece do o de p drbes i ent res deq dos, ssi co o cesso e q ntid de e q tid de dos i entos, ez q e os indi d os co iores n eis ed c ion is t , no ger , tr hos de e hor re ner o.

2.3.1.d) Transparência e Objetividade

A se e o d s oc id des se re iz edi nte crit rios o eti os e procedi entos rigorosos q e sseg r es se de co p r i id de e n e n cion . Co e e se sc sseg r r tr nsp r nci e e fic ci n foc iz o d s ões p r a pop e condi ões de po rez extre

A identific o d s f i s enefici ri s p s s por tr s et p s: e pri eiro g r, h foc iz o geogr fic por eio d q se deter in s oc id des co ior rgin iz o e se erific se cesso ser i os de ed c o sic e s de; e seg ndo g r, e tod s s oc id des se ecion d s se re-co et o do de censo, infor o s cio-econ ic de c d g r, co o q poss e identific r s f i s enefici ri s; e por ti o, feito identific o, re o d s f i s res t ntes se present co nid de e sse i p r q e e it opinibes p r dep r o o s gerir inc ões.

Co fin id de de proxi r-se de c r ter u tidi ension d po rez identific o q e o Progr f z dos do ic ios po res repo s n ti iz o de etodo ogi q e incorpor nto co s rend s d s f i s, o utros indic dores q e ref ete co p ex re o entre os f tores q e deter in .

2.3.1.e) Fomento ao Apoio Comunitário e das Autoridades Locais

O co pro isso e co-respons i id de q e est e ece o Progr co s f i s enefici ri s se cord indi id ente co c d de s; entret nto, se reconhece q e p rticip o co nit ri e e ento f nd ent p r o o desen o i ento do Progr e o xito de se s o eti os. O PROGRESA i p sion ssi , p rticip o co-respons e d sociedad e co p eno respeito p r id de e p rtic id des soci is e c t r is d s co nid des onde oper poi ndo e pro o endo p rticip o co nit ri org niz d no seg i ento e i o d s ões. A pro o o d s ões co nit ri s s o de c r ter o nt rio.

ioso poio p r sseg r r deq d oper o do PROGRESA, constit i n s *promotoras voluntárias*, s q is co a e p r tic ente tod s s oc id des onde oper

o Progr e que, unto co s torid des oc is, munic ip is e est d is, do seg u i ento s des, e u i port nte nc u o p r expor d id s e co ent rios d s f i s que p rticip no Progr e encion r que, e 2002-2003, a figur d pro otor o ntr i foi s stit d pe os Co it s de Pro o Co u nit ri

2.3.1.f) Estreita Coordenaço entre Níveis do Governo: federal, estadual e municipal

P r o dese penho de des e p r sseg r r eficiente oper o do Progr e te sido indispens e ssist nci d s torid des e s instit i des est t is. O PROGRESA se fins no co pro isso con u nto d s torid des feder is, est t is e munic ip is, p r pro o er s edid s e est e ecer acoorden o necess ri p r c n r se, s o eti os.

Neste sentido, o PROGRESA foi estr t r do d seg u te for o Progr e acoorden do pe Secret ri a de Desen o i ento Soci SEDESOL, por eio d Coorden o N cion de PROGRESA CONPROGRESA, rg o desconcentr do d Secret ri a cri do pe o decreto presidencia e oito de gosto de 99, co o o eti o de for u r, coordena e a i r a exec o do PROGRESA. CONPROGRESA cont co u Conselho, integr do pe os tit u res do SEDESOL, d s Secret ri s de Educ o P u ic SEP, d s de SSA, e de Mor di e Credito P ico SI CP, P r o seg u i ento dos n os do progr e se constit u o Co it de Conselho do CONPROGRESA, integr do pe o s u secret rio de Desen o i ento Region do SEDESOL, o s u secret rio d SI CP, o s u secret rio do SEP, o s u secret rio do SSA. N a oper o do progr e p rticip e n e feder a do SEDESOL, SEP, SSA e o Instit to Mexic no de Seg u o Soci MSS, por eio do progr e MSS So id rid d. E n e est t a, os go ernos d s entid des feder ti s s o respons eis pe os ser i os de educ o sic e ten o s de d pop o.

A p rticip o do PROGRESA n s entid des se for iz a por eio de cordos de coordena o entre os Go ernos Est t e Feder. E n e munic ip, s torid des munic ip is no ei u pesso a presid nci munic ip co o ig o entre o u nic pio e o progr e e co a or n re is o d s oc id des, n a p i o d co ert r dos ser i os de educ o, s de: f ci it ndo o e nt a ento de infor des socioecon ic s p r identific r s f i s enefici ri s, e f ci it r entreg dos poios do progr e s f i s.

Os go ernos d s entid des feder ti s s o os respons eis pe os ser i os de educ o sic e d ten o s de d pop o aert ssi co o d oper o dos co ponentes respecti os do Progr e. O PROGRESA cont t a, co o poio d s torid des

municipais para o desenvolvimento de suas ações. Participam na realização das atividades para incorporar o Programa com finalidade de proporcionar a verificação de que contínuo processo de qualidade dos serviços de educação e de educação que não contínuo processo; dispõe de pessoal e de apoio em nível municipal para suas ações, e eficiência dos operativos de entrega dos pontos satisfatórios.

2.3.1.g) Complementaridade com Outros Programas

O Programa socializa e inter-relaciona com outros programas sociais para o desenvolvimento de infraestrutura social e econômico das comunidades e regiões e que operam com: ações de planejamento de orçamento, gestão, e eficiência, sistematização de procedimentos técnicos, entre outros. Neste sentido, o desenvolvimento de suas ações, o PROGRESA, através de intervenções nas comunidades e presentes maior organização, proporcionar os efeitos positivos de diversos programas, eficiência e população que orientam as comunidades disponíveis para a infraestrutura social e econômica para permitir ascender no oportunidades de desenvolvimento.

2.3.1.h) Avaliação Periódica

A avaliação periódica fundamentada do Programa que permite não somente analisar os resultados e impactos, mas principalmente propor medidas de correção e reorientação das ações, e melhorar a funcionalidade dos processos e, gerar os efeitos de eficiência e produtividade dos recursos direcionados para o sucesso dos objetivos traçados. A avaliação rigorosa dos impactos e resultados do Programa só se pode avaliar o benefício permanente verificando o cumprimento de seus objetivos, seus impactos, e seus efeitos. O esquema de avaliação para identificar resultados e impactos contempla análises dos efeitos de curto, médio e longo prazo do Programa só se pode avaliar o benefício sendo diversos próximos, que incluem instrumentos quantitativos e qualitativos, sistematizados e repetidos no tempo.

Por meio destes mecanismos, busca-se identificar com precisão os resultados e impactos que efetivamente são atribuídos ao Programa, distinguindo os efeitos correspondentes a outros fatores tanto na esfera individual, como na familiar e no contexto comunitário. O que permite conhecer os impactos reais do Programa e suas respectivas tendências.

As sinergias que ocorrem entre seus componentes e suas repercussões na dinâmica familiar e nas condições de vida.

É sobre o processo de avaliação, o processo de monitoramento do Programa, o processo de conhecer o efeito de cada peso que se gestam e prestação de contas.

2.4 Componentes do Programa

O PROGRESA está integrado por três componentes estreitamente interligados entre si:

- Apoios educacionais para a família e a criança e o ensino básico educacional psicopedagógico, formação técnica e assistência regular escolar, participação dos pais no processo do planejamento escolar;
- Atenção psicossocial de todos os membros da família, formando e transformando a orientação e a atuação dos serviços de saúde, com participação, tanto da família como das instituições provedoras de serviços, que deriva de uma atitude preventiva frente ao fenômeno do suicídio da saúde e da qualidade de vida da família;
- Apoios para a formação do alimentante e do nutricionista da família por meio, principalmente da criança, psicossocialmente.

Estes componentes constituem a resposta integrada, necessária do Programa para a realidade do círculo familiar. A conscientização de proporcionar de melhor conteúdo estas três áreas de interação e influência, que existe entre elas, é importante saber que estes componentes tratados de forma não são suficientes para o objetivo de formação do indivíduo e potencialidades dos indivíduos.

2.4.1 Educação

Nas áreas educacionais, o Programa orienta suas ações para oferecer inscrição, permanência e planejamento escolar da criança e dos jovens, enfatizando a qualidade de ensino, para que o melhor número de crianças e jovens possam concluir o ciclo de educacional.

As sessões de estudo são direcionadas para a educação dos jovens seccionados, em anos de 8 anos que cursam entre o terceiro ano do primeiro grau e o terceiro ano do segundo grau. Com estes sessões o Programa insere a criança e os jovens nos espaços. Os apoios educacionais são sendo conformes aos níveis escolares, estes aspectos teóricos

propósito de estimular por meio dos ensinamentos a concorrência educacional, por conseguinte, e estimular o desenvolvimento das principais necessidades de incorporar-se formalmente ao trabalho produtivo. Neste sentido, estas são as possibilidades específicas: o aumento de vagas crescentes e o crescimento do ensino secundário, e o ensino superior sobre as melhores condições de ensino.

O apoio educacional proporcionado é caracterizado e recursos próprios. Ao início do ciclo escolar, autoriza-se o apoio próprio todos os benefícios do Programa inscritos entre terceiro e sexto ano do primeiro grau, ensino fundamental, para adquirir materiais escolares, entretanto, e a gestão escolar se faz através de pontos escolares de acordo com os normas do Conselho Nacional de Educação. Ao início do segundo semestre do ciclo escolar, o sistema do Programa no primeiro, se autoriza o apoio próprio para reposição dos materiais escolares. Os benefícios são de 8 anos, que estão inscritos entre o primeiro e terceiro ano do segundo grau, ensino médio, e o único apoio próprio para aquisição de materiais escolares, o início do ciclo escolar.

2.4.2 Saúde

Este componente oferece o primeiro compromisso fundamental de reduzir a incidência de enfermidades, e a hora nos níveis de saúde das famílias e beneficiários, assim como controlar por meio dos indicadores de saúde entre a população, de onde, proporcionar a transformação das condições e a perda de produtividade das famílias que derivam da falta de prevenção e o cuidado de saúde. As ações se destinam para todos os setores de saúde e beneficiários, por isso, se tem o cuidado específico para com crianças menores de cinco anos, e a melhor gestão e nutrizas. Para o sucesso destes propósitos se estabelece o seguinte: proporcionar de melhor gestão. Pacote Básico de Serviços de Saúde, com 0,2% de prevenção e atender a demanda de crianças menores de cinco anos; fortalecer e melhorar o atendimento de saúde das famílias e do cuidado de saúde; informar e capacitar o pessoal de saúde, nutrição e higiene e; reforçar a oferta de serviços de saúde para satisfazer as necessidades.

O Pacote Básico de Serviços de Saúde é composto por um conjunto de estratégias que se caracterizam por sua alta efetividade e se caracterizam principalmente por prevenção, se destacando dos aspectos curativos e de controle das principais enfermidades.

As instituições de saúde participantes no Programa proporcionam este pacote. Assim, se tem neste pacote o atendimento e a realização do pessoal de saúde, visando a obtenção integral da finalidade do programa de saúde e os serviços de saúde e os serviços de saúde e educação para a saúde. Conforme o protocolo de frequências de atendimento, segundo a idade e condições de vida dos usuários de cada família.

Quadro 02 Pacote Básico de Serviços de Saúde

Saneamento básico
Planejamento familiar
Atendimento pré-natal, do parto e do recém-nascido
Vigilância nutricional e crescimento infantil
Vacinação
Manuseio de casos de diarréia
Atendimento às doenças parasitárias
Manejo de infecções respiratórias agudas
Prevenção e controle de doenças
Capacitação comunitária para o controle de doenças
Deteção e controle de doenças zoonóticas

Fonte: Secretaría de Desarrollo Social, Evaluación de Resultados del Programa de Educación, Salud y Alimentación, 1999, México.

Prevenir e atender a desnutrição dos crianças menores de cinco anos é uma estratégia do PROGRESA. Dentro das ações preventivas destinadas ao estado nutricional das crianças. Realiza-se a vigilância sistêmica do estado nutricional no tempo, por meio da qual se identifica se as crianças estão recebendo a alimentação suficiente e adequada para seu crescimento e desenvolvimento físico. A avaliação do estado nutricional dos menores se realiza conforme os procedimentos das Normas Oficiais Mexicanas de Saúde.

Outro ponto importante nesta estratégia é a promoção do controle de doenças de transmissão e de condições de vida e educação e treinamento de saúde, nutrição e higiene. Para o efeito o controle de doenças de saúde se requer: participação comunitária e de educação para o controle de doenças. Esses dois fatores conjugados permitem que o atendimento preventivo seja oportuno e tenha continuidade. Ademais, favorece condições que reduzem os riscos para a saúde e podem diminuir a demanda e procedimentos de atendimento prioritário como o tratamento de diarréias, edemas e desidratação.

Assim, a estratégia do Programa de proporcionar capacitação adequada e sistematizadas e planejamento. O propósito destas instruções é fornecer as capacidades práticas e técnicas e nutricionais e dote condutas que exigem a preservação dos hábitos de alimentação pre-então e de higiene, com o objetivo principal de educar os pais e professores. Assim, se necessário, informar aos pais e professores, principalmente pais e professores, que favorece condutas adequadas para a proteção de suas crianças. Pretende-se corrigir a prática de pre-então oferecendo população suficiente e acessível, sustentada e comunicável e pro-ativo sistematizado e considere suas particularidades técnicas e culturais, assim como os valores, tradições e cultura da população.

Em relação ao planejamento do Programa, procurar reforçar a oferta de serviços de saúde para satisfazer as condições. As instituições estaduais, por meio dos programas regulares do setor com a participação do governo federal, a estratégia de fortalecimento de infraestrutura das unidades disponíveis, onde operam o Programa. Busca-se que as unidades de saúde estejam preparadas adequadamente, com funcionários, equipamentos, materiais e medicamentos, para que possam oferecer o atendimento adequado.

2.4.3 Alimentação

O PROGRESA autoriza dois tipos de pontos práticos e horários: alimentação dos filhos e condições de preparo, entre outras, parte substancial das ações e favorecimento e horários. A alimentação consiste na prevenção da desnutrição infantil. Portanto, o Programa oferece suplementos alimentares práticos e essenciais do núcleo familiar, visando evitar o risco de desnutrição. A ingestão diária de suplemento alimentar adequado previne a desnutrição, tanto das gestantes, como dos crianças. Este suplemento, desenvolvido pelo Grupo de Consultoria especializado, composto por cinco instituições nacionais, foi formado por grupos de risco: crianças menores de 5 anos, mulheres grávidas e nutrizes.

O pessoal dos serviços de saúde os encargados de entregar os suplementos alimentares são os beneficiários. O uso adequado dos suplementos se reforça pelo planejamento sistematizado do crescimento e do desenvolvimento infantil nas unidades de saúde.

O segundo tipo de ponto oferecido pelo Programa consiste em um ponto onetário de alimentação beneficiários, contraindo práticos e horários, quantidade e diversidade do consumo de alimentos, e por esta razão é o estado nutricional. A quantidade deste ponto é o peso

todos os beneficiários se importam o conteúdo, tamanho e composição do grupo. Esta quantidade é feita periodicamente para manter seu valor de compra e se entregam diretamente aos beneficiários. Para poder receber este apoio monetário, os beneficiários devem visitar periodicamente o centro de saúde, e são obrigados a assistir às sessões de educação para a saúde. Assim, o apoio monetário se incorpora ao atendimento e favorece o conteúdo dos beneficiários com os agentes de saúde.

2.5 Metodologia do Programa: um processo em três etapas

Um dos aspectos importantes no desenvolvimento do Programa tem sido a participação de voluntários e doadores. Desde o início se tem pregado o método rigoroso para o desenvolvimento dos projetos, e se tem recorrido à participação de instituições nacionais e internacionais neste processo de desenvolvimento. O resultado dessas análises tem sido apresentado e conferenciado publicamente para garantir a transparência e a ética.

A população do Programa é a população e condições de pobreza extrema e de vulnerabilidades, grande parte desta população encontra-se nas regiões rurais do México, com grande dispersão territorial. Para selecionar os beneficiários do Programa, os critérios de focalização e foram consecutivamente priorizados de maior importância, sendo o processo os seriais sociais de educação e saúde; segundo priorizou-se as pesquisas socio-econômicas e todos os grupos sociais selecionados, que se vão ser identificados aos beneficiários; portanto, apresentam-se com o intuito de fazer os beneficiários. Chegando ao acordo entre todos os beneficiários do programa.

2.5.1 Etapa 1: Focalização Geográfica, seleção das localidades beneficiadas

Os critérios para a seleção das localidades se baseiam, prioritariamente, no nível de organização do comunitário, que são apresentados para propor o desenvolvimento e o bem-estar. Entre alguns aspectos específicos, se identificam as zonas com os níveis de organização dentro das localidades com os níveis de organização. Concomitantemente com as análises de organização de cada localidade se consideram os aspectos geográficos e estatísticos, o que permite identificar as regiões com o intuito de organização, e ter os dados de localidade e a densidade de população. O

propósito deste processo identificar os grupos de ocupação de onde se pode esperar o benefício dos serviços e estabelecer as respectivas condições de distribuição geográfica das zonas organizadas, se identificam as regiões que não necessariamente coincide com os limites municipais locais.

A seleção das ocupações de acordo com a sequência de organização se segue critérios homogêneos e não se enuncia e segue o processo padronizado, que é o Índice Básico de Morfologia por todos as ocupações das quais se tem informação, por meio do Censo. O índice se constrói mediante análise de componentes principais, onde o produto variável resíduo captado maior variabilidade possível entre as ocupações. Os valores do índice podem ser interpretados por meio de análise comparativa entre as ocupações. As informações se podem identificar as características de organização só os dados do X Censo Geral de População e Domicílio de 1990, o Censo de População e Domicílio de 1995 e o Censo de Integração Geográfica e entões construídos pelo Instituto Nacional de Estatística Geográfica e Informática (INEGI).

Os indicadores que se vão utilizar para construir o índice de organização por cada ocupação são: i) Porcentagem de população infante de 5 anos de idade ou mais; ii) Porcentagem de ordens de serviço corrente; iii) Porcentagem de redes de esgoto; iv) Porcentagem de redes de energia elétrica; v) Número médio de ocupantes por habitação; vi) Porcentagem de ordens de piso de terra; vii) Porcentagem de força de trabalho no setor agrícola.

O índice de organização por cada ocupação de se calcula com a seguinte fórmula:

$$MI_j = f_1 X (X_{j1} - X_{11} / S_1) + \dots + f_N X (X_{jN} - X_{N1} / S_N)$$

Onde:

f o fator de ponderação por priorizar e se determinar o procedimento, X o valor de - se ocupação de priorizar e, X e S são o diâmetro e o desvio padrão de priorizar e so re todas as ocupações.

O índice de organização se classifica em cinco categorias: não de organização muito alto; alto; médio; baixo e muito baixo (e 0,2). Para determinar que grupo corresponde a cada ocupação, se aplica o fator de estratificação que se aplica e se as ocupações se agrupam com a seguinte fórmula de densidade fixa, definida a partir do índice de

rganizao. Ao analisar este ndice pr socid des e do ic ios, const tr -se
seg inte distri i o: 4% e 5% d s oc id des e do ic ios, respecti ente, for

Dei r 4 01 2 42i 3 05siffo 2 23 54 14 22ni4 2 dd04 de 34 in l iz 200 02 40 40 di 00 895 982 nt e 0 32 iz 22 2 e 695, 42001 950

A seleção dos famílias beneficiárias se realizará através de informações socioeconômicas de caráter quantitativo obtidas através de questionário. Estas informações serão obtidas por meio de questionário ANEXO C, da Pesquisa de Características Socioeconômicas dos Domícios ENCASEI, cujo questionário será aplicado às famílias residentes nas características do grupo e estabelecimentos. O questionário define o conteúdo de pessoas que vivem dentro de um domicílio, parentes ou não, que compartilham os gastos do domicílio e que preparam os alimentos nas cozinhas.

As entrevistas serão feitas com pessoas com idade acima de 5 anos e que possua maiores informações sobre os membros do domicílio. Cada entrevista terá duração de 15 minutos e será realizada pelo pesquisador responsável pelo processo. A coleta de informações e seus resultados serão direcionados para a identificação, o que permite controlar a confidencialidade das informações recolhidas e Coordenador Nacional do Programa registrar os documentos. O processo de cópia dos dados será supervisionado mediante mecanismos de controle de qualidade e controle de qualidade de designado por grupos independentes dos encargados de aplicar o questionário. Ademais, a autoridade municipal e o representante local proporcionarão apoio ao processo, incluindo a realização de reuniões geográficas de identificação e autorizando a atuação dos grupos encargados de realizar as entrevistas.

2.5.3 Etapa 3: Incorporação das Famílias Beneficiárias do PROGRESA

Como resultado da identificação das famílias beneficiárias do PROGRESA, será realizado o cadastramento das famílias beneficiárias. Este será o ponto de partida para o processo de incorporação das famílias e consistirá em informar os seguintes dados: código de identificação, nome da pessoa que recebe os benefícios, idade, data de nascimento e sexo, de todos os membros do domicílio. Na incorporação das famílias ao Programa, estabelecerá o contato com a pessoa responsável por receber os benefícios. O Programa representará todas as informações dos beneficiários, o que é o funcionamento do Programa. Ademais, distribuirá o formulário para identificação e cada beneficiário terá um formulário com os documentos originais do Programa.

A incorporação das famílias se realizará em um único encontro onde se reunirão todos os beneficiários. Neste encontro, a equipe do Programa explicará os objetivos, benefícios e responsabilidades que deverão ser assumidos pelo beneficiário.

Progr... Os infor... d... respons... i... id... de de... ssistir... c... inic... do setor de s... de... is...
pr... xi... o p... r... inscre... er-se e p... r... est... e... ecer... s... cons... t... s... progr... d... s... A... exp... ic...
e... es o processo de certific... o de inscri... o de se... s... fi... hos n... s... esco... s... Aind... os infor... q... e...
os... enefici... rios do PROGRESA n... o pode... rece... er... poios de nenh... o... tro progr... do...
Go... rno feder... q... e... ofere... a... enefici... os eq... i... entes n... s... re... s... de ed... c... o... s... de e...
i... ent... o.

As f... i... s... q... e... i... e... e... u... a... oc... id... de onde oper... o Progr... e... q... e... n... o for...
se... ecion... d... s... co... o enefici... rios, pode... so... icit... r... re... is... o de se... c... so. E... est... s... sit... u... oes se...
n... is... no... ente... a... infor... o socioecon... ic... reco... hid... e... e... c... so necess... rio se f... z... u...
o... tr... isit... o do ic... io.

Ap... s... re... iz... r... os... a... present... o do Progr... a... exic... no, dest... c... ndo... s... s... oes...
estr... t... gi... s... e... etodo ogi... f... re... os n... a... pr... xi... se... o... u... a... re... ssi... a... n... ise de... s... e... o... u... o...
V... e... encion... r... q... e... o... re... iz... r... est... present... o perseg... i... os const... n... te... ente... nos...
doc... u... mentos do PROGRESA, os... e... e... entos... i... no... dores... os... q... u... is... for... a... encion... dos pe... os...
rg... os... Intern... cion... is... Re... a... ente se const... t... todos os e... e... entos. Cont... do, n... a... noss... a... is... o...
este... e... e... entos... s... o... necess... rios, s... n... o... s... o... s... u... ficientes p... r... se... pens... r... e... u... a... po... tic... soci...
q... e... tr... te... a... po... rez... a... co... o... fen... eno hist... rico-estr... t... r... a... .

Mig... e... Sz... e... y... s... e... t... secret... rio d... a... Sedeso... e... ex-pesq... u... is... dor econ... ico do B... nco...
Intern... eric... no de Desen... o... i... ento B/D... o... ser... q... u... e... o... Oportunidades foi pro... et... do co... o...
u... progr... a... est... tico p... r... id... r... co... a... po... rez... estr... t... r... a... . P... r... q... u... e... o... M... xico poss... a... cri... r... u...
rede de seg... r... n... a... soci... a... ter... de inc... r... se... s... progr... a... s... soci... is... co... o... siste... a... fisc... a... . M... s...
p... r... a... poder... a... t... ingir... ess... a... et... a... e... e... precis... a... refor... r... s... a... estr... t... r... a... tri... u... ri... p... r... e... e... r... s...
receit... s... e... red... u... z... ir... o... t... a... n... ho de... s... e... econo... i... a... infor... a... n... q... u... a... tr... a... h... a... a... i... ori... dos po... res...
Sz... e... y... fir... a... q... u... e... ess... a... a... gr... nde... t... ref... a... p... endente do Progr... a... .

Nosso prop... sito n... a... pr... xi... se... o... n... is... r... de for... a... u... ito... re... e... s... odific... oes...
ocorrid... s... no Progr... a... co... a... u... d... n... do Go... rno... exic... no e... 2002.

2.6 Evoluções do Programa

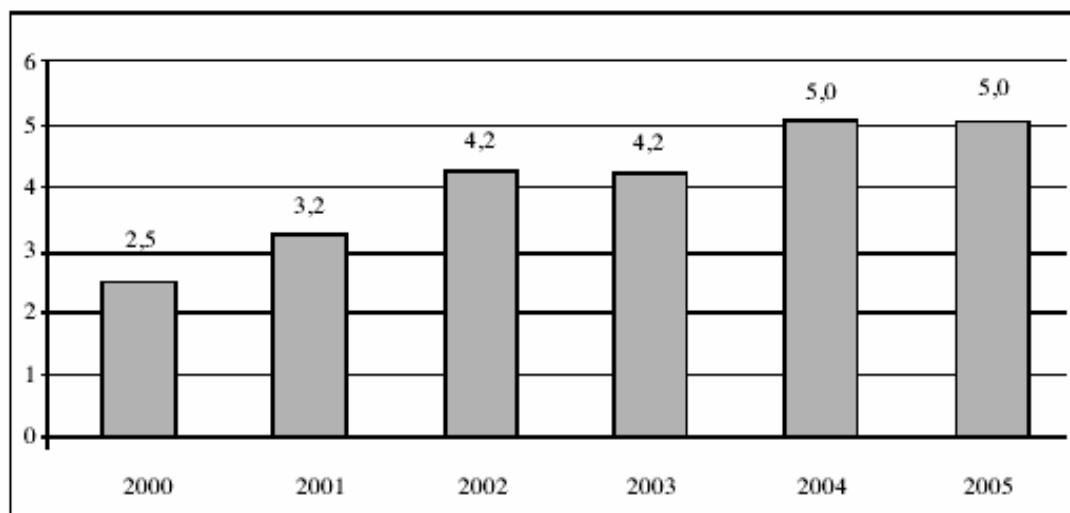
E... 2002, o PROGRESA p... sso... a... ser deno... in... do de OPORTUNIDADES... o...
es... o... te... po... q... u... e... se... pro... u... go... o... Progr... a... N... cion... a... de Desen... o... i... ento Soci... a... 2000-2004...
Estr... t... gi... Contigo... no... q... u... a... se... definir... a... oes p... r... a... p... i... o de c... o... p... cid... des... a... ger... a... o... de...
oport... u... nid... des de tr... a... h... o... e... rend... a... A Estr... t... gi... Contigo... per... iti... i... pri... r... o Progr... a... .

características integradas de promoción de desarrollo humano y social, de fortalecimiento de capacidades y de desarrollo de actividades de desarrollo personal y familiar.

En 2000, se extendió el cobertura a 50.000 familias beneficiarias, y en 2002 los beneficios pasaron a atender a 42.000 familias. En 2002-2003 introdujeron nuevas propuestas de desarrollo de los estudiantes de primer y segundo nivel, incluyendo el funcionamiento del componente Patriótica de los Centros Oportunidades y el Esquema Diferenciado de Apoyos (EDA) para las familias que están siendo del Programa, se sustituyó el figura del promotor comunitario por los Comités de Promoción Comunitaria.

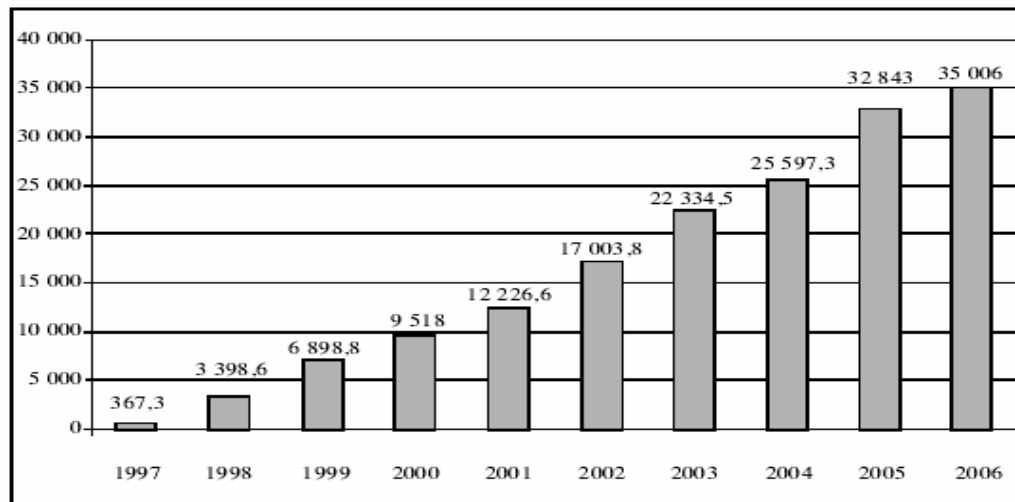
Nuestro objetivo, el OPORTUNIDADES el mayor programa de reducción de pobreza del Mxico y de los mejores de América Latina. Otro de los beneficios y los niveles de gastos del Programa están considerados en los gráficos 3 y 4, respectivamente.

Gráfico 03 Familias beneficiadas pelo OPORTUNIDADES, 2002-2005 (millones)



Fonte: COHEN, Enerito, FRANCO, Rolando & VILLATORO, Pablo, 2006.

Gráfico 04 Evolução dos gastos do OPORTUNIDADES 1997/2006 (milhões de peso)



Fonte: COHEN, Enerito, FRANCO, Rolando & VILLATORO, Pablo, 2006

Em 2005 o Programa operou 8709 localidades de que se todos os municípios do México, e tinham próximo de 5 milhões de beneficiários, e este número corresponde ao quarto da população do país. Em 2003, seu orçamento alcançou 0,4% do PIB, enquanto que o programa de 2004 o Programa tinha orçamento estimado de 3,2 milhões de dólares.

Considerações sobre o Capítulo

No capítulo 2 realizamos um análise por teorização do resultado do Programa de Educação, Saúde e Alimentação do México. Nosso intuito foi destacar experiências de desenho, gestão e planejamento deste programa no contexto dos programas sociais. Portanto, não pretendemos realizar um levantamento do novo caráter do desenvolvimento social existentes. Contudo, os dados e a partir do contexto econômico ocorrido no México, na década de 90, passamos a dotar no enfoque e o programa como se pode ser: *integral*, representada pelas políticas de educação, saúde e alimentação; *focalizada*, o orientar os programas e recursos para a população com maiores índices de marginalização. De modo geral, nossa percepção, o analisamos está no configuração dos programas sociais, foi de que, os seus formuladores tinham como objetivo garantir congruências entre os programas e o Plano de Desenvolvimento Nacional do México, o seu desenvolvimento por parte deste crescimento, se e a priorizar os programas sociais.

Na sequência se o fizemos descrições do Programa destacamos primeiro entre que, do ponto de vista de seus formuladores, persistência do programa constitui dos princípios

iniciativas do desenvolvimento das capacidades e habilidades das pessoas. E que este fenómeno de profundas mudanças se manifestará tanto nas estruturas de processos e serviços como na organização da população no sistema produtivo.

Nas perspectivas do Programa, para desenvolver este processo mediante a entrega de apoios específicos às pessoas. Por isso, o PROGESA foca dois aspectos relativos ao funcionamento das pessoas: a adequação nutricional, a possibilidade de desporto e de enfermidades e a ortodoxia de preparação e processo educativo. Estes aspectos constituem o Programa aos pilares sobre os quais se fundamentam os esforços contrapostos.

Dentro da estratégia para a superação da pobreza dirigida ao desenvolvimento das capacidades e potencialidades das pessoas, o PROGRESA tem como objetivos: consolidar sistematicamente a prática da família, o apoio e a transferência de recursos e a formação do capital humano; e dirigir os recursos públicos para a população, isto é, por meio de mecanismos rigorosos e transparentes de alocação.

Constata-se que se caracterizam no âmbito de certas propostas de medidas estratégicas no contexto da pobreza que se destacam os seguintes. A maioria dos beneficiários é de baixo rendimento, e não é espécie, e entrega diretamente ao chefe familiar do domicílio. Os pagamentos são feitos regularmente, desde que os beneficiários cumpram a série de exigências conhecidas como "co-responsabilidades", tais como manter os filhos na escola e os regularmente no domicílio e fazer que todos os membros da família participem das discussões periódicas sobre tópicos como a saúde, a alimentação, a higiene, a nutrição e a prevenção da doença. Mulheres grávidas e lactantes também recebem suplemento fortificante que ajuda a prevenir a desnutrição no período durante a infância.

Medidas características são responsáveis do programa por se fundamentarem em avaliações despendidas desde o início. A avaliação de impacto fundamentada do Programa que permite não somente assegurar os resultados e impactos, mas principalmente propor medidas de correção e reorientação das ações, e monitorar o funcionamento dos processos e a gestão, a implementação e a eficiência do uso dos recursos direcionados para o sucesso dos objetivos traçados. A avaliação rigorosa dos impactos e resultados do Programa sobre a população beneficiária permite verificar o cumprimento de seus objetivos, seus sucessos, e seus custos. O esquema de avaliação para identificar resultados e impactos contém as análises dos efeitos de curto, médio e longo prazo do Programa sobre a população beneficiária, sendo diáspora próximas, que incluem instrumentos quantitativos e qualitativos, sistematicamente repetidos no tempo.

Por meio destes mecanismos, deverão ser identificadas com precisão os resultados e impactos que efetivamente são atribuídos ao Programa, distinguindo os efeitos correspondentes a outros fatores tanto na esfera individual, como na familiar e no contexto comunitário. O que permite conhecer os impactos reais do Programa e suas relações de interação, as sinergias que ocorrem entre seus componentes e suas repercussões na dinâmica familiar e nas condições de vida.

De acordo com BELLE E DEL GROSS (2003), o programa existente é o que apresenta a necessidade de focalizar o impacto benéfico. Os investimentos realizados na preparação e desenho do programa consistem em recursos, especialmente de instrução e os possíveis desígnios formalizados.

Não obstante os resultados rapidamente obtidos do Programa, constatamos que a partir de 2002, com o advento do Governo, ocorreram algumas modificações nas ações do Programa. Destacamos dentre as modificações, do ponto de vista significativo de alteração do Programa, que passa de 300.000 famílias e 99 parcerias em 2004, distribuição de 100 milhões de reais do programa e o aumento do componente Patrimônio de Oportunidades e o Esquema Diferenciado de Apoios (EDA) por suas famílias que estão sendo do Programa e substituído de figurado pelo contínuo dos Comitês de Promoção Comunitária.

No próximo capítulo, apresentaremos o programa brasileiro, destacando suas propostas e ações, com o intuito de realizar os comparativos entre esses dois programas.

CAPÍTULO 03

PROJETO FOME ZERO: UMA PROPOSTA DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O BRASIL

No capítulo seguinte, os que estão sendo reformados no Brasil, incluindo a discussão dos últimos anos, entretanto, foi a partir da década de 1990 que se começaram a nos significativos na compreensão do tema da SAN, tendo sido promovido o início de uma nova abordagem do tema da segurança e nutrição e distribuição e a afirmação do objetivo de garantir a segurança alimentar para todos. Com isso, está no planejamento soviético e em 1993, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que contribuiu enormemente para que o tema da segurança alimentar fosse introduzido no âmbito da política, contribuindo para a participação cidadã no planejamento e no controle das políticas públicas.

Ocorre, entretanto, do ponto de vista de incorporar o conteúdo técnico da gestão pública, experiências de desenho, gestão e planejamento de intervenções públicas consistentes no quadro de segurança alimentar no país, representado pelo CONSEA, durante os anos finais de 1994, a partir do início dos anos 2000, o tema da segurança alimentar tornou-se prioritário. O crescimento do setor público e da necessidade de enfrentar os problemas, especialmente nas grandes cidades, profundamente afetado pela crise econômica e o aumento do desemprego no final da década de 1990, foi o plano de fundo do retorno da AAGF em 2000.

Como resposta, com o tratado da FAO, a Conferência Mundial de Alimentação, em 1996, por cinco anos de sua 1ª Conferência, o Instituto Cidadania, a Organização Não-Governamental, entrou em coordenação com Luiz Inácio Lula da Silva e o grupo de acadêmicos, formando o projeto para conter a fome no Brasil. Em julho de 2000, apresentou-se a primeira versão deste projeto, e três meses depois, realizamos o Sapo, Fortaleza e Santo André, para discutir as propostas. De suas participações, vários especialistas do tema e o processo de melhorias e modificações foram feitas, principalmente, no que tange ao tema da segurança alimentar e nutricional. O projeto foi adquirindo importância crescente, tanto que o país recebeu o visito do Diretor Especial sobre Direitos Alimentares e Ziegler, que veio acompanhá-lo de perto no processo de construção.

Assim, a partir de 2000 o tema da segurança alimentar tornou-se um cenário nacional e isso, em 2003, passou a ser prioridade da gestão pública do governo

e isto, por meio do conteúdo do Programa Fome Zero. As referências sobre segurança alimentar e nutricional, tanto de âmbito nacional quanto de âmbito local, no Brasil, neste estudo são propostas de caráter federativo e criadas pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional (MESA) por sua gestão. A segurança alimentar e nutricional e, particularmente, o caráter federativo foi considerado como prioridade nacional. Assim sendo, neste capítulo, nosso objetivo é realizar o presente trabalho sobre a implementação do programa Fome Zero. Destacando-se, didaticamente, sobre a implementação das propostas e métodos de gestão.

3.1 Formulação do Programa Fome Zero

O Programa Fome Zero se caracteriza por ser uma política nacional integrada que atua com o fomento do desenvolvimento. É parte do pressuposto de que todos os seres humanos têm direito à alimentação e quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades nutricionais básicas.

Nas análises de ALEN, E. 2003,

o direito à alimentação é um direito humano básico, se e não se pode discutir os outros. Se a alimentação é um direito humano básico, tanto do ponto de vista da quantidade de consumo quanto da qualidade, não há direito à vida. Se a alimentação é um direito humano básico, entendido como o direito de acesso físico, econômico, cultural e científico, produzido, especialmente humano. Além disso, este direito humano é independente da legislação nacional, estadual ou municipal específica. *ibid:9*

A incorporação do direito de Direitos Humanos nos níveis de Políticas Públicas de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional encontra forte respaldo nos tratados internacionais e nacionais, portanto, não há fundamento teórico e prático para a desnutrição, que se caracteriza por seguir como se no texto do relatório nacional apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e da Comissão de Direitos Humanos da ONU por os Direitos Humanos Alimentares, *gêneros errados ALEN, E. 2003*

A caracterização do conteúdo deste direito humano está contido no Comentário Geral nº 2, do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC),

O direito à alimentação adequada é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta de Direitos Humanos. É, portanto, inseparável e destituído de qualquer exigência de políticas econômicas, científicas e sociais, tanto no âmbito internacional quanto nacional, orientadas por princípios de promoção e realização de todos os direitos humanos por todos. *CDESC, 2002*

O Contrato Gerencial define que:

O direito à alimentação realiza-se quando cada homem, mulher e criança sozinho e com a ajuda de outros, tem acesso físico e econômico, ininterrupto, à alimentação adequada e saudável para satisfazer suas necessidades nutricionais básicas e manter a saúde. O direito à alimentação adequada não deve ser interpretado em sentido estrito ou restrito, que é o equilíbrio entre os aspectos quantitativo e qualitativo, proteções e outros nutrientes específicos. O direito à alimentação adequada deve ser resolvido de maneira progressiva. No entanto, os Estados têm o obrigação de garantir a disponibilidade de alimentos básicos e necessários para a população em situação de insegurança alimentar e nutricional. (CDESC, 2020)

De acordo com o Projeto Fome Zero (2015), o Direito à Alimentação adequada e nutritiva é o acesso físico e econômico a alimentos e quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades nutricionais básicas essenciais para a manutenção da saúde. O direito à Alimentação adequada e nutritiva não representa somente o acesso a alimentos nutritivos, mas também o acesso a serviços de saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança alimentar e nutricional, saneamento básico, acesso a recursos e meios para produzir ou adquirir alimentos seguros e saudáveis e possibilidades de acesso a alimentos e práticas alimentares saudáveis. No entanto, este direito social deve ser garantido pelos governantes e pela sociedade civil, por isso que este projeto se caracteriza por uma participação integrada, onde se propõe que exige a participação de todos, incluindo os governos nacionais, estaduais e municipais, sociedade civil, ONGs, associações e empresas. Neste sentido, na perspectiva do PRO FOME ZERO:

O ser humano não precisa de alimentos do que a alimentação adequada e nutritiva. A alimentação adequada e nutritiva não tem outros aspectos importantes. A alimentação adequada e nutritiva deve ser entendida como o processo de transformação de nutrientes no seu sentido físico e químico, e seres humanos, o seu bem-estar e a sua dignidade. Isto quer se ressaltar que a alimentação adequada e nutritiva é o acesso a alimentos e serviços de saúde. (DIGNIDADE PRO FOME ZERO, 2015: 4)

O Projeto Fome Zero expressa categoricamente a parceria entre governo e sociedade para a conquista da cidadania, incluindo o fortalecimento e conquista de direitos sociais. Neste sentido, é necessário estabelecer o acesso a alimentos e o acesso a alimentos e de ser inserido e a estratégia de desenvolvimento, assim não se refere a si mesma proposta de fortalecimento, mas do que isso, a proposta de Política de Segurança Alimentar. O eixo principal da proposta do Fome Zero é a segurança alimentar e nutricional e as estratégias perenes de desenvolvimento econômico com crescente equidade e inclusão social. Como proposta o Projeto procura resgatar o desenvolvimento social, assim, isso não pode ser considerado um ponto de partida para a construção de uma política social

focuzados.

3.1.1 Quebrando o "Tabu"²⁰

O Projeto iniciou-se com o diagnóstico do problema, procurando derrubar os "tabus" que cercam o tema e estabelecer o PROFO: O FOME ZERO, 2000:

a) A fome **não** tem diminuído no mundo: de acordo com o relatório da FAO sobre "Insegurança Alimentar no Mundo" 2000, o número estimado de 827 milhões de pessoas nutrindo-se no mundo, pelo período 1997-1998, não mostra diferença real dos dados do período anterior, de 1995-1996.

b) A fome **não** causa o aumento da população nem a fome afeta de igual modo o mundo: o Projeto citou dados da SOFI, que mostra que a fome atinge 98 países desenvolvidos e 2 países desenvolvidos e em transição. Europa, Oriente Médio e Sudeste Asiático. Esses países têm a população total que varia de 400 milhões a 2 bilhões. China. Dos 98 países, verificou-se que apenas seis de eles têm disponibilidade de calorias totais per capita² próximo do nível requerido. Outros apenas seis países não têm disponibilidade de alimentos suficiente para alimentar toda a população, diferente de outros 92 países, cujo problema é a distribuição dos alimentos.

c) Existe o **mercado** de alimentos no mundo: por meio do trabalho do autor George Y. O Projeto destaca que, se não houver o mundo estabelecido diretamente os interesses políticos e econômicos, comerciais de vários países, a existência de um "mercado de alimentos", suprido pelas estruturas transnacionais ligadas aos alimentos e apoiado pelos governos nacionais e organizações internacionais de alimentos. Verificou-se que a produção, a distribuição e a distribuição de alimentos no mundo são cada vez mais concentradas nas mãos de grandes corporações, cujos interesses estão relacionados ao crescimento econômico e não às necessidades dos seres humanos.

d) No Brasil, a fome **não** está concentrada nas regiões do nordeste: neste item o Projeto apresenta análises no trabalho do autor Roch, 2004. Segundo os dados, a população rural do nordeste representa 15,5% do país, no entanto, entre os estados, a população rural do Nordeste representa 99,5% da população do país, ou seja 8,2 milhões dos 54,4 milhões de pessoas do país. Entre os indígenas, representam 25,2% dos indígenas, ou seja 3,4 milhões dos 13,4 milhões no país.

²⁰ A expressão utilizada por osvaldo de Castro refere-se ao estômago de alimentos no Brasil.

² De acordo com o Projeto Fome Zero 2000 refere-se à quantidade de alimentos produzidos por hectare, expressa em calorias por hectare, dividido pelo número de pessoas que dependem da produção para o consumo. O hectare não produz calorias de todo o mundo, não há exportação, a alimentação não é industrializada e se perde.

Ainda e ter os setores, do total de pessoas, 2,9% vivem nas zonas rurais, enquanto 45,2% vivem nas áreas urbanas e 32,7% nas áreas metropolitanas. Estes dados, para os indigentes, são de, respectivamente, 33,3%, 42% e 24,8%. Ao enfatizar estes dados o Proeto não os inicializa gradativamente do Nordeste, assim, procura alertar que o foco é o problema e não especificamente as regiões - não está se tratando o problema apenas parte dele.

e) As **forças de mercado** não resolve o problema. Conforme autor Susan George (1997) a principal solução para o problema é a pressão e o desenho político de dois pontos: primeiro o centro e o trabalho social.

Como sabemos, os dados de Castro contraindicam e entre outros o Mundo e o Brasil conseguiu derrubar estes mitos. Ainda não dá conta de 930, Castro denuncia quando o fenômeno do desemprego é, dando-lhe estatuto político e científico. E se os estudos procuram desmistificar e não fazer do desemprego.

querer desmistificar o desemprego quando o fenômeno não é inerte e não passa de um fenômeno econômico, portanto, os estudos devem ser críticos e não passados expressamente o tipo de exportação e o comércio internacional, e, no presente, o neocolonialismo econômico que está ocorrendo nos países de economia primária dependentes, são desenhados, que são os países de fora. A fome não é resultado de fenômenos econômicos, sendo o fenômeno geográfico entre outros, de caráter econômico continente escopo.

CASARRO, 1993

Mesmo desmistificando o desemprego, ainda o Proeto Fome Zero enfrenta o problema do desemprego econômico do número de famílias no país, o seu potencial econômico. Inquestionavelmente o quadro do desemprego no Brasil, por sua dificuldade de se ensinar as pessoas a serem mais fortes. O maior problema é a falta de oportunidades econômicas. Dependendo do método utilizado e da maneira de coletar os dados há uma grande discrepância nos estatísticos do número de pessoas que não são mais fortes.

Quando se trata de estatísticas e prioridades do Proeto propõem-se o método utilizado especificamente para o problema brasileiro, como se nos dados de renda total de 1999 do PNAD de 1999. Contudo, a metodologia do PNAD²² utiliza uma fonte de dados para diversos propósitos, para o problema que está sendo estudado pelo país que é o desemprego, está se de dados presentes seguintes itens: não tem

²² E 2007, por meio de vários estudos pesquisas do PNAD têm em estigmas característicos como as entrevistas de educação e acesso a renda e de pessoas com idade entre zero e dezessete anos, característicos como as entrevistas de trabalho de pessoas de cinco a dezessete anos de idade e acesso ao programa de transferência de renda e de assistência social.

informações sobre o consumo; os arranjos físicos residentes e domicílios particulares; exceto a população rural da região Norte, não incluem o consumo provenientes de outros programas de transferências governamentais, no total consumo doméstico. **GRAZIANO DA SILVA, A. DEL GROSSI, E. A. AGUIAR, 2003**

O conceito de estrutura econômica por pessoas é todo o produto físico e energético no Brasil. Estes podem ser separados em dois grupos: todo o produto direto e indireto. O produto direto compreende o produto físico e energético dos antropométricos, o número de pessoas e serviços que não possuem o produto de qualidade e ter os de cores e proteínas. Neste sentido, este produto físico e energético de ingestão de alimentos o produto do peso e energia total da população. Enquanto que o produto indireto são os produtos físicos e energéticos que se originam a partir da renda física por pessoa. Pressupõe-se que a renda física é o principal fator que é o produto físico e energético. Define-se, então, a renda física e se considera suficiente para a ingestão de alimentos pr-definidos e, portanto, o número de famílias que não atingem este valor.

Quadro 03 Comparação de Alguns Métodos Diretos e Indiretos para Mensuração da Fome, Pobreza e Desnutrição no Brasil

Métodos	Índices	Descrições	Dados Recentes	Parâmetros de Referência	Fonte
Métodos diretos					
Índice de adequação energética ACE < 00%	Método direto de propriedade pessoal	- Exige pesquisas extensas e caras; - Dados desatualizados	42% da população em 1994-1997	0% com AAE < 00%	Lotos & Figueredo 1999
Método de efeito direto MC	Método direto de efeito direto	- Pesquisas desatualizadas; - Medição de efeito direto por pesquisas difíceis; - Não considerado o acesso da população à alimentação	1,2% da população em 1999	3,5% da população total considerada normal	Monteiro 1999
Crise econômica e crescimento	Método direto de desnutrição	- Crises de desnutrição infantil são típicas e são mais recorrentes em regiões com pobreza extrema	0,4% da população em 1999	2,3% da população	Monteiro 1999
Métodos indiretos					
% da população com renda familiar per capita < R\$ 41,57 sete reais em 1999	Método indireto transparente	- Método indireto baseado em dados de necessidades básicas da população; - Pesquisas em andamento	8,7% da população em 1999		Looff 2000
% da população com renda < R\$ 50 por dia	Permite comparar despesas internacionais diretas	- Método indireto baseado em diferenças de custo de vida entre países e dentro do país; - Taxa de custo pode variar muito dependendo do período	5,7% da população em 1999		Banco Mundial 2000
% da população com renda menor que o valor de indigência					
Linha de indigência do CEPAL		- Método indireto baseado em fonte: ENDEF de 1994-1995; - Diferença de indigência entre residentes e estrangeiros não é considerada	1999: 3,4% da população em 1995; 2,94% da população em 1999		PEA e Monteiro 1999
Linha de indigência do BGE, PEA e CEPAL	Estado atualizado de acordo com prioridades de déficit de todos	- Método indireto baseado em pesquisas de custo de vida do ENDEF 1994 com custo de vida estrangeiro; CEPAL 1988-1988	1999: 3,7% da população em 1999		Rocha 1999
Linha de indigência do PEA, R\$ 20,3 Centro-Questo R\$ 4,8 R\$ 7,999	Série histórica atualizada sendo nacional para os estados e municípios	- Método indireto baseado em pesquisas de custo de vida do ENDEF de 1994-1997	1999: 3,7% da população em 1999; 8,7% da população em 1997		Silva & Rocha 2000
Linha de indigência do PEA, R\$ 500 e FOM 1999, R\$ 500	Método indireto baseado em pesquisas de custo de vida	- Método indireto baseado em pesquisas de custo de vida do Nordeste e Sudeste e 5000 domicílios e questionários e método de amostragem restrita	1999: 29% da população em 1999		Ferreira & Rocha 2000 e Ferreira 1999

Fonte: GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI ; TAKAGI, 2001.

3.2 Projeto Fome Zero: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil²³

Como isto não se pôde fazer anteriormente, ensaiamos o método proposto e fomos capazes de quantificar o problema do projeto Fome Zero de dados estatísticos, tendo em vista que todos os países têm acesso a estes dados e possuem estatísticas. Portanto, o Projeto optou por este método apropriado.

Para a estimação do impacto econômico, desenhou-se o método tendo como ponto de partida a renda per capita do Banco Mundial de US\$ 00 por dia. Esta renda per capita foi considerada como a renda per capita mínima por ser representativa da renda per capita encontrada entre os países menos desenvolvidos, e em 1985, considerando como equivalente a renda de US\$ 08 de 1999, considerando o custo do dólar de sete centavos de 1999 R\$ 0,07 por dólar, R\$ 2,29 por dólar. Procurando contornar alguns problemas existentes neste método como a utilização de uma única renda per capita, consideramos as diferenças de custos de vida entre os países e entre as regiões dos países e a não-quantificação do consumo diário de alimentos e de outros bens e serviços essenciais por país, adotou-se a regionalização da renda per capita. Gráfico de Si De Grossi et al., 2000.

Essa regionalização dos custos de vida e como os índices de preços regionais calculados por Ferreira Lino²⁴ e Neri²⁴, com base na Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1997. No entanto, o PPV foi feito apenas para as regiões Nordeste e Sudeste, portanto, os resultados são relativos às regiões Nordeste e Sudeste. Para a associação das necessidades de cada país de cada região, procedeu-se da seguinte forma:

- Para a região Norte, adotou-se o mesmo índice da região Nordeste, sendo que, para a região Centro-Oeste foi calculado a ponderação de acordo com a população de cada região Centro-Oeste, Fortaleza, Recife e Salvador.

- Para as regiões Centro-Oeste e Sudeste, adotou-se o mesmo índice da região Sudeste, sendo que, para as regiões Centro-Oeste, foi calculado a ponderação de acordo com a população de cada região Centro-Oeste do Sudeste, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São

²³ O texto "Renda e Fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil" foi elaborado com o auxílio do professor de Economia do Projeto Fome Zero do Instituto Cid de Moraes Gráfico de Si De Grossi et al., 2000.

²⁴ O texto "Utilização dos dados de Si De Grossi et al., 2000, para a construção de um perfil de pobreza para o Brasil, usando o PPV, PNAD e dados do Censo". P. 10-11. Dep. de Econ. e Estat. da UFRJ, Disc. n. 48, dos autores Ferreira Lino²⁴ e Neri.

Projeto
 A regionalização, foi feita das regiões PNADs: cresceu-se o grau de
 do to-consumo por famílias e descontou-se o grau e o grau de prestação
 de serviços próprios

Tabela 03 Estimativa de beneficiários do Projeto Fome Zero

Regiões	N.º pessoas por família em milhares	N.º famílias por família em milhares	Pessoas pobres em %	Famílias pobres em %	Renda diária per capita disponível em R\$
Brasil	44	9,3	2,3	2,4	430
regiões metropolitanas	0,4	2,4	9,5	5,8	44,7
regiões rurais metropolitanas	23,5	5,	2,3	2,8	44,4
regiões rurais	2,	2,4	4,	3,3	39,

Fonte: PNAD 2001/IBGE *apud* Belik, 2003b.

Obs: foram consideradas pobres as famílias com renda per capita menor que R\$ 71,53 por mês.

A partir deste estudo, chegou-se ao número de beneficiários de 44 milhões de pessoas, pertencentes a 9,3 milhões de famílias, ou seja, no Brasil 44 milhões de pessoas ganharam menos de 700 reais por dia, ou R\$ 3800 mensais, o que é de sete vezes de 999. Essa população pobre representa aproximadamente 2,3% da população total do país, sendo 9,5% da população das regiões metropolitanas, 2,3% das regiões rurais metropolitanas e 4,7% da população rural. Ademais, o estudo constatou que a pobreza vem aumentando principalmente na região metropolitana de São Paulo, onde se concentra a riqueza do país.

A conclusão do estudo que a pobreza não é um fenômeno recente, mas resultado de um processo de crescimento per capita, assentado em vários fatores e que tende a ser crescente concentrando a renda e o desemprego. Decorre disto o diagnóstico de que a estrutura da renda no Brasil tem três dimensões fundamentais. Primeiro, insuficiência de renda decorrente da concentração de renda existente no país, dos efeitos dos níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos vários segmentos da sociedade. Segundo, a incapacidade de dos preços mais baixos dos alimentos com o baixo poder aquisitivo dos vários segmentos da população. E por fim, a exclusão da grande população do mercado de trabalho, muitos dos quais desempregados e subempregados, e, portanto, criados e

outros grupos carentes, que é necessária de entendimento e urgência. GRAZIANO DA SILVA A.; BELLI, A. A. AG/M, 2020

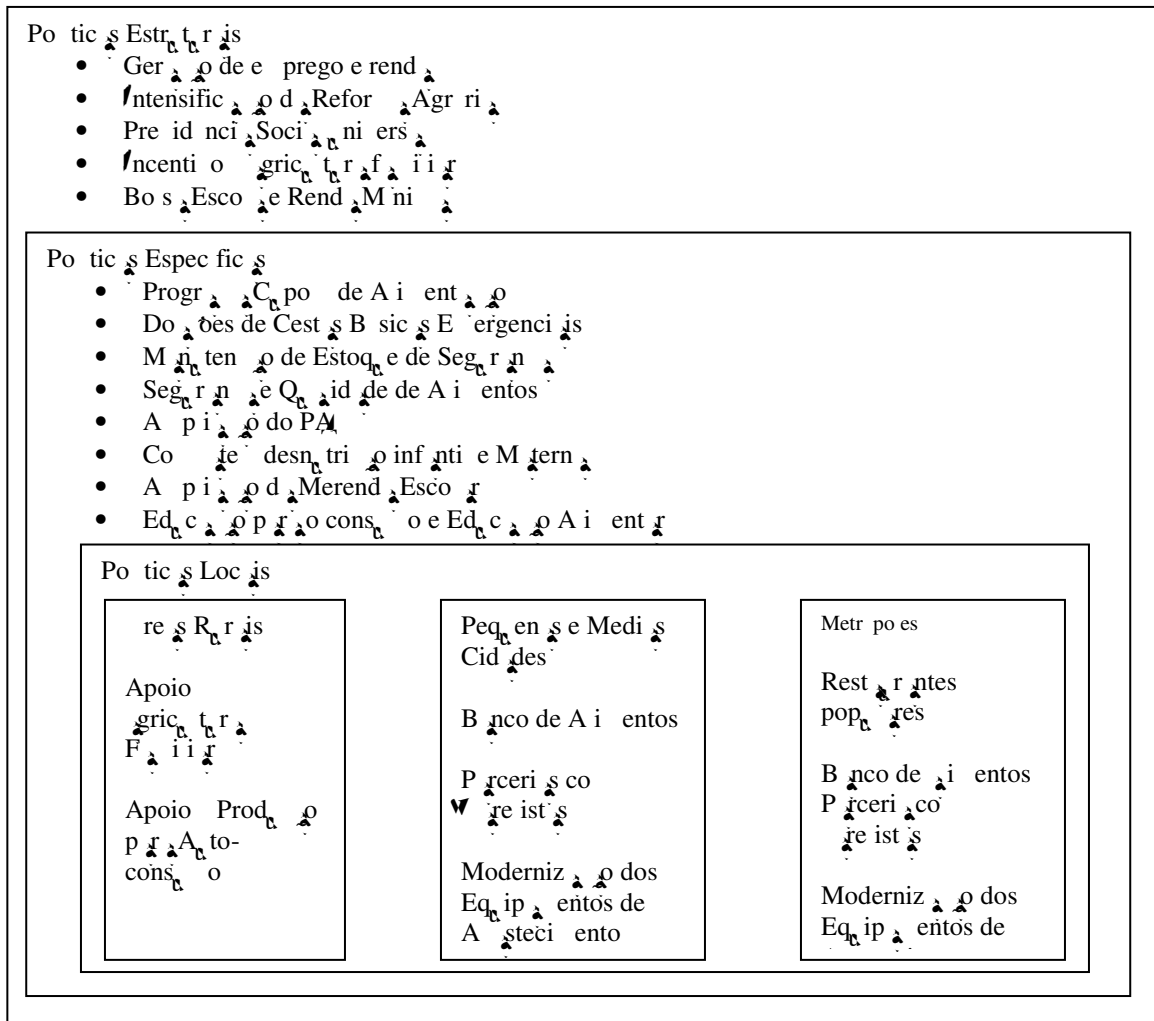
De acordo com a proposta do Projeto, a priorização definitiva deste problema é no Brasil necessária no modelo de desenvolvimento econômico que privilegia o crescimento econômico distribuído de renda visando a recuperação do mercado interno do país com geração de empregos, e mais especificamente, recuperação do poder aquisitivo da população. Portanto, se reconhece que no modelo de desenvolvimento econômico não se consegue de imediato, por isso, o Projeto propõe ações e urgências que são assistidas diretamente à população com fome.

Assim, o eixo central do Projeto está na conjugação de ações entre as mudanças políticas estruturais – o redistribuído de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforço gerencial entre outros – e as intervenções de ordem e urgência. PROJETO FOME ZERO, 2020

3.3 Uma Proposta De Política De Segurança Alimentar: uma Política de corte amplo

Conforme o PROJETO FOME ZERO, 2020:8, este é o objetivo principal que é considerado a equação da situação presente por três grandes eixos de políticas: a prioridade de atendimento de direitos, a atenção dos processos de produção e programação de urgências para atender a população que está excluído do mercado. Portanto, a prioridade com fome no Brasil precisa do modelo de desenvolvimento econômico que é caracterizado por exclusão social, a que a fome persiste nos setores produtivos, com o total do desemprego, a concentração de terra e renda, fundamentalmente que se desenvolve instrumentos de política que privilegiam o número e quantidade de direitos e rendimentos fiscais, pelo modo de produção e pelo modo de oferta de produção dos direitos sociais e o atendimento dos setores produtivos. O diagrama a seguir representa as principais propostas de políticas do Projeto Fome Zero. Vale salientar que nenhuma dessas políticas isoladamente pode fazer frente ao problema de fome:

Propostas do Projeto Fome Zero



Fonte: PROJETO FOME ZERO, 2001.

As políticas estruturais incluem a criação de empregos e, por meio do aumento da renda familiar, da universalização dos direitos sociais e do acesso à internet de qualidade e da diminuição da desigualdade de renda. Fazem parte das políticas estruturais: políticas de geração de emprego e aumento de renda; intensificação do reforço agrário; previdência social e previdência; bônus escolar; renda mínima; e incentivo à agricultura familiar.

Para atingir os propósitos de geração de emprego e aumento da renda, fundamentado no modelo de desenvolvimento econômico: políticas de aumento do salário mínimo; programas de formação e incentivo ao empreendedorismo e emprego para os jovens; políticas de crédito para os investimentos, por meio do BNDES, Banco do Brasil; créditos para o consumo; recursos para o ensino público fundamentado em qualidade, e a educação não estruturada, educacionais nas ressurais, recursos de políticas habitacionais.

No que se refere à intensificação do reforço agrário, o Projeto defende o processo

ssi o de distri u i o de terr s co o po tic a estrut r de desen o i ento, pois por eio deste processo pode se c n r redistri u i o de rend a p i o d s fontes de rend p r s f i s, fonte de tocons o i ent r e din iz o d s econo i s region is.

O Pro eto propõe extens o do direito ni ers soci todos os tr h dores e regi e de econo i f i i r n s condi ões de u ner i id de soci e io gic id de, in idez e pro e ente t dese prego erto, n s re s r r is e r n s.

E re o gric t r f i i r, o PRO E O 200 :8 consider essenci reto d de u po tic gr co q e f ore de f to, gric t r f i i r, is ndo o ento de prod o dos i entos e prote o o gric tor de enos rend isto pode ser tingido por eio de con nto de po tic s q e co ine : seg ro de rend gr co priorid de prod o intern u po tic de cr dito, ssist nci t nci de co erci iz o e o esti u o for o de cooper ti s. Ade is, propõe con nto integr do de po tic s region is e oc is o t d s o poio co erci iz o, ento do or greg do, co pr instit uion de peq enos e dios prod tores d regi o p r erend esco r, hospit is, creches e pres dios.

Os outros dois gr pos de po tic s propost s pe o Pro eto est o diret ente ig dos din iz o d econo i oc e region . De cordo co A gi 200 :5 d s istes estr t gic s do Pro eto Fo e Zero fort ecer no o de q e, seg r n i ent r e n tricion est ssoci d o g r onde f i i e, s u proxi id de d ofert oc e region de i entos e disponi i id de de equip entos p icos e pri dos existentes no se entorno.

As po tic s espec fic s is tender s f i s u ner eis fo e, por eio de tr s instr entos, s o e es: progr de c upons de i entos PCA cest s sic s e c r ter e ergenci e cri o de estoq es i ent res de seg r n O PCA represent a tr nsfer nci de rend a tod s s f i s po res p ico eneficio, destin dos s prir diferen entre rend f i i r e inh de po rez, definid pe etodo ogi do Pro eto e c d regi o. O int uito deste instr ento er o i ent r o co rcio oc r te r os c u stos de oper o e s u per r resist nci s d s po tic s c iente ist s. Esses eneficios s poderi ser u ti iz dos n co pr de i entos e s u per erc dos e o s pre i ente c d str dos PRO E O FOME ZERO, 200

As princip is nt gens do PCA est ri n possi i id de de poder tingir a pop o is po re e de conseg uir ig r os cons u idores se poder u isiti o co os peq enos prod tores de i entos. O PCA tr t se de u poderoso instr ento de

políticas agrícolas e medidas que contrariem a expansão de produtos deficitários de alimentos de cosses e produtores, ou seja, instrumento de dinamização econômica e social.

No interior das propostas específicas, o Projeto propõe a adoção de medidas de alimentos por período determinado, pessoas físicas, populações atingidas por condições naturais, comunidades indígenas e os segmentos de reforma agrária. Adicionalmente, propõe-se a composição de comitês de assistência técnica e emergência, para que possam diagnosticar e que atendesse as necessidades nutricionais das famílias, com indicação de alimentos produzidos na própria região. Assim, prioritariamente os produtos agrícolas locais. As comissões funcionam através de mecanismos de desenvolvimento institucional, estando a economia das regiões.

Outro instrumento de políticas específicas é o estoque de segurança do governo pretendido entre estoques públicos de alimentos, assim, assegurando o volume mínimo de produtos de assistência e responderse pelo consumo durante o período necessário para se importar ou expandir oferta de alimentos. De acordo com o diagnóstico do Projeto, os estoques públicos de alimentos e áreas das regiões eram praticamente inexistentes, como por exemplo na região Nordeste.

A dinâmica dos estoques de segurança funcionaria de seguinte forma: os alimentos seriam adquiridos nas próprias regiões produtoras e utilizados no distrito por parte da população e pelo sistema de assistência e emergência e atendimento. Assim, a dinâmica e iteração perecimento dos alimentos é um dos PROBLEMAS DO FOME ZERO.

As outras propostas específicas estão relacionadas ao momento de políticas existentes, como: a priorização e o redirecionamento do Programa de Alimentos do Aranhador PA, priorizando o trabalho de produção e o custo de distribuição interno-institucional, por meio do fornecimento de produtos alimentares, como o leite; a priorização de atendimento e melhoria de produtos regionais na composição das propostas de programas de educação e educação para o consumo, com efeitos preventivos tanto para o custo de distribuição, quanto para o custo de atendimento. A AGI, 2000.

Quanto às políticas sociais, estão previstas propostas de fortalecimento da sociedade civil, estado e municípios. É importante que os programas que estão em funcionamento e o correto sucesso. É evidente que as propostas estão detalhadas segundo as regiões de residência, recursos humanos, recursos humanos não-empregados e recursos humanos.

Para essas regiões metropolitanas propõem-se:

- Programa de restaurantes populares que forneça refeições a preço de custo podendo, assim, atender a maior e de maior produtividade de alimentos;
- Banco de alimentos, que represente a estrutura física de captação e distribuição de alimentos que esteja em boas condições para o consumo, e que não serão utilizados pelos supermercados e empresas alimentares devido a pequenos defeitos e proximidade de validade, tendo sua qualidade testada por nutricionistas;
- Modernização dos equipamentos de armazenamento, funcionamento de equipamentos com redes, sistemas, e computadores de serem reconstruídos com a forma definitiva e de atendimento de alimentação e restaurantes metropolitanos e não-metropolitanos. Para incentivar estas políticas são necessárias a criação de centros de compra e distribuição nas regiões metropolitanas, que dê apoio logístico e comercial aos pequenos restaurantes, e por sua vez, que comercializem os alimentos de cesta básica e outros gêneros alimentícios aos:
- No relacionamento com as redes de supermercados, de acordo com o Projeto Agências Experimentais Ostrac que instigou a construção de grandes equipamentos de endocando destruindo o pequeno varejo e não apresentando resultados expressivos e ter os de empregos e de renda para os municípios. Portanto, de-se procurar fazer dos supermercados aliados na comercialização dos produtos básicos e produção de agricultores e pequenos produtores da região e população de baixa renda.

Para essas regiões não-metropolitanas, os instrumentos são os seguintes, por causa da especificidade das formas de relacionamento das famílias, hábitos de consumo, ocasiões de compra e existência de maior ou menor rede de distribuição de alimentos, banco de alimentos, promoção de restaurantes e modernização dos equipamentos de armazenamento. Destacamos no interior desta política a proposta de "agricultura rural" e pode ser feito através do "projeto de produção do produtor" e sistema de entrega e do comércio de produtos frescos, cursos de formação de horticultores, cadastro de terrenos rurais para a produção de hortaliças.

Para essas regiões o Projeto destas políticas de apoio agrícola familiar, que propõe que os municípios e os governos estaduais e federais se possam poder de compartilhar de grandes instituições para a construção de creches, hospitais, quarteis, restaurantes populares e famílias de agricultores familiares da região; e a política de apoio à produção para o autoconsumo, propõe-se que os municípios e governos estaduais,

forne assistência técnica adequada aos pequenos produtores de sistemas de irrigação, assistência técnica, ferramentas e insumos.

A nossa estratégia é emergencial, com o foco em desenvolvimento prioritário, em função dos impactos da seca e do efeito típico das regiões deprimidas do país. Quanto que estas regiões foram prioritárias em períodos anteriores do semi-árido nordestino. É importante salientar que a comissão de trabalho tinha papel prioritário nestas regiões, tanto no que tange às formas de organização dos produtores rurais. Essa participação da comissão foi institucionalizada por

O CONSEA foi criado em 1993 e teve grande contribuição para a implementação de políticas de segurança alimentar e nutricional, experiência de desenho, gestão e planejamento de intervenções por iniciativa própria pensada ao final de 1994.

Assim, a ideia de resgatar o CONSEA, segundo suas gestões, seria fortalecer a experiência por si só no que tange ao desenho, gestão e planejamento de políticas de segurança alimentar e nutricional para o país. Este Conselho representou um foro de parceria entre a hierarquia do Governo Federal e representantes da sociedade, respondendo ao Presidente da República o papel de diretrizes e prioridades das políticas de combate à fome e à insegurança alimentar. As decisões tomadas no CONSEA e suas ideias pelo Presidente de ser implementadas sob a coordenação de autoridades do governo, destinadas a reunir recomendações que esse trabalho fosse desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, articulando-se com os demais ministérios e órgãos governamentais.

Ainda no interior dessas estruturas recomendou-se a constituição de subsecretarias executivas. A partir das articulações com os diferentes órgãos de governo, enquanto outras intervenções com as entidades não-governamentais. Segundo GRAZIANO DA SILVA & ALMEIDA (2004: 5), *a institucionalização do programa deve ser capaz de ser transversal, ou seja, passar transversalmente por todos os ministérios agregando as ações deles em torno do objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional*. Portanto, não se trata de fragmentar as ações e por conseguinte, se atingisse os objetivos do programa.

Como a equipe de transição²⁵, sob responsabilidade das equipes que formaram o Projeto Fome Zero, a proposta de institucionalizar o Programa e implementá-lo por si só. De acordo com ALMEIDA (2004: 84), este processo ocorreu em Brasília nos dias dois e seis de dezembro de 2002, e contou com a participação de cerca de 10 técnicos de alto nível internacional e nacional, da equipe de transição, das entidades organizadoras, com líderes do governo, do meio acadêmico e da sociedade civil, como sindicatos e associações ligadas tecnicamente à segurança alimentar e nutricional. E também se foram definidos diversos temas que seriam prioritários para a constituição de prioridades e ações: agricultura familiar; arranjos institucionais; calendário dos programas sociais; fortalecimento do CONSEA; comitê de Direito Humano Alimentar; educação alimentar;

²⁵ A equipe de transição sozinha, com apoio externo, que culminou na realização de um encontro entre FAO, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, visando contribuir para a transformação e o planejamento de governo e trabalho por iniciativa própria de com as organizações poderiam operar a institucionalização do programa.

fundo contra a pobreza, microcrédito e políticas nutricionais.

Como resultado deste intenso debate, o desenho institucional da equipe de transição governamental ficou caracterizado da seguinte maneira:

- Recriação do CONSEA, com o órgão de assessoramento do Presidente da República;
- Criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) e do Comitê Fome, ligado Presidencialmente à República;
- Realização do estudo estrutural físico de pessoal e orçamento da Secretaria Executiva do Comitê de Solidariedade;
- Redução do orçamento em R\$ 8 milhões por sessões do Programa em 2003, por ocasião da análise detalhada do Projeto de Lei Orçamentária de 2003, na Câmara Federal;
- Apoio ao processo de organização popular, incluindo a criação de assessorias específicas Presidenciais para cada uma dessas áreas.

Vale mencionar que, o MESA foi proposto inicialmente no âmbito prioritário do Projeto Fome Zero, e em julho de 2002, todavia, não chegou ao fim, de outubro de 2002, a proposta foi suspensa. No entanto, no período de implementação do Programa, a proposta foi retomada e em dezembro de 2002, a criação do MESA, dentro do contexto do governo, e que seria criada através de secretarias, todas e suas respectivas estruturas de ministérios e a criação de outras estruturas nas áreas de assistência, com a transformação da Secretaria de Assistência Social e Ministério de Assistência Social, o tema da segurança alimentar e do comitê fome perderia sua força coordenadora intersetorial dentro do governo se não fosse criada o Ministério Extraordinário. (AAGF, 2004)

O MESA seria o órgão que desempenharia a ponte transversal perante os ministérios, de modo articuladas as ações dos diferentes ministérios e torno de políticas de segurança alimentar. A transversalidade de debates e a formação de eixos de articulação e integração entre os diferentes ministérios para garantir que não houvesse reposição de ações. (SOZ, 2004)

Os autores GRAZIANO DA SILVA & ALMEIDA (2004) e referem ao processo de institucionalização do Programa Fome Zero, destacando que:

...t. progr. s ser poss e por eio de v. forte rtic. o inter inisteri e entre os tr's n' eis de go erno feder. est d. e municip. e d. conso id. o dest. co o centro do p. ne. ento do go erno nestes n' eis.... A seg. r. n. i ent. r. o ponto de con' erg nci. d. s. oes estr. t. r. is e de n. t. rez. inter inisteri. i id: 5.

Ocorre, entret. nto, co o sin. iz. SO. ZA. 2004 no c. rso do go erno, per. nece. u. fr. g. ent. o d. s. oes, v. ez. q. e. po. tic. soci. nte e-se co o ri. d. po. tic. croecon. ic. Ade. is. i. p. e. ent. o do progr. a. dependi. de. certo. consen. so. entre todos os inist. rios do go erno e torno de. po. tic. de seg. r. n. i. ent. r. ist. co o. eixo estr. t. gico de po. tic. de desen. o. i. ento.

Ap. s. v. no de ig. nci. o MESA, e. n. eiro de 2004, e. eio. u. refor. a. inisteri. , foi extinto e s. e. str. t. r. foi incorpor. d. o no o Minist. rio do Desen. o. i. ento Soci. de Co. te. Fo. e. MDS. q. e. t. herdo. s. estr. t. r. s. e. s. po. tic. s. do Minist. rio d. Assist. nci. Soci. e d. Secret. ri. Exec. ti. do Bo. s. F. i. Co. ess. s. d. n. s. re. d. seg. r. n. i. ent. r. fico. so. respons. i. id. de d. Secret. ri. de Seg. r. n. Ai. ent. r. e. Nutricion. - SESAN. As. oes. especific. s. inici. d. s. no MESA per. necer. so. s. respons. i. id. de e for. contin. dos. No. ent. nto, perder. esp. o. po. tico no Minist. rio e, por. conseg. inte, n. gend. centr. do go erno. Este. f. to. t. ero. o. c. r. ter. origin. do Progr. Fo. e. Zero, ssi. f. st. ndo-o de s. s. propost. s. inici. is. Afir. os, c. tegoric. ente, q. e. co. ess. v. d. n. de instit. cion. iz. o, o progr. a. c. o. sendo. is. v. exe. p. o. de po. tic. soci. foc. iz. d. d. entre. ri. s. n. A. ric. - L. tin.

3.5 Evoluções do Programa

A. i. p. nt. o d. s. oes do Pro. eto Fo. e. Zero inici. r. -se e. 2003, e. dois. n. ic. pios, G. ri. s. e. Ac. no. se. i. rido. A. pri. eir. o. foi. g. r. ntir. contin. id. de do Bo. s. Rend. por. is. tr. s. eses, o. es. o. te. po. e. q. e. er. p. i. do o Progr. C. rt. o. Ai. ent. o. PCA. no. se. i. rido. Por. eio do PCA, s. f. i. s. e. sit. o. de inseg. r. n. i. ent. r. co. rend. f. i. r. ens. per. c. pit. inferior. s. rio. ni. o, rece. i. u. q. nti. e. dinheiro no. or. de R\$ 5000. P. r. e. ente, nestes. n. ic. pios, for. inici. dos os. ch. dos. progr. s. co. p. e. ent. res, t. is. co. o: i. c. p. cit. o dos Co. it. s. Gestores.²⁹

²⁹ A. cr. tic. princip. d. pop. o. oc. n. poc. referi. -se. f. t. de. tr. nsp. r. nci. e. crit. rios no. c. d. str. ento d. s. f. i. s. ocorrido nos. nos. nteriores no. C. d. stro. nico. Dest. for. for. o. do Co. it. G. stor, co.

que e ser i respons eis pe o co p nh ento d s ões nos ã nic pios. d se e o f t r e co p nh ento socioecon ãico e n ãtricion d s f i s que rece eri os enef cios; ii) constr uo de cistern s e; iii) i p nt o de progr ã de f etiz o o t do p r cerc de 800 o ens e d u tos enefici rios do Progr ã C rt o A i ent o.

E o t ro de 2003, 4 Co it s Gestores est e oper o e todo se i rido e n regi o Norte de Min s Ger is, seg nd regi o de exp ns o do PCA². Neste es o s, is de i h o de f i s est ã inc ã d s no Progr ã Atingid tot id de dos ã nic pios priorit rios, s ões do Progr ã se exp ãndir p r de is regibes, onde est ã sendo i pe ent dos os Cons rcios de Seg r n A i ent r e Desen o i ento Loc CONSAD. A propost desses Cons rcios er desen o er ri s ões estr t r is inter ig d s p r g r ntir seg r n i ent r e incenti r o desen o i ento oc o microcr dito, instit ucion iz o d s soci o dos ã nic pios, e or o de di gn stico e do p ão de desen o i ento region e incenti o gric t r f i i r, d i p nt o do PCA nos ã nic pios consorci dos A AG, 200

Confor e OR EGA 2004

CONSAD e for de **associação entre municípios**, co p rticip o d a socied de ci i e do poder p ãico, p r ões con nt s de **geração de trabalho, renda e garantia de segurança alimentar**. Constit i od id de de **cooperação** entre o **poder público e a sociedade civil** p r que ntos poss ã disc t r, p ãe r decidir, e i p nt r ões o t s p r seg r n i ent r e e hori d s condi ões de id d s pop ões en o id s i id, p:3. Grifo do tor)

i port nte ress t r que, o de te so re os CONSADs n o s rgi no ito do Pro eto Fo e Zero, ã propost foi incorpor d s d s po tic s estr t r is, edid que est ã sendo exec t do o Progr ã De çordo co ES S 2005 n re id de, ã propost dos Cons rcios s rgi do Est do de Loc iz o, A erriori de Potenci is Cons rcios de Desen o i ento Loc CONDEL/S²⁸, so icit do pe o Instit to Br si eiro de Ad inistr o M ãnicip ã, ind e 2002, pe secret ri exec ti do Co ãnid de So id ri do go erno nterior. Ent o, p rtir deste est do, ã eq uipe do no o go erno,

ntendo es secret ri prop s g s odific ões, re is ndo e p i ndo ã propost A p rtir dess s ter ões que s rge ã propost dos Cons rcios de seg r n ã

iori d a socied de ci i 23 do tot e de eg o de torid de p r i r e co p nh r ist de f i s enefici r s, forneci gr nde egiti id de soci o progr ã A AG/A, 2000: 00
² Confor e A AG, 2000, o fin do pri eiro no de i p nt o, o PAC eneficio, 9 i ões de f i s e 23,9 ãc p os, e tod s s regibes do p s. Dest s, 4 i ões fic ã no se i rido e res t r e ã co ert r de 2% d s f i s extre ã ente po res do Nordeste.

²⁸ Este est do tinh o prop sito de f zer ã ã i o critic ã dos Processos de Desen o i ento Integr do e S stent e DLS por eio de propost s e experi ãci s i enci d s pe socied de ci i.

Ai entre Desen o i ento Loc .

nto est s ões, os de is Minist rios c ã inh ã co õtr s ões estr t r is
p r i p e ent o de u ã po tic de con i nci co o se i- rido, s o e s i Seg ro
S fr no Minist rio do Desen o i ento Agr rio, co oper o e tr s est dos Ce r ,
Pern u co e P r q e g r nti reposit o de perd s por eio de rec rsos onet rios,
de di nte des o do prod tor, do n ic pio e do Est do; ii) O Progr ã de Co pr d ã
Agric t r F i i r PAA p r ã for o de estoq es estr t gicos de i entos, co in cio
e u ho e p reri do MESA, do Minist rio do Desen o i ento Agr rio e do Minist rio
d Agric t r i Conse ho N cion ã de A steci ento CONAB

O PAA foi u experi nci p r no Progr ã Fo e Zero, t nto no q e t nge ã
q est o de desenho q nto de p ne ã ento e gest o. Este progr ã express ã c r ã ente, o
c r ter t ic dor d s ões q e co pte o PFZ. E e foi e ã or do o ongo do pri eiro
se estre e n do e u ho, co pro o d Lei 0.99/2003. O o eti o do PAA er ã
incenti r ã agric t r f i i r por eio d co pr d ã prod o de peq enos g ric tores. O
prod to co pr do poderi ã ter dois destinos: ã for o de estoq es estr t gicos o ser
distri do s pesso s e sit u o de inseg r n ã i ent r. O progr ã er co posto por
tr s od ã id des: i) Co pr ã nteci p d ã e diret d ã prod o p r ã n ten o de estoq es de
seg r n ã i ent r; ii) co pr ã oc ã de i entos pe s prefeit r s p r sere distri dos
e creches, si os, etc; iii) Progr ã de incenti o prod o e o cons o de eite .

Seg ndo, A A G/ 2003:0 no pri eiro se estre de f ncion ã ento, for ã
p ic dos no Progr ã q nti ã de R\$ 2,5 i h ões n s tr s od ã id des. N ã od ã id de
co pr ã diret ã for ã ã q iridos 0,9 i tone d s de i entos de 3,4 i prod tores e, n ã
co pr ã nteci p d ã for ã ã tendidos 3 i prod tores, sendo 55% destes n ã regi o Nordeste.
Ao todo for ã ã tendidos q se 5 i prod tores co u ã di ã de R\$ 0,00 por prod tor.
Co re o od ã id de do eite, for ã s sin dos con nios co dez Est dos do se i-
rido e rep s s dos rec rsos p r q e estes i p nt sse o progr ã p r tir de 2004.

E re o s ões e ergenci is, p r tir de ã ri de 2003, inicio -se o forneci ento
de cest s de i entos, de for e ergenci ã 0,5 f i s de 3 c p ã entos.
Co ã nid des ind gen s e q i o o s e sit u o de risco n ã tricion ã, identific d s pe os
g entes oc is, t ã for ã ã tendid s co ã distri u i o de cest s de i entos. Sendo
ã tendid s 3 co ã nid des ind gen s e 5 co ã nid des re nescentes de q i o o s. E
re o s po tic s oc is, o MESA e ã oro e distri u i u doc u ento, e r o de 2003,
no q ã pont ã g s inici ti s q e os u nic pios podi ã dot r p r r cri r progr s
oc is de seg r n ã i ent r, inc indo po tic s p ic s e, cri o de Conse s

municipais. Essas iniciativas serão Centro de Receção e Distribuição de Alimentos, ser formado por representantes da sociedade civil e do poder público, contudo essa proposta inovadora não foi seguida pelos municípios. (AAGF, 2004)

No início de 2004, o então reformado Ministério, o MESA foi extinto e a sua gestão foi integrada no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com essas atividades, rede de segurança alimentar, só responsável por de Secretariado de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). As políticas específicas que tinham sido implementadas permaneceram e foram continuadas, todavia a institucionalização do Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) de acordo com as análises de SOUZA (2004) houve a reestruturação do Programa Fome Zero, a partir da supressão do MESA, o que é concordado pelo presente. Na reestruturação, o principal responsável pelo Relatório de Gestão do SESAN, que hoje é referido, o que diz, desqualificação de algumas atividades dentro do que se denominou Programa Fome Zero.

O relatório do SESAN de 2004 caracteriza este fato, afirmando que:

Os Programas de segurança alimentar foram criados, e os melhores a partir da implementação do Gabinete Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional - MESA, que, depois de extinto, teve suas atividades incorporadas ao MDS. *Muitos Programas são inovadores ou tiveram suas sistemáticas adaptadas aos objetivos do novo Ministério*, criado no início de 2004. A SESAN iniciou e reorganizou as estruturas, procedimentos, seguindo os padrões e nos parâmetros para a estruturação do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, que por sua vez, reorganizou-se e pôs em andamento o projeto, através da criação de seu próprio departamento de segurança alimentar e nutricional. (RELATÓRIO DE GESTÃO, SESAN, 2004. Grifo Nosso)

As ações do SESAN se concentram nos Programas de: ABAJAMENTO AGROALIMENTAR, REDE SOLIDÁRIA DE RESERVA GRANES POPULARES, EDUCAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, ACESSO ALIMENTAÇÃO, BANCO DE ALIMENTOS. Até 2004 de onde se registrou, a setorialização e financiamento de algumas ações desenvolvidas pelo SESAN. No relatório de gestão de 2004 constata-se a realização de 5 projetos de Restaurantes Populares e 9 Cozinhas Comunitárias, totalizando o investimento de R\$ 9,7 milhões; 9 convênios parciais com o Banco de Alimentos, totalizando R\$ 5,5 milhões e; foram aplicados R\$ 5,3 milhões para projetos de apoio ao consumo, como hortas, eiro de alimentos, benefício de frutas e compra de alimentos, beneficiando 239 famílias.

O PAA recebe investimentos de próximo ano, chegando a 20 milhões de toneladas de alimentos. Foram beneficiados cerca de 50 milhões de agricultores nas atividades de

co pr. diret. antecip. d. especi. e oc.²⁹. O progr. de eite. adq. iri. 8 i hões de
itros de eite. distri. dos p. r. 20 i f. i. s. 4 for. distri. dos 800 i cest. s.
sic. s. p. r. pop. ões especific. s. c. p. dos. q. i. o. o. s. ind. gen. s. Ade. is. for.
i. p. nt. dos 40 Cons. rcios de Seg. r. n. A. i. ent. r. e. Desen. o. i. ento. Loc. CONSADs.
desen. o. endo. ões e todos os Est. dos d. feder. p. en. o. endo. proxi. d. ente. 00
unic. pios. sendo. p. ic. dos no tot. R\$ 343.500.000. re. e. nte. dest. c. r. q. e. no. no. de 2004
no. for. inst. dos nenh. Co. it. Gestor. pes. r. de. s. et. f. sic. pre. ist. ser. de 500
co. it. s. p. r. q. e. e. no.

²⁹ E 2004. SESAN no. no. s. od. id. des. do PAA. s. er: co. pr. antecip. d. contr. to. de. g. r. nti. de
co. pr. co. pr. diret. oc. e co. pr. antecip. d. especi.

Tabela 04 Metas Físicas e Financeiras de alguns Programas Desenvolvidos pela Secretaria de Segurança alimentar e Nutricional – SESAN/ 2004

	Metas físicas		Metas financeiras	
	Pre isto	Re alizado	Pre isto	Re alizado
Ações produtivas em unidades de educação				
Aquisição de alimentos provenientes de Fami- lias- (2.987) (dquirido)	450.000	222.407	0.000.000,00	9.903.500,00
Operação logística de estoques estratégicos de segurança alimentar - (282) (dquirido)	400.000	400,00	9.940.000,00	9.289.800,00
Apoio institucional de restaurantes populares e de pequenas unidades de produção e comercialização de refeições	42	5	2.384.400,00	9.400,00
Apoio institucional de centros de alimentos	40	9	43.000,00	4.230.800,00
Apoio produtivo de Alimentos para consumo	23.903	22.37	530.000,00	530.000,00
Formação de CONSADs	7	40	34.000,00	343.500,00

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO – SISAN, 2004.

Para os verificar que as ações da SESAN se concentram e programas e ergências, segundo plano das ações estruturais. Este fato se torna mais evidente em 2004, quando se iniciou o processo de reorganização do Programa Bolsa Família. A criação deste programa por meio de medida provisória nº 32, de outubro de 2003, com entrada em vigor em 08/11/2003, de janeiro de 2004, surgido o processo de unificação dos Programas: Nacional de Renda Mínima, incluindo o Bolsa Alimentação, Nacional de Renda Mínima, associado ao Educ. Bolsa Escola, Nacional de Acesso Alimentar, Cartão Alimentar e o Auxílio-Gás.

De acordo com o MDS 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferências diretas de renda com condições de elegibilidade e benefícios fixados por pessoa em R\$ 100 e extrínsecos por renda em R\$ 100.

O Bolsa Família é parte integrante do sistema de transferências essenciais para o desenvolvimento:

- promoção do acesso à educação por meio de transferências diretas de renda;
- reforço do exercício de direitos sociais nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condições de elegibilidade e contribuição para a sustentabilidade do ciclo de desenvolvimento entre gerações;
- coordenação de programas com parceiros, que tem por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas com parceiros: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e de serviços de saúde.

De acordo com os documentos do governo, o Bolsa Família integra o FOME ZERO, que assegura o direito humano à alimentação adequada promovendo segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela participação popular na governança e no desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o Bolsa Família é o principal programa social do governo. Este fato pode ser comprovado pelo seu crescimento: em 2003 foram pagos no programa R\$ 3,3 bilhões, em 2004 atingiu o valor de R\$ 5,5 bilhões, e em 2005 foram pagos R\$ 8,5 bilhões e em 2006, e foram pagos os números de beneficiários, e o número de 2003, foram beneficiários, 5 milhões de famílias. Em dezembro de 2004 esse valor subiu para R\$ 8,5 bilhões, e em 2005 foram atendidas 8 milhões de pessoas.

Como os temas são profundos, o Fome Zero, o trabalho reduzido do Bolsa Família não se diferenciava do corrente, associadas organizações como o Banco Mundial, de que o acesso educacional se criam os principais fatores para o desenvolvimento e que, associado ao programa de transferências de renda, seria o fator de distribuição de renda.

ocorrência de \times execução or entrie 2002. E 2002, dos R\$ 4 milhões autorizados foram pagos R\$ 2 milhões, equivalente a 4,4% dos autorizados. E 2003, a execução foi de R\$ 48 milhões 44,4%. E 2004, de R\$ 50,33,2%. A despesa com a implantação e o P/B, ante e-se e torno de 0,0% no período 2002-2004, passando de R\$ 849 milhões para R\$ 0. E 2005 prevê-se um gasto de 0,2% e torno de 0,0% do P/B.

No que se refere a quantidade de crianças doentes atendidas, passou-se de 89 em 2002, para 930 em 2004, representando um crescimento de 2 vezes. Crianças doentes no programa de crescimento, índice, foi inferior ao período de 2000 e 2001, quando foram inseridas cerca de 100 crianças doentes. O aumento estimado para 2005 de 158, e refere-se a 2004. Para a aquisição de insumos de diagnóstico, em 2003, foram gastos R\$ 224,2 milhões. E 2004, R\$ 19,1 milhões. Para 2005 estima-se gastar R\$ 98,2 milhões. E por fim, a concessão de omissão de omissões de 5 anos e situação de vulnerabilidade e o risco social e no período 2002-2004, reduziu de 3,7%.

passando de R\$ 55,8 milhões para R\$ 55,1 milhões. Para 2005 estima-se um crescimento de 25,3%, com um gasto de 19,9 milhões.

A partir desses dados conclui-se que, tendo como referência o ano de 2002, o conteúdo das despesas referentes a essas ações é de 0,5% das despesas de 2004. Entretanto, com o destaque A AG 2004: 24, as despesas com o conteúdo de recursos próprios isoladamente, importante ter em mente de importância das despesas, e direções a integridade efetiva das despesas. Caso contrário, os resultados para a segurança alimentar e nutricional perde a potencialidade.

Considerações Sobre o Capítulo

A partir do início do documento refere-se de estado consistente e e e orado, no âmbito da segurança alimentar, que o conteúdo contribui para a sociedade e a saúde pública e a efetividade do direito humano à segurança alimentar e nutricional. Constata-se que, a relação entre o emergencial e o permanente presente em todo o texto do documento, e diferentes perspectivas por isso propostas de curto, médio e longo prazo, se a identificação dos aspectos é relevante do projeto.

A relação com o conteúdo do Direito Alimentar com o direito humano básico. O Direito Alimentar deve indicar e entre a dignidade inerente

pessoa humana é indispensável e por isso realizamos de outros direitos humanos consagrados na
 Carta de Direitos Humanos. E é também inseparável e indispensável requerendo do poder
 político econômico, científico e social, tanto no âmbito internacional, orientados para
 erradicar o desemprego e a realização de todos os direitos humanos por todos. E este direito
 tem que ser garantido, acima de tudo, pelo Estado. O nosso intuito é pôr o conteúdo
 deste documento foi demonstrar que todas as ações do PFZ foram articuladas a partir dessa
 percepção, que se constitui em o Direito e si.

Constata-se que o eixo central do Projeto está na convergência de demandas entre as
 mudanças políticas estruturais – o redesenho do crescimento do produto,
 geração de empregos, reforma agrária entre outros – e as intervenções de ordem econômica,
 e o plano de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.

Destacamos também que os formuladores do Projeto enfatizam a parceria entre os níveis de
 governo e sociedade para conquistar cidadania, incluindo o conteúdo e conquista de
 direitos sociais. Neste sentido, o Projeto foi o Zero e suas formulações são de demonstrar
 que o conteúdo é de ser inserido e a estratégia de desenvolvimento, assim não se
 refere a ser proposta de conteúdo, mas do que isso, a proposta de segurança
 alimentar. O eixo principal da proposta do Fome Zero é o direito à segurança
 alimentar e estratégias pertinentes de desenvolvimento econômico e social, com crescente
 equidade e inclusão social.

Essas procurações de demonstrar que: o Projeto Fome Zero está baseado no conceito
 básico do direito humano de acesso à alimentação adequada, Segurança Alimentar e
 Nutricional, erradicar o fome e não somente a fome, mas também a fome, a fome, a fome,
 importantes benefícios sociais e econômicos; formulação do Projeto segue a ordem
 de desenvolvimento, reduzir a fome e a desnutrição combinando as práticas e horas produtivas
 e os meios de sustentáveis do setor da agricultura familiar, com medidas para
 enfrentar o acesso aos alimentos e a segurança nutricional e essencialmente consideramos
 estratégias significativas não políticas, mas do direito a criar condições favoráveis
 redução do fome e a realização no dia a dia e longo prazo.

Ocorre, entretanto, que o Projeto sofre várias modificações, dentre elas, nosso
 nível significativo, a pressão do Ministério da Segurança Alimentar e Nutricional. No início de
 2004, e o eixo de reforma ministerial, o MESA foi extinto e o seu lugar foi tomado
 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com essas
 modificações, a rede de segurança alimentar ficou sob responsabilidade da Secretaria de
 Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). As políticas específicas que estão sendo

ii) p.e. entidades per... necer... e for... contin... d.s. tod... i... instit... cion... id... de do Progr...
no er... es... De... cordo co... s... n... ises de SO... ZA... 200... ho... e... re... s... do
Progr... Fo... e Zero, ... p... rtir d... extin... o do MESA, o q... e concord... os p... en... ente. N...
re... id... de, const... t... os, o... n... is... r... os o Re... t... rio de Gest... o d... SESAN, q... e ho... e...
re... rr... no, o... e hor dizendo, ... desq... ific... o de... oes so... e... es... deno in... o
q... se... deno in... o, Progr... Fo... e Zero. Este f... to co... pro... ete... c... tegoric... ente, o
c... r... ter... rtic... dor d... s... oes inici... ente propost... s.

CAPÍTULO 4

AS DIVERSAS CONCEPÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PROGRESA E PFZ

O tema da pobreza tornou-se recorrente nos relatórios dos Organismos Internacionais, do Banco Mundial, passando pelo Fundo Monetário Internacional, FMI, e instituições nacionais, como o Conselho Econômico para a América Latina, CEPAL, o Programa Nacional de Desenvolvimento, PN D, e o Organismo Internacional do Trabalho, OIT, entre outros.

Os organismos internacionais e as políticas de estabilização³⁰, para os países da América Latina foram importantes, mas sobretudo insuficientes. O serendo os itens da agenda de desregulamentação, os organismos propondo, com urgência, a agenda da competitividade e a integração econômica e a cooperação social com prioridades sociais equacionadas no contexto do desenvolvimento humano e no enfrentamento da pobreza.

Por isso, não tivemos cuidado de se ter cuidado na América Latina, não é a estratégia para se combater a pobreza e desigualdade, adotando nos enfoques de políticas sociais. Segundo relatório da CEPAL (2003), "possível identificar dentro destes programas 'iniciativas' que provavelmente são distintas que pode contribuir para reduzir a pobreza: a transferência de renda condicionada, normalmente associadas a programas de filhos; a geração de emprego, que supõe a promoção de investimentos do setor público e zonas pobres, com o objetivo de estimular o crescimento e se renovar pelo setor privado; o investimento e infraestrutura econômica e social e a melhoria das condições de vida da população, e a promoção da competitividade de renda dos grupos pobres; a diversificação da produção e assistência técnica aos pequenos produtores.

De acordo com Davis (2002), a geração de emprego é a estratégia referida ao pensamento dos programas sociais, o que se tem distinguido do campo das políticas sociais universais para centrar-se e transferir os benefícios focais. Estes programas são a principal construção de novos institutos, a geração de empregos só tem centrado.

³⁰ Essas políticas de crescimento e inserção social são postas por duas agendas de políticas: a reforma de priorizar a geração de emprego e a segunda geração. De acordo com Iversen (1990:282), o relatório tem sido feito nos últimos quinze anos para a primeira e a segunda e a terceira de priorizar a geração de emprego, o processo industrializado e a diversificação das indústrias, portanto, se de acordo com a perspectiva, corrigir e complementar a reforma passada. Assim, surge a segunda geração, que inclui a reforma institucional, a distribuição de renda e a agenda social. Assim sendo, este setor concorre a agenda neo liberal se resume principalmente a quatro itens: a organização das crises; a construção de reformas de priorizar a geração de emprego; a reforma institucional; a agenda de segunda geração; a distribuição de renda e a agenda social.

enquanto outras são descentralizadas e participativas. Grande parte desses programas apresentam as seguintes características: i) dirigidos a grupos específicos; ii) utilização do dinheiro como incentivo para a modificação do comportamento individual; iii) condicionamento recíproco das transferências ao cumprimento de certas condições por parte dos beneficiários; iv) canalização das transferências para as mulheres; v) presença de mecanismos rigorosos de avaliação.

Neste caso de "O 2003", houve a necessidade de reorientar a política social centrada no combate à pobreza. A América Latina está a ser operada por meio de um novo paradigma de política social, o da focalização, que envolve a redefinição das responsabilidades entre o Estado e a sociedade no encaminhamento da questão social, orientada pela ideia de fortalecer a capacidade dos responsáveis pela redução da pobreza.

Nosso objetivo neste capítulo é realizar uma análise comparativa entre o programa existente e o brasileiro, anteriormente apresentado no capítulo dois e três, respectivamente, tratando-se de diferentes percepções de enfrentamento da pobreza. É importante salientar que este capítulo é baseado nos conceitos teóricos de cada programa, o que não está nos preocupados com os resultados, assunto de próximo capítulo, e sim com a experiência de desenho, planejamento e gestão destes programas no campo dos programas sociais.

4.1 PROGRESA versus FOME ZERO

No capítulo dois e três apresentamos os programas existentes e brasileiro, respectivamente, destacando as diferentes percepções e soluções para o enfrentamento da pobreza. A partir dessa diferenciação, neste capítulo, iremos realizar uma análise comparativa entre os programas, portanto, elege os seguintes pontos importantes, a saber: i) diferente percepção de enfrentamento da pobreza; ii) focalização versus universalização; iii) enfoque territorial.

4.1. a) Diferentes "Percepções" de Enfrentamento da Pobreza

Para o PROGRESA o elemento chave de sua proposta política educacional, enquanto para o PFZ a política de segurança alimentar e nutricional. O PROGRESA busca de garantir a ordem e a estabilidade das condições de vida das pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, fazendo com que os indivíduos e as famílias que vivem em situação de pobreza possam melhorar sua situação econômica e social, e por isso é necessário

há idéias e títulos necessários para que, mediante seu *esforço pessoal*, a chance de vida possa ser satisfatória.

A educação, como condição de desenvolvimento, é fator chave para este programa que propõe estratégias produtivas e técnicas que desenvolvam as famílias beneficiadas, além que propiciem o acesso à educação. Neste sentido, o Programa de Assistência Social e Profissionalizante da educação é condição de prioridade que a educação social, profissional e tecnológica de jovens e adultos, a alfabetização e o conhecimento que permitam as oportunidades de desenvolvimento econômico e social, e a consequente melhoria das condições socioeconômicas e de subsistência.

O Programa será diferenciado em relação ao corrente, associando as organizações com o Banco Mundial, de que o processo educacional será desenvolvido principalmente através do apoio de que, associado ao programa de transferência de renda, será realizado o trabalho de distribuição de renda. Ao contrário, considerase que o processo educacional de que a idade dos sujeitos de ensino é longo prazo para superar as condições de prioridade não é suficiente para gerar dinamicamente o crescimento econômico. Isto se justifica porque o diagnóstico de prioridade para o Programa, não está restrito aos limites exclusivos da família, é bastante amplo, incluindo o nível econômico do núcleo e do entorno regional. Portanto, é imprescindível a participação das organizações e instituições como estruturas.

O Programa Fome Zero se preocupa com a educação, porque este é o ponto de partida no interior de suas propostas. O fator chave para este Programa é garantir o acesso de que a idade e a quantidade para todos. Se os responsáveis creem que o direito de acesso é o direito humano básico, e que, se não se pode discutir outros direitos. Se o acesso de que a idade é o ponto de partida de que a quantidade de acesso de que a idade, não há direito de acesso. Se o acesso de que a idade não há direito humano, entendido como o direito de acesso a recursos, culturais e científico produzidos pela espécie humana. Este direito pode ser entendido a partir da criação de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, construídas de forma participativa com os diversos segmentos da sociedade. É esta política que se conceitua para integrar as políticas estruturais, o trabalho para garantir a sustentabilidade, com as políticas de prioridade o acesso de que a idade, orientadas para atender todos que se encontram em situação de insegurança alimentar.

Importante salientar que o programa é executado, apesar de seus componentes serem de acesso, esse não é o programa de segurança alimentar. As transferências de renda

feitos no âmbito do programa, exceto nos destinados ao comércio e, não podendo ser incorporados pelo interior para a criação. GORDILLO 2003, destaca que, em 2002, o governo mexicano e a FAO firmaram um acordo para implementar programas de segurança alimentar para as populações marginalizadas.

Ao contrário do PROGRESA, o PFZ foi planejado com base no conceito de segurança alimentar e nutricional, suas propostas estruturais, específicas e locais foram desenvolvidas e orientadas a partir da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao incorporar o tema da segurança alimentar, o Programa dotou-se de um caráter integrador no atendimento às necessidades básicas, disponibilidade de acesso, regularidade e qualidade do alimento. As preocupações do Programa são e serão do caráter mais importantes, suas maiores preocupações serão geridas pelo programa de desenvolvimento social. Nesse sentido, o caráter de emergência e não o planejamento da segurança e o crescimento econômico com equidade social.

O PFZ orientou a trajetória que está o social por outro lado, deixando para trás a concepção de que, a questão social se enfrenta ao sócio de políticas e programas sociais setorializados, se apresenta de um programa para a sociedade que se articula e é prioritário no sentido político o seu conteúdo.

Segundo Gordillo 2003, é um artigo publicado no *Journal of Economic Development*, destaca que, apesar de destinados recursos públicos para a segurança alimentar e não diretamente ao comércio. Porque a fome é uma consequência não só de consequências econômicas. Além disso, os fatos, e o Brasil, não pode simplesmente esperar que a hora da distribuição de renda que se trata de um processo de intergeracional de pobreza por meio da educação, como pretende o PROGRESA, para superar o crescimento econômico da cidadania representado pelo programa de segurança alimentar, o pouco pode ser feito exclusivamente no atendimento às necessidades e aspectos mais importantes da vida.

Faz-se necessário destacar que, a defesa da educação como o "fator" para a melhoria do social, está ligado diretamente ao papel da teoria do "capital humano"³ teórico e -estudo social, por esta teoria entende-se que a pobreza é designada de sofrimentos resultantes de causas situadas no domínio das decisões individuais. De acordo com MEDEIROS 2004, o ponto de partida da teoria do "capital humano" no caso de renda pessoal está diretamente relacionado aos atributos individuais que determinam e

³ Segundo MEDEIROS 2004, rigor, existe uma grande dificuldade de se identificar com a teoria do "capital humano", que se ocupa de aspectos sócio-econômicos e sociológicos da educação e antropologia. No interior da ciência econômica, existe uma teoria do "capital humano", orientada no sentido de explicar o desempenho futuro, tanto quanto se postula a existência entre o processo de melhoria da educação e o crescimento econômico e regularidade de percepção existente entre as diferenças de educação e de renda pessoal.

pri eir ssi inst nci prod u ti id de do tr a ho: h a i id de o t ento n t r : o est do de s de e c p cid de de exercer for f sic : a q uific a o decorrente d ed c a o for o de o tr fonte q u q uer de conheci ento. Estes tri u tos co pori a estoq e de c pit h u no", q u e seri poss e de a ter a o pe o efeito de decisões r cion is to d s pe os indi d os.

N a re id de, p rece u sto fir r q u e, e se u for to is pop u r, a teori do c pit h u no" i it se tr d u zir s u post s reg u rid des e p ric s o ser d s entre a desig u d de de rend a e a desig u d de no estoq e indi d a de c pit h u no", dest c ndo-se os tri u tos ig dos o processo ed c ion a, e re a o c s id des do seg u te tipo: indi d os q u e, por oti os q u isq u er, decide r cion a ente in estir enos e s s q u a ific a oes ed c ion is, torn a -se indi d os re ti a ente po co prod u os e, port nto, inc p zes de oc u p r posi oes is rent eis no erc do de tr a ho. MEDEIROS, 2004.

Co se e a pesq u is re iz d pe a Secret ri do Desen o i ento, a r a ho e So id ried de d a Prefeit u r de S o P a o, co p r ndo 99 e 2002, re e a q u e o n u ero de chefes de f a i se rend a se trip ico, neste per odo consider do, p ss ndo de 4 i h oes p r 4, i h oes. Este seg ento q u e represent a 9,2% do tot a de chefes de f a i no Br si, s o c d a ez is o ens, te ior esco rid de e concentr a -se c d a ez is n s gr ndes cid des. E 99, a propor o dos chefes de f a i co t 24 nos e se rend a er a de 4,8%, enq u nto e 2000 os o ens se rend a represent a a 2,4% dos chefes de f a i. A es a tend nci foi ist a e re a o esco rid de. Seg u ndo a pesq u is a os chefes de f a i se rend a e q u e h a i a co p et do u c u so u ni ersit rio er a de 9,8% do tot a, e 2000, a propor o de 2,3% ior q u e e 99, q u ndo ess a propor o er a de 2,4%.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2002 apud W O, 2003: 9.

M rcio Poch nn, q u e e a oro a pesq u is a encion d a ci a conc u i q u e ntes a esco rid de er g r nti de u a g a no erc do de tr a ho. I o e, a pesq u is a ostr a q u e, es o os is esco riz dos t dific u d des de inser o. Isso i p ic dizer q u e, co o t nh a os encion do n a introd u o deste tr a ho, a po rez a n a A ric L tin a u fen eno hist rico-estr u r a. No u con u nto de decisões indi d is q u e ini iz r est pro e tic a.

No ito s u p r n cion a, o entendi ento d a po rez a e d a desig u d de co o pro e s de s in esti ento" e c pit h u no" p rece " consens u is entre os org n is os intern cion is. De a cordo co u est do do B nco M u ndi a:

Identidades contínuas de que o aumento do capital humano não pode ser substituído por redução da capacidade de gerar renda corrente. É mais preponderante para os países em desenvolvimento, pois os países em desenvolvimento não têm a necessidade de substituição de renda e, portanto, o investimento no capital humano não é prioritário para garantir que eles participem inteiramente do crescimento econômico, e que é possível serem os produtores da sociedade. BANCO MUNDIAL, 2004: 8.

Outro expoente neste debate, do desenvolvimento das capacidades e habilidades

f. i. o esp. o pri i egi do p r f zer frente s di ersid des econ ic s e soci is. E no interior d f i u her te u p pe decisi o e f or do desen o i ento f i i r e co nit rio. Por isso, o Progr define u her co o chefe d f i rep ss ndo oeneficio diret ente e No entendi ento do Progr isso f z co q e se pro o ig d de de g nero. Ade is, s u heres f ze u so dos rec rsos de for is respons e e pro itoso, enefici ndo todos os e ros dos u g res, princip ente s cri n s.

De cordo co W O 203:0 o i iz r o potenci dos po res i pic pro eit r c p cid de existente n s co nid des, c n iz ndo- p r reso er, u s te po, os pro e s teri is d po rez d p rticip o e d integr o soci por eio de s u inser o noerc do. Dess perspecti p rticip o e a org niz o dos po res n pro o o de s s de nd s e tendi ento de s s necessid des sic s pode ser consider d s t nto neg ti s co opositi A perspecti neg ti entende a po rez co o fen eno oc iz do e resid u, inco p t e co o progresso d a soci ed de ind stri , podendo a n r e po tic s repressi s o t te res de gest o d a is ri e d assist nci Do ponto de ist apositi o, i pic recon terter o potenci co ti o e de resist nci dos po res e "ti os" p r reso er a s u pr pri condi o de u ner i id de. O se a s o des q e consider u potenci preexistente d pop u a o ser re propri do e refor do de for integr r est a pop u a o po re oerc do e, por ess i a per itir- he u tr p ss r a condi o de po rez Ess u a estr t gi o t d p r os po res i eis, os ons po res", q e es c p zes de se tr nsfor re e cid d os-cons u idores, integr dos soci ed de deerc do e cons u o.

W a e encion r q e, p r a o progr a r si eiro a p rticip o d a soci ed de e e ento ch a e n rtic u o de s s a des. A od a i ess a p rticip o e s d a por Conse hos, instr uentos instit ucion is q e per ite efeti r ess a o i iz a o. N re id de, o PFZ n o esper a q e a soci ed de sozinh a gere port s de s d " p r s s s condi es de po rez s si q e p rticipe no p ne a ento e exec o d s po tic s p ic s, u a for dess s pesso s exercere s u cid d ni a. Enq nto q e, no progr a exic no, a po rez e a desig d de s o res u t ntes de c a s s sit d s no do nio d s decis es indi id u is. Port nto, os indi d u os teri a c p cid de de re enter ess aitu a o, a p rtir de in esti entos e c pit a h u no".

4.1.b) focalização versus universalização

Outro aspecto que faz estes programas ficarem em polos opostos é a questão de focalização. O PFZ possui características herdadas e reconhece que somente a transferência de renda não é suficiente para gerar a "segurança alimentar e nutricional", por isso e seu plano apresenta uma série de propostas que englobam políticas específicas, sociais e estruturais. É interessante esse conjunto de propostas que se integram, de modo a ser orientadas por uma política de segurança alimentar e nutricional, associando o rigoroso crescimento econômico com a equidade social. Por isso, o Projeto R sí eiro recomenda a adoção e execução dessas políticas por meio de intervenções específicas nos diferentes campos de intervenção do Estado, como o agrário, saúde, educação, trabalho, tecnologia etc.

De acordo com o PROJETO FOME ZERO, as políticas e estratégias de segurança alimentar são indispensáveis para o enfrentamento de problemas que não podem esperar o tempo de respostas que necessitam de medidas estruturais, que devem ser executadas sistematicamente. Além disso, as medidas e estratégias de trazer o rigoroso crescimento econômico através da transformação estrutural das condições geradoras das situações que se produzem. Por exemplo, a realização de propostas de criação alimentar, para a produção de alimentos, está no propósito de dinamizar a produção local.

As políticas estruturais são geradas e se realizam em horas e pregos com salários dignos, portanto, o Projeto sugere não o modo econômico que gere crescimento e priorize o mercado interno. Este modo de operar priorizará a distribuição desigual das sociedades por meio de uma melhor distribuição de renda.

As políticas sociais podem ser implementadas pelos estados e municípios, grande prioridade é perceber como a sociedade civil. Constata-se que o Brasil apresenta desigualdades regionais de desenvolvimento econômico regional. Parte-se do pressuposto de que as soluções para os problemas econômicos e sociais requerem conhecimento profundo de cada realidade local. Por isso, as políticas devem ser concebidas especificamente no âmbito do município ou região. Nas zonas rurais essas políticas são de apoio à agricultura familiar e produção para autoconsumo; nas pequenas e médias cidades são inerentes ao setor econômico criativo de pequenos negócios, formação de parcerias com a indústria, modernização dos equipamentos de saneamento.

O PROGRAMA faz parte de programas que dotam as transferências monetárias condicionais (condition cash transfer - CCT) isto é, programas que focalizam estes critérios de elegibilidade³³ para receber benefícios. Centrando-se nos esforços necessários para que o ciclo de pobreza não se perpetue, o programa de condicionais continua a ser priorizado de acordo com a relação de custo-benefício em termos de custo por beneficiário. O objetivo do programa é assegurar que os recursos financeiros disponíveis para o programa sejam utilizados de forma eficiente e que o programa seja organizado tendo em vista a maior eficiência e menor desperdício de recursos.

Como os programas de transferência de renda, o PFZ, dentro das suas ações, tem como propósito a transferência de renda condicionada (PCA) em conjunto com o Fome Zero possui um desenho híbrido, garantindo o direito universal e o acesso a todos e que dirige esforços para dar resposta de acordo com as necessidades geográficas prioritárias. No caso existindo situações excessivamente focalizadas, os esforços criados para transferências de renda necessárias e suficientes para garantir o acesso de todos aos seus benefícios.

Este não é o propósito de políticas sociais, que se o objetivo focalizado, a questão é substituir o acesso universal e desfazer o redistributivo do direito dos direitos sociais. As ações focalizadas constituem-se em programas e componentes de políticas que não constituem direitos, sendo constante entre estes segundo critérios de contingência em termos financeiros de prioridades. O, 2003.

COIN 995: (i) de BEL (ii) 2003, destaca que, o objetivo de acesso universal e focalizado de políticas sociais, por todo o país, a escassez de recursos públicos, perde conteúdo substantivo, desvirtuando o princípio ideológico que não é essencialmente centrado. Não se trata de distinguir entre políticas sociais e o tipo de pobreza de acordo com as políticas de assistência social e as políticas que visam o crescimento sustentável e a equidade que se perpetua. As políticas sociais de educação, saúde, participação entre outros de curto prazo, de caráter imediato e focalizado não são as mesmas identificadas com os meios despossuídos, e as ações de longo prazo, de caráter

³³ O conceito de transferências de pesquisa é acordado por técnicos e consultores do Banco Mundial, ponto de partida de focalização de programas para população de baixa renda se estruturam a partir de quatro conjuntos de procedimentos: (i) priorização e identificação do público-alvo; (ii) organização do programa e verificação de informações cadastrais do público-alvo; (iii) priorização de benefícios dos programas segundo critérios de elegibilidade; (iv) priorização e monitoramento das informações dos benefícios. SIMOES, 2004: 34.

permanente, universalizantes, o trabalho para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante no que tange ao trabalho de focalização é o rigor das avaliações. O Progresso surgiu com a perspectiva de superar os principais problemas verificados nos programas anteriores, ligados sobretudo à implementação. A ideia era que o novo programa aprendesse com os erros do passado. Evidências apontam para a superação do problema. Portanto, o programa passou a ser mais rigoroso desde o início desde o princípio de se fortalecer, tanto que este dos itens principais do seu conjunto de estratégias orientadas estruturais no contexto por vezes.

A avaliação é a pedra fundamental do Programa que permite não só entender os resultados e impactos, mas principalmente propor medidas de correção e reorientação das ações, e melhorar a funcionalidade dos processos e, em geral, aumentar a efetividade e eficiência do uso dos recursos direcionados para o sucesso dos objetivos traçados.

A avaliação rigorosa dos impactos e resultados do Programa só se tornou possível graças ao esforço conjunto de vários setores, setores, e setores. O esforço de avaliação permitiu identificar resultados e impactos contemplados nos efeitos de curto, médio e longo prazo do Programa só se tornou possível graças ao esforço conjunto de vários setores, setores, e setores. O esforço de avaliação permitiu identificar resultados e impactos contemplados nos efeitos de curto, médio e longo prazo do Programa só se tornou possível graças ao esforço conjunto de vários setores, setores, e setores.

Nas análises de avaliação do programa é necessário perceber-se resultados positivos, por contadas avaliações. As avaliações têm desempenhado no programa os seguintes papéis, que pode ser resumido em três coisas: primeiro, melhorar o modo como o programa opera; segundo, permitir que se conheça o efeito de cada peso que se gasta; e terceiro, porque cada departamento executivos programas, e informar sobre os resultados e os fornecedores de políticas públicas precisas para reformular as ações. Portanto, não apenas importante, há que estar de prestação de contas.

As decisões tomadas empenhadas pelo pape-ch e nesses três aspectos. No primeiro, do reforço do poder público no sentido, por exemplo, de apoiar o processo de ensino e aprendizagem, expandindo o acesso a recursos humanos e criando o componente do ensino de Oportunidades. E ter os de impacto das decisões para as decisões de orçamento, registre-se que o Oportunidades tinha 30.000 famílias em 99. No ano 2000, havia cerca de dois milhões de famílias. Logo, o programa atende 57 milhões de famílias. As decisões possibilitaram que o programa tivesse mais recursos. Isso também está incidindo no terceiro aspecto: prestação de contas. No México, como não se está custeando com as decisões, quando o programa e o gestor informadas que o custo é muito caro e o custo pessoal em estado gerado pelo efeito de maior permissão de ensino não é o custo de redução da incidência de doenças e horas nutritivas, o pessoal percebe isso. Quando se pode o projeto, o efeito no processo do orçamento foi espantoso. Esse é o maior programa social da história do México (SZ & ELY, 2004).

Alguns estudos mostram que o Brasil gastou quantidades expressivas de recursos em programas sociais, o problema que pensamos perceber é que chegou ao pico, o resto se perdeu na burocracia, na fraude, etc. Por isso, o PFZ incorporou um sistema de planejamento para o quanto eficiente do uso dos recursos pessoais e os resultados que poderão ser alcançados com o controle de custos no campo estrutural e tático das políticas específicas.

O programa brasileiro reconhece que as políticas sociais, com exceção das que são prestadas no Orçamento da Seguridade Social e do Fundo de Assistência Social, estão permeadas entre muitas cortes e negociações subordinadas aos condicionamentos e exigências. Assim sendo, o projeto propõe que as propostas apresentadas estruturais, específicas e locais se incidam e orientem prioritariamente na federação. E também reconhece o "engessamento dos gastos pessoais", por isso sugere que o redirecionamento dos recursos existentes, de ser-se-ia criar outros instrumentos para financiar o programa brasileiro, como: o Fundo de Controle por recursos arrecadados pelos impostos indiretos incidentes sobre os produtos de consumo de recursos e bens por parte de empresas e da sociedade civil ("retaining social") importante ressaltar que o programa em execução, e o seu financiamento, com recursos do Governo Federal e empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No ano de 2002, o programa em execução recebe uma quantidade maior de recursos do BID.

Em relação ao estado atual, percebe-se o contrário do programa em execução, o PFZ procurará estabelecer um novo conjunto de prioridades e táticas no campo de transferência de recursos. De acordo com BEL & DEL GROSS (2003), os investimentos realizados na preparação e desenho do PROGRESA consistiram em recursos, por sua administração e os possíveis desvios foram minimizados.

Ocorre, entretanto, que neste período do programa brasileiro verificamos que houve "res" de suas propostas originárias. Cabe mencionar que, com a extinção do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, a instituição original do Fome Zero foi suplantada. Esse fato é típico nas desarticulações e fragmentações das ações. Assim, o Programa originário posto em segundo plano, e a sequência gerada neste programa de transferências de renda condicionada – que se trata de Bolsa-Família – não pode ser afirmada que o programa brasileiro foi completamente perdido, o que está acontecendo atualmente é o fato de que o programa Fome Zero está se tornando uma proposta de transferências de renda condicionada na América Latina. O que está acontecendo por trás do projeto de desenvolvimento nacional e caindo e direções "e" políticas específicas setoriais.

4.1.c) Enfoque territorial

Nas últimas décadas, a questão de desenvolvimento territorial. A concepção de que a escassez de poder institucionalizado de desenvolvimento regional no Brasil não é diferente disso, a política específica passa a ser parte das partes da "no" concepção de desenvolvimento. Com essas análises sobre o documento dos programas percebe-se os que essa concepção oculta este e presente e suas propostas, por características diferentes.

O PFZ, em seu conjunto de propostas, destaca as políticas específicas, entre as quais o sistema de gastos incluídos com prazos, que pode ser por curto e médio prazo, com o dinheiro. De acordo com GRAZIANO DA SILVA (2003:4), esse mecanismo é importante no contexto do projeto, pois a instrução de dinarização da economia é o "oculto". Essa proposta tem o objetivo de orientar o comércio oculto, o que os benefícios do comércio interno com os produtores dos produtos primários, permitindo que a renda não extraída pelos produtores primários, principalmente por meio de desemprego, efeito típico, beneficiando todos do comércio. Portanto, é importante saber que essa proposta de política de desenvolvimento é parte integrante do conjunto das políticas de caráter estrutural.

O programa exige no seu gerenciamento, o nicho, a cidade ou região, necessária entre as decisões para orientar as ações estratégicas para o comércio. É importante que o comércio de produtos seja rotundo e diretamente participativo da sociedade na definição das prioridades e execução dos orçamentos. As funções são responsáveis

pe o resu ltado de suas ações sobre suas condições de vida presentes e futuras. Na realidade, para o progresso econômico, de que se parte para a reedificação dos países onde estão inseridos. Na realidade, este progresso está preocupado e desenhado no âmbito dos acordos, dinamicamente do grande e consequentemente desenhado individualmente.

Segundo MEDON & ORREGA (2005), no final dos anos 90 o debate em torno do desenho institucional tem sido o tema central da política econômica e política pública. Com base em experiências específicas³⁴, ocorridas a partir de 1990, e em internacionalização do diálogo de desenho institucional, associado ao processo de globalização e fundamentalmente no fortalecimento da organização da economia e da sociedade - flexível e descentralizada.

Contrastando com a visão hegemônica, surgiram discussões e experiências alternativas de desenho institucional. Experiências que, ao reconhecer o valor desse processo, incentivando a implementação de respostas específicas e intencionais, organizando os diversos setores econômicos, sociais e políticos existentes e seus territórios locais (ibid:02).

Esses autores argumentam que essas transformações refletem no fortalecimento da política pública. Nos anos 90 surgiram várias propostas de mudanças na organização da gestão pública, maior descentralização e iniciativas de descentralização da administração³⁵. Políticas públicas descentralizadas que, em linhas gerais, visam a fortalecer a organização dos governos locais e a maior participação da sociedade na condução da política pública.

Assim, o debate do "ocasião" se tornou "premente" em consenso no eixo econômico, grande parte dessas produções intelectuais exigem a capacitação de endógenos regionais no processo virtuoso de desenho institucional socioeconômico, replicando características exitosas de outros casos e, dessa forma, por serem estes os maiores responsáveis pelos resultados.

Brundage (2003): "destaque, o discurso do 'ocasião' já se propagando e tornando, existindo o papel das forças espontâneas e organizacionais, a capacitação de doadores

³⁴ A experiência da América Latina tornou-se referência para a política pública e o papel da estratégia de desenho institucional e regionais e outros países do mundo. A partir disso, é de outras experiências e sucedidas organizações internacionais, com destaque para o Banco Mundial, a partir de incentivos e estratégias de desenho institucional, reconhecendo os Estados nacionais constituídos de arranjos socio-produtivos territoriais como forma de construção de estratégias de desenho institucional e endógeno.

³⁵ No caso específico brasileiro, nos anos 90, no âmbito da Constituição Federal, nos importantes nesse processo. A profusão de conselhos locais foi uma experiência importante ocorrida ao redor, a partir dos anos 90.

ter capacidade de fundar e coordenar ações cooperativas e reflexões coletivas, fundadas nas relações de reciprocidade entre os membros do núcleo de trabalho, destinado à produção dos recursos necessários ao porte infra-estrutural, etc., são possíveis apenas nos instrumentos expressos e regras e condições sociais que são tidos, organizados e dirigidos por indivíduos próprios dos setores.

O trabalho, portanto, no interior do desenvolvimento do território participativo da sociedade. A elaboração do PFZ se destina à participação social, este projeto conseguiu, por sua elaboração, reunir sociedade civil, governantes e cidadãos. Isso demonstrou a necessidade de se fazer políticas públicas. O texto preliminar foi elaborado a partir de contribuições de especialistas durante sessões de seis meses. Foram realizados grandes encontros em São Paulo, Fortaleza e Santo André, que reuniram todo o país de 1000 participantes e de 100 contribuições por parte dos membros do projeto de propostas. Foram realizados também encontros de técnicos e especialistas de todo o Brasil. A elaboração preliminar destas propostas foi em seguida, por entidades da sociedade civil, professores, sindicatos e empresários e especialistas nacionais e internacionais que analisaram e propuseram modificações do documento, as sugestões consideradas pertinentes foram reunidas e os membros finais, o que demonstrou a elaboração de propostas pode ser feita de maneira organizada por políticas que se quer implementar.

Notase que os dois programas do desenvolvimento social e estreita coordenação entre os níveis do governo: federal, estadual e municipal. Contudo, verificamos que o programa brasileiro conseguiu atingir esse resultado de forma mais rápida devido à criação de espaços de participação. O exemplo são os Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, o qual é o estrutural do PFZ, cada um no desenvolvimento territorial que é:

participativo permanente e institucionalizado entre o poder público e sociedade civil e o fórum de debates regionais que é o desenvolvimento regional e do desenvolvimento econômico, constituído **arranjos socioeconômicos regionais que também interagem na esfera de produção, comercialização, consumo e crédito**, o conjunto da população que, portanto, é e condições de insegurança alimentar. Projeto de Cooperativismo, FAO MESA.200403, grifo nosso.

reente sient que, a composição dos CONSADs segue a seguinte distribuição: 3 dos representantes de exercício do poder público e 2 da sociedade civil. Essa composição

implicação maior participação do público nas decisões e no planejamento de ações
o todo sobre o desenho e o conteúdo.

No capítulo dois, o autor analisa os aspectos do Programa de Execução, percebe e os
que não há a instituição, esp. os participativos de gestão, entre os níveis de governo e
a sociedade civil, como no Programa de Residência, apesar de reconhecer a participação
comunitária como elemento fundamental para o desenho e o conteúdo do Programa.

Segundo o autor, existe forte ligação do Governo federal, principalmente a participação presente
e se a forma de participação está relacionada ao desenvolvimento do Programa. Método
Mais especificamente no terceiro método de participação do público. A participação da
sociedade civil ocorre da seguinte forma: primeiro, resultado da identificação dos serviços
eficazes, por meio do método de dois, se for necessário, se os serviços
eficazes. A incorporação dos serviços se dá a seguir, o reconhecimento comunitário onde
se reúne todos os serviços. Logo em seguida, o conteúdo de todo o conhecimento de
dos serviços eficazes que foram selecionados, caso haja

Considerações sobre o Capítulo

Neste capítulo, apresenta-se o presente trabalho entre o progresso e o retrocesso, e no segundo, os resultados da reorientação da política social no contexto da A

segur n i ent r co o eixo estr t gico de desen o i ento signific o es o te po, co ter fo e e g r ntir u no o" ode o q e is cresci ento econ ico co eq id de soci .

Neste ite co p r ti o dest c os q e defes d ed c o co o ti o" p r i o i iz o soci est ig do diret ente p ic o d teori do c pit h no" te tic do e -est r soci e q e por est tic s tende-se q e po rez e desig d de s o fen enos res t ntes de c s s sit d s no do nio d s decis es indi id is. Ade is, dest c os t q e, o entendi ento d po rez e desig d de co o pro e s de s in esti ento" e c pit h no" s o consens is entre os org nis os intern cion is. Estes defende q e h e idenci s cont ndentes de q e o ento do c pit h no do po re d s ch es p r red zir po rez. A c p cid de de g nh r rend c r ente f tor preponder nte p r s per o d po rez pe s f i s. s p r ger r rend indi do necessit de s de, disposi o e p r ent r rend potenci , ed c o.

PROGRESA f z p r te de progr s q e dot s tr nsfer nci s onet ri s condic ion is condition c sh tr nsfer - CQ, isto , progr s q e foc iz is criterios ente e egi i id de p r rece er enef cios. Centr se s esfor os n s cri n s p r q e r r o cic o d po rez co preoc p o pe s i ent o, ed c o e s de, de condicion r contin id de dos p g entos o c pri ento de et s re cion d s o in esti ento e c pit h no".

o PFZ poss i c r ter hi rido, e e reconhece q e so ente tr nsfer nci de rend iso d n o s ficiente p r ger r segur n i ent r e n tricion", por isso e se o o, present se eq e de propost s q e eng o po tic especific s, oc is e estr t r is. e ress t r q e esse con nto de propost s te q e ser integr d s, de is de e ser orient do por po tic de segur n i ent r e n tricion, ssoci ndo o rig tori ente o cresci ento econ ico co eq id de soci . Por isso, o Pro eto reco end e or o exec o dess s po tic s por eio de intens rtic o nos diferentes c pos de inter en o do Est do, co o o gr co s de, ed c o, o tr ho, tecnologi .

o tr q e est o, e n o enos i port nte, nest n ise so re o desen o i ento territori q e ex t c p cid de do oc de ter c p cid de de f nd r e coorden r es cooper ti s e ref ex es co eti s, f nd d s n s re es de reciprocid de entre os e ros d co n id de oc .

O progr r si eiro, dentre s s propost s, present instr entos q e i i ize din iz o d s econo is oc is. Co o o crt o i ent o, u siste de g sto

incubando cooperativas. Essa proposta tem o objetivo de orientar o comércio local, onde se que os benefícios do comércio cooperativo sejam distribuídos aos produtores do próprio município, permitindo que não extraiam seus produtos em outros municípios, principalmente para os supermercados, assim desencorajando o efeito típico de benefícios para todos do comércio.

O programa executivo sugere que o microempresário, o município, a cidade ou região, necessariamente, seja demandado para orientar suas ações estratégicas para o comércio por não apresentar formas típicas de financiamento de orientar suas atividades sociais. Na realidade, este programa está preocupado e desenvolver o capital humano das comunidades.

Neste item, o propósito dos quais o objetivo do comércio social surge de novo o propósito de desenvolvimento, associando o processo de "governança" e fundamentado no modelo de organização da economia e da sociedade, flexível e descentralizado. Dentro desta perspectiva política, são propostas por estruturas que favoreçam a organização e a participação das sociedades nas condições existentes.

Nota-se que os dois programas do nível municipal e não estreitamente coordenados entre os níveis do governo: federal, estadual e municipal. Contudo, verificamos que o programa brasileiro consegue atingir seus objetivos de forma mais rápida, atingindo seus objetivos. No contexto dos dois, o mais rápido é o do Programa executivo, porque os que participam do social não têm o mesmo compromisso com o Programa brasileiro, apesar de reconhecer a participação comunitária como elemento fundamental para o desenvolvimento do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo fundamental deste estudo foi o de realizar uma análise comparativa entre o Programa de Educação, Saúde e Alimentação Mexicano e o Programa Fome Zero Brasileiro. É importante ressaltar que nosso estudo é teórico originário de um programa Nacional de formação, portanto este trabalho foi orientado pelo seguinte questionamento: existe diferença de concepção entre estes programas? Se existe quais são? Partindo das hipóteses que se existem diferenças de concepção entre os programas brasileiro e mexicano. Acreditamos que o Programa Fome Zero, como foi iniciado anteriormente, por diversos aspectos assistenciais, tratamos o estudo de forma de forma mais apropriada para o desenho de Políticas de Segurança Alimentar como eixo estratégico de desenvolvimento econômico, ou seja o PFZ iniciou o combate fome e conquista de direitos sociais. Partindo da hipótese, tratamos os conceitos de segurança alimentar, que se, nosso entendimento dos pontos e dificuldades sobre o tema de fome e no Brasil. Então, trataremos os dois programas mexicanos PROGRESA e brasileiro Fome Zero, os quais representam, portanto, o desenvolvimento econômico e o combate à fome e a pobreza. A seguir, a seguir.

Iniciamos o trabalho apresentando o conceito de Segurança Alimentar. Nosso intuito, neste capítulo, foi destacar a importância de desenvolver políticas de segurança alimentar, a partir de que este tipo de estratégia é o retorno de estratégias políticas, ocorrendo-se assim como eixo norte-dor de desenvolvimento econômico e social. Isso possibilita, portanto, perspectivas presentes perspectivas econômicas que se referem ao oferecimento de atendimento, os processos de alimentos e rendimentos físicos são os principais componentes: perspectivas nutricionais, com enfoque nas constituintes dos alimentos proteicas, carboidratos, vitaminas, dentre outros, indispensáveis de saúde e -estudo do indivíduo, nas características e nas relações entre dieta e doenças, perspectivas sociais, o relacionamento entre alimentação e organização social do trabalho, diferenças do consumo, os ritos e estilos de vida, perspectivas culturais, interesses, gostos, hábitos, tradições e representações.

Ocorre, entretanto, que essas perspectivas relacionadas ao conteúdo de segurança alimentar, pode constituir-se em um aspecto que é difícil de executar de políticas públicas, devido ao complexo de interação entre diferentes perspectivas. Neste sentido, se faz necessário a institucionalidade transversal capaz de garantir todos os conteúdos. Percebemos, portanto, a importância de o conceito que, em dos grandes

o sistema de planejamento de sociedades de desenvolvimento reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema e, portanto, com o compromisso de manifestar-se continuamente em termos econômicos e sociais. Procurando romper com este sistema de segurança ineficiente, garantir o direito social que se tem e a construção de um desenvolvimento que priorize crescimento equitativo de sociedade.

No capítulo dois realizamos a análise sobre a implementação do Programa de Educação e Aumento do México. Nosso intuito foi destacar experiências de desenho, planejamento e gestão deste programa no campo dos programas sociais. Portanto, destacamos os antecedentes diretos e indiretos que contribuíram para sua configuração. Constatamos que o programa existe no cenário com perspectivas de superar princípios iniciais verificadas nos programas anteriores, nestes termos: educação, saúde e aumento.

Do ponto de vista dos fatores deste programa persistem a importância de constituir princípios iniciais do desenvolvimento de cidadades e habilidades das pessoas. Este fenômeno, de profundas raízes, se manifesta tanto nos aspectos de pessoas físicas e serias como na frágil inserção da população no sistema produtivo. A importância de acordo com os documentos do programa se concentra no princípio de cidadades sociais. Todo de reverter este processo, créditos e recursos, mediante entrega de pontos monetários e escolares satisfatórios.

Dentro da estrutura para superar o desenvolvimento dirigido de cidadades e habilidades das pessoas, o PROGRESA tem como objetivos: conseguir continuamente a participação e a participação crítica e complementar os recursos do capítulo humano; e dirigir os recursos físicos para a população isopor, por meio de mecanismos rigorosos e transparentes de alocação.

Ainda no capítulo dois, tratamos rapidamente do objetivo do Programa de Constituição que a partir de 2002, o PROGRESA passou a ser denominado OPORTUNIDADES, de acordo com o plano do Governo. O desenvolvimento do objetivo de outros objetivos: a construção do Programa passou de 300 000 famílias e 99 milhões e 2004; o orçamento operacional passou de 100 milhões de pesos, e 99 milhões e 2004; estende-se a distribuição de serviços de saúde para o nível superior; impõe-se o componente Participação de Oportunidades e o Esquema Diferenciado de Apoios EDA para satisfazer as necessidades do Programa e substituir o fator de promoção e o nutrição dos Comitês de Promoção Comunitária.

No capítulo 03, apresenta os o Programa Fome Zero. O início do documento é estruturado de modo consistente e coerente no sentido de segregar a alimentação e nutrição da sociedade brasileira, incluindo o direito humano à alimentação e nutrição. Constata-se que, apesar de o eixo de emergência e estruturação estar presente em todo o texto do documento, e diferentes perspectivas teóricas propostas de curto, médio e longo prazo. Esse sentido dos aspectos refere-se antes do projeto.

A proposta originária do Fome Zero em torno de três grandes eixos sistêmicos: produção de alimentos, distribuição de alimentos e programação de emergência para atender às necessidades da população excluída do mercado. Mas a equação é então definida de que está o desenvolvimento brasileiro exige o modelo de desenvolvimento econômico que privilegia o crescimento do produto interno bruto, a distribuição de renda e o acesso ao mercado interno com geração de empregos, e horas de trabalho e recuperação do poder aquisitivo da população.

O eixo central do Projeto está na convergência de duas estratégias políticas estruturais – o redistribuição de renda e crescimento do produto, geração de empregos, reforço da estrutura – e a intervenção de ordem e emergência, o que se propõe a atender às necessidades que não pode ser atendidas por outros meios pessoais.

Essa procura de construção que o Projeto Fome Zero está baseado no conceito básico do direito humano de acesso à alimentação adequada. Segurança Alimentar e Nutricional é o paradigma do desenvolvimento sustentável, a partir da geração de impactos benéficos sociais e econômicos; portanto, o Projeto sugere a ordem de duas prioridades: reduzir a fome e a desnutrição combinando a produção e o acesso de alimentos e a nutrição do setor agrícola familiar, com medidas para enfrentar o acesso aos alimentos e a nutrição; essencialmente considerar as estruturas significativas não políticas a partir do ambiente para criar condições favoráveis de desenvolvimento e longo prazo.

Ocorre, entretanto, que o Projeto sofre várias modificações, dentre elas, a nossa era de significativas mudanças no Ministério da Segurança Alimentar. No início de 2004, o eixo de reforço ministerial, o MESA foi extinto e o seu lugar foi tomado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e MDS, com essas modificações, a rede de segurança alimentar só responsável de Secretária de Segurança Alimentar e Nutricional, SESAN. As políticas específicas que estão sendo implementadas

per necer e for contin d s, tod i institucion id de do Progr n o er es De cordo co s n ises de SO ZA DO ho e re s do Progr Fo e Zero, p rtir d extin o do MESA, o q e concord os p en ente. N re id de, const t os, o n is r os o Re t rio de Gest o d SESAN, q e ho e re r r n o, o e hor dizendo, u desq uific o de a es so es deno in o q se deno in o. Progr Fo e Zero. Este f to co pro ete, c tgoric ente, o c r ter rtic r d s a es inici ente propost s.

No c p t o q t ro re iz os n ise co p r ti entre os progr s, ch g os s seg intes conc s es:

➤ PFZ, ssi co o o PROGRESA, incorpor n s s siste tic de p ne ento preocup o q u nto efici nci do u so dos rec rsos p icos. Entret nto, o progr exic no is enf tico co re o o processo de i i o. Co a perspecti de s per r s i it a es de progr s p ss dos, princip ente no q e t nge i i o, o PROGRESA desen o e u a etodo ogi rgoros desde o principio de s u for u a o, t nto q e i i o peri dic est inserid e se con u nto de orient a es estr t gic s p r o o desen o i ento do Progr As i i es u sc : e hor r o odo co o o progr oper a conhecer o efeito de c d a peso q e se g st e prest r cont s o cofre do goerno exic no". Apes r de o progr r si eiro reconhecer q e no p ss do ho e ri s irreg r id des co o tros progr s soci is, e se u doc u ento n o const a todo de i i o p r do e ses institucion is.

➤ O progr r si eiro reconhece q e s po tic s soci is, co exce o d q e s prest s no Or a ento d Seg r id de Soci e do F u do de Assist nci Soci, est o per nente ente s e it s a corte e negoci a es s u ordin d s os c a end rios e eitor is. Assi sendo, o pro eto prop e q e s propost s present d s estr t r is, especific s e oc is, se a inc u d s e u or a ento pr prio no n e feder . E e reconhece t o engess a ento dos g stos p icos", por isso s u gere q e do redirecion a ento dos rec rsos existentes, cri a o de no os portes de rec rsos, co o: o F u do de Co t e po rez a rec rsos r rec d dos pe os i postos indiretos incidentes so re os prod tos d cest a sic a do a es de rec rsos e ens por p rte de e pres s e d soci ed de ci i r eting soci i port nte ress t r q e o progr exic no, e re a o o se u fin nci a ento, cont a co rec rsos do Goerno Feder e e pr sti os do B nco Inter eric no de Desen o i ento B/D. No no de 2002, o progr exic no rece e q u nti de i h o de d res do B/D.

➤ O PROGRESA é o instrumento chave de sua proposta política educacional, enquanto o PFZ é a política de segurança alimentar e nutricional. O programa executa o seu papel de garantir a ordem econômica e social das pessoas que vivem e podem exercer a cidadania, permitindo a eles adquirir habilidades e competências necessárias para a vida, mediante seu esforço pessoal, capacidade e talento. O projeto básico com participação da comunidade é o fator importante, necessário, porém não suficiente, para se pensar o "modelo" de desenvolvimento econômico. O fator chave para este Projeto é garantir a ordem econômica e a quantidade para todos. Seus fundamentos são o direito alimentar e o direito humano básico, se e não se pode discutir os outros. Se a alimentação adequada é o ponto de partida de quantidade com o direito humano, não há direito humano. Se a alimentação adequada não há direito humano, entendido como o direito de acesso requerido, a partir de uma ciência produtiva, especialmente humana. Priorizar a política de segurança alimentar como o eixo estratégico de desenvolvimento significa o mesmo tempo, com o objetivo de garantir o "modelo" de desenvolvimento econômico com equidade social, importante saber que o programa executa, apesar de seus componentes serem a alimentação, esse não é o programa de segurança alimentar. As transferências de renda feitas no âmbito do programa executa não são destinadas ao propósito de investimentos, não podem ser incorporadas ao sistema alimentar e produtivo;

➤ O PROGRESA faz parte do programa que dotará as transferências monetárias condicionais, condição cash transfer - CCT, isto é, o programa que focaliza os critérios de elegibilidade de receber benefícios. Centrando seus esforços nos critérios para que o ciclo de pobreza não se perpetue, a política alimentar, educacional e de desenvolvimento humano, a continuidade dos programas do primeiro nível de intervenção é o investimento em capital humano. O PFZ possui caráter híbrido, e reconhece que somente as transferências de renda não são suficientes para garantir a segurança alimentar e nutricional, por isso é seu objetivo, apresentar-se como uma proposta que engloba a política específica, sociais e estruturais. Vale ressaltar que esse conjunto de propostas tem que ser integradas, de modo de ser orientado por uma política de segurança alimentar e nutricional, associando o rigoroso controle do crescimento econômico com equidade social. Por isso, o Projeto recorre e orienta o executor das políticas por meio de intensificação nos diferentes campos de intervenção do Estado, como o agrícola, social, educacional, o tecnológico, etc.

➤ Outro que está o, e não nos importante, nest análise só re o desenho i ento territorial, que ex t c p cid de do oc de ter c p cid de de f und r e coord en r ões cooper ti s e ref exões co eti s, f und d s n s re ões de reciprocidad e entre os e ros d co ãnid de oc . O progr r si eiro, dentre s s s propost s, present instr uentos que i i ize din iz o d s econo i s oc is. Co o o c r t o i ent o, siste de g sto inc do co pr de i entos. Ess propost te o o eti o de o i ent r o co rcio oc , o se a que os enefic dos co o c u po i ent o co pr sse i entos dos prod tores do pr prio ãnic pio, per itindo que rend ãno extr s sse p r r o tros ãnic pios, princip ente p r s s etr po es, ssi des enc de ndo efeito ãtip ic dor, enefic ndo todos do oc . Outros instr uentos, ãtiz dos pe o PFZ, no desen o i ento d s re s de pri id s, s o os CONSADs e o PAA. Os Cons rcios represent ã u ã for ã soci o entre ãnic pios, co p rticip o d ã soci ed de ci i e do poder p ico, p r ões con nt s de ger o de tr ã ho, rend e g r nti de seg r n ã i ent r. Constit i ã od id de de cooper o entre o poder p ico e ã soci ed de ci i p r r que ãntos poss ã disc t ir, p ã ne r decidir, e i p nt r ões o t s p r r ã seg r n ã i ent r e ã e hori d s condi ões de id d s pop ões en o id s. Enq nto que o PAA proc r ã ã ã incen ti r ã gric t r f ã i i r por eio d co pr d ã prod o de peq enos gric tores. Exe p os c ros de ã pro eto de desen o i ento territorial.

O progr ã exic ão s ã gere que o ãcroesp o, o ãnic pio, ãcid de o ã regi o, necess ri ente ã is de q d ã p r r orient r s ões estr t gic s p r r o co te po rez ã por ãno present de for ã rtic ã for ã de din iz r, de o i ent r s ã ti id des oc is. N ã re id de, este progr ã est preoc p do e desen o er o ã pit ã h ã no d s oc id des.

➤ Not se que os dois progr s d o ãnf se n p rti o soci ã e ã estreit ã coord en ã o entre os n eis do go erno: feder ã, est d ã e ã nicip ã. Cont do, erific ã os que o progr r si eiro conseg e rtic r ess ã re o de for ã is c r p r r ã ãngir se s o eti os. No c p t o dois, o ãn is r os e ã or o do Progr ã exic ão, perce e os que ã p rticip o soci ãno t o intens ãco no Progr r si eiro, pes r de reconhecer ã p rticip o co ãnit ri co o e e ento f und ã ent p r o o desen o i ento do Progr ã.

Confir ã os noss ã hip tese de que h diferen s entre os progr s ãn is dos e que o progr r si eiro PFZ e s ã for ã o origin ã ã ã ã ã no c ã po d s po tic s soci is, de ido s ã preoc p o e inc r o co te fo e conq uist dos direitos soci is. E s ã concep o origin ã, o progr r si eiro ã sc de onstr r que o co te

fo e de e ser inserido e a estratgia de desenolvimento, ssi no se refere a proposta de comite fo e. is do que e isso, se refere a proposta de segun i ent.

C e encion que, o decorrer de nossas nises, quando se os e e entos p r tngir nosso o etio e corror r nossa hip tese, nos dep r os co o tro de te, que cre os ser re ente. Apes r de no ser o o eto centr deste est do, o de te so re reorient o d po tic soci n A ric L tin represento o p no de fudo p r nossa co p r o. fto que n o pode os desconsider r, pois este de te, c c do n efic ci e equid de do g sto soci e infu enci do n e or o e exec o de rios progr s soci is de comite po rez n A ric L tin. V i os no c p t o dois que, o Progr exic no sofre fortes infu nci s d s Agenci s Intern cion is, desde s e or o o se fin nci ento.

De for ger o ser os que, o pro eto r si eiro, por eio de a proposta de segun i ent, se resg t r o de te d ni ers iz o dos direitos soci is, isso no po co e o contexto no que p redo in o no o o de po tic s soci is foc iz d s. Quanto o progr exic no, por eio d n ise de se pro eto, o ser os que se di gn stico e s s s post s se inh co gend de refor s soci is prop gn d s pe o receit rio neo i er.

BIBLIOGRAFIA

BANCO MUNDIAL. **A América Latina deveria estender os benefícios das inovações na proteção social a mais pessoas pobres.** 2003.

Disponível em <www.bancomundial.org/index.php/content/ie/fo/der/35/ht>. Acesso em: 20/08/2007.

BANCO MUNDIAL. **La Pobreza en México, una Evaluación de las Condiciones, las Tendencias y la Estrategia el Gobierno.** México, D.F. 28 de julio, 2004.

BELTRÁN, J. **Fome Zero como política de seguridad alimentaria.** Org: GORDILLO, G & GOMEZ, I. Conferencias sobre el derecho a la alimentación en el Brasil de Leticia Cárdenas do CAEM nº 3. Universidad de Brasília, 2004. p. 9-20.

BELTRÁN, J.; DEL GROSSI, M. **O Programa Fome Zero no contexto das políticas sociais no Brasil.** In: Anais do XL Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia Rural. Rio de Janeiro, julho 2003.

BELTRÁN, J. **Como as empresas podem apoiar e participar do combate à fome**. Belo Horizonte [coordenador César Henrique] — São Paulo: Instituto Ethos, 2003.

BERGLANDY & MAGALI AES. **Segurança, seguridade e direito: as diferentes faces da questão alimentar e nutricional.** O ser humano e a cidadania, 2004. Disponível em: <http://www.sociotech.org.es/informacion/previos/presentaciones/2004_r.pdf>. Acesso em: 22/08/2007.

BRANDÃO, C.A. **A dimensão espacial do desenvolvimento: uma agenda para os estudos regionais e urbanos.** Campinas, Editora, 2003. Tese de Livre Docência.

CERES, F.C et al. **Evolución y Características de La Pobreza en México en la Última Década Del Siglo XX.** Agosto 2002. Disponível em: <<http://www.sedeso.go.mx/secretaria/prospectiva/CuadernosyDoctos/PDFs%20SEDESOL/PDFs%20Documentos/Doc%202.pdf>>. Acesso em: 20/08/2007.

CAMARÁ DOS DEPARTAMENTOS. **Consultoria de Orçamento e fiscalização Financeira.** Brasília, 2005.

CANDIA, M. **Exclusión y Pobreza. La focalización de las Políticas Sociales.** Nueva sociedad, México, 1998. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/podrticos/2002.pdf>>. Acesso em: 20/08/2007.

CARDOSO, C. **Pobreza como privação de capacidades ou pobreza como destituição de direitos: alcances e impasses no pensamento de Amartya Sen.** In *Revista de Sociologia e Política*, Rio de Janeiro, 2004, p. 393.

CASAROLI, R. **Geografia da fome.** São Paulo: Brasiliense, 1974, 4. ed., 93p.

CDESC. **“Comentário Geral nº 12 – o direito humano à alimentação”.** In: ALENCAR, E. F.L.S. *Direito Internacional – direitos humanos e conquistas.* 1ª ed. São Paulo, Cortez Editor, 2002, p. 212-222.

CEPAL. **La pobreza rural em América Latina: Lecciones para una reorientación de las políticas.** Santiago de Chile, 2003.

COHEN, E.; FRANCO, R.; VILLALBA, O.P. **El programa de desarrollo humano oportunidades.** In: *Transferencias y corresponsabilidad.* México, 2004.

CONSEA. **I CONFERENCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR.** Brasília, 2 de junho de 1994.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, junho de 2004.

CORREA, S. F.; et al. **Evolución y características de la pobreza en México en la última década del siglo XX.** *Revista de Geografía de México.* México, 2002.

COMITÉ MUNDIAL SOBRE LA ALIMENTACIÓN. **Declaración de Roma sobre la Seguridad Alimentaria Mundial.** Roma, 1996. Disponible em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.htm>>. Acesso em : 21/08/2006.

DASILVA, B. **A experiência de intervenções de transferência de renda no México rural: evidencias dos programas PROGRESSA E PROCAMPO.** In *Combate à fome e à pobreza rural.* Org: ARAÚJO, M.; GRAZIANO DA SILVA E BELLI. Campinas: UNICAMP, 2002.

DEDECCA, C. **Os estudos recentes sobre a pobreza e as novas diretrizes metodológicas: uma reflexão a partir das famílias e domicílios rurais pobres.** *Workshop Internacional Estratégias de combate à pobreza rural: situação e perspectivas.* Campinas, SP, 2005.

D AZ, D et al. **El combate a la pobreza: una cuestión de gobernabilidad.** México, octubre, 2002.

DRA/BE, S. **O Sistema de Proteção Social E Suas Transformações Recentes.** Serie Reformas De Políticas Públicas 4, SANTIAGO: CEPAL, 1993.

DR ZE, J. & SEN, A. **Hunger and Public Action.** Oxford, Clarendon Press, 1989.

FAO- Organización de Naciones Unidas para Agricultura y Alimentación.
FS/ECI. **Evaluación de la seguridad alimentaria.** Versión preliminar, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Projetos Corta Gastos da Área Social do Próximo Governo.** 03/09/2002, P A4.

FORD, D. **Enfoques conceptuales y Sistema de Información sobre Seguridad Alimentaria.** In: Políticas de Seguridad Alimentaria y Nutrición en América Latina. Pg:29-49. São Paulo, 2004.

GEORGE, S. **O Mercado da Fome: as verdadeiras razões da fome no mundo.** Paz e Terra, 1997.

GORDILLO, G. **Fome: a resposta brasileira.** Jornal Valor Econômico. 05/08/2003.

GORDILLO, G & GOMEZ, I. **Conversaciones sobre el hambre:derecho a la alimentación em el Brasil de Lula.** CADERNOS DO CAEM, nº 3, Universidade de Brasília, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, A.; BELLI, A. & ARAÚJO, M. **Para os críticos do Fome Zero** Teoria e Debate. Fundação Perseu Arinos. Pg: 1-22, São Paulo, agosto de 2002.

GRAZIANO DA SILVA, A.; DEL GROSSI, M.; ARAÚJO, M. **Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil.** Anexo para Discussão nº 00. Campinas: Instituto de Economia, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, A. **Fome Zero, uma política de segurança alimentaria.** Org: GORDILLO, G & GOMEZ, I. In **Conversaciones sobre el hambre:derecho a la**

alimentación em el Brasil de Lula. Cadernos do CAEM no 3, Universidade de Brasília, 2004, p. 54-62.

GRAZIANO DA SILVA, A.; ALMEIDA, M. **Fome Zero – política pública e cidadania.** In: *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. Teresopolis, RJ, 2004.

GRAZIANO DA SILVA, A. **Guarda-chuva Social.** AGROANALYSIS. **Fome Zero Em Debate.** Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia, 2003, p. 3-11. Edição Especial.

WOLFF, Anete B. L. **As novas políticas sociais de combate à pobreza na América Latina: dilemas e Paradoxos.** In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O Papel do Estado na Luta Contra a Pobreza, 2003, Recife. in: *Seminário e Workshop Internacional de Estado e Luta Contra a Pobreza*, 2003, p. 3-29.

ANNERY, Anete B. **Brazil's Bolsa Escola Program: The Role of Local Governance in Decentralized Implementation.** *Social Safety Nets Primer Series*. Washington D.C.; The World Bank, 2005.

DESSE, C.M. **Desenvolvimento Territorial no Brasil: a experiência dos consórcios de segurança alimentar e desenvolvimento local.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Teresopolis, Teresopolis, 2004.

MALFARDES, R. S. et al.: **"Segurança Alimentar, Desenvolvimento Sustentável e Planejamento agroalimentar"**. In: *Agricultura Sustentável e o Ambiente*, EMBRAPA, Brasília, SOPEA, 1994.

MALFARDES, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. **Caderno 'Segurança Alimentar'.** Cadernos do N/CAMP. Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.cnpdq.org.br/direitos_sos/Alimentacao/Conferencias.htm>. Acesso em 20/02/2004.

MAXWELL, S.; SLATER, R. **Food policy old and new.** *Development Policy Review*, n. 2, p. 53-55, 2003.

MEDEIROS, L. G. **A Economia Diante Do Horror Econômico.** Doutorando em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia, Rio de Janeiro, Maio 2004.

MENDONÇA, A. N. & ORTEGA, A.C. **“Estratégias de desenvolvimento territorial rural: Governo FHC x Governo Lula”**. In: Anais do X Encontro Nacional de Economia Política Científica, SEP, 2005

MENEZES, F. **Segurança alimentar e sustentabilidade: complementaridade e conflitos**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: CPDA, 1997.

MENEZES, F. **Incapacidade de acesso e ameaça à soberania alimentar**. Rio de Janeiro: FASE/RIAD, 1998.

MENEZES, Francisco. **Segurança Alimentar: um conceito em disputa e construção**. IBASE, Rio de Janeiro, 2000. 23 p.

OLIVEIRA, S.P. & ALBUQUERQUE, A. **Modelo de Consumo Agroindustrial: homogeneização ou Diversificação dos Hábitos Alimentares**. In: Cadernos de Teoria e Prática, Campinas, 4, 1997.

OLIVEIRA, S.P. & ALBUQUERQUE, A. **Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar**. Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

ORTEGA, A.C. **Desenvolvimento Territorial e Descentralização da Gestão Pública no Brasil: Limites e Potencialidades dos CONSADs**. 2004.

PARTELLA, S. & SCORZA, J. **Evaluación del Programa de Educación, Salud y Alimentación (PROGRESA) a partir de: Indicadores de Seguimiento, Evaluación y Gestión 1998-2001**. CIDE División de Economía, Centro de Investigación y Docencia Económica México, 2001.

PELLEGRINO, A.M. **A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação no Brasil**. Documento e trabalho apresentado ao Brasil do relatório especial do Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre o direito à alimentação. IPEA, SEDH; MRE. Brasília, 2002.

PESSANI, A. L. **Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e Conexões ao caso brasileiro.** Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

PESSANI, A. L. **A experiência Brasileira em Políticas Públicas para a Garantia do Direito Ao Alimento.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro, 2002.

PEREIRA, W. C. **Modelos De Desenvolvimento E Políticas Sociais Na América Latina Em Uma Perspectiva Histórica.** Planejamento de Políticas Públicas, nº 2 - junho de 1995.

POCIMAN, M. **Desenvolvimento com inclusão social: in Combate à fome e à pobreza rural.** Org. ABRAG, et al. São Paulo: Instituto Cidani, 2002.

PROGRESA. **Más Oportunidades para las familias pobres. Secretaria de Desarrollo Social.** México, 1999.

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/MESA. **Informe final projeto CONSADs. PROJETO FAO TCP/BRA/2905.** Equipe E.F., 2004, no período 2004.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta de segurança alimentar para o Brasil.** São Paulo, Instituto Cidani, Fundação de Desenvolvimento Gerencial, 2003.

QUENEN, et al. **PROGRESA de México: Focalización Innovadora, Centrado en El Género y Susefectos en El Bienestar Social.** Banco Mundial, 2003.

REDE DE INFORMAÇÃO E AÇÃO PELO DIREITO À SEGURANÇA ALIMENTAR (FAN). **Combate à fome e o direito humano à alimentação no Brasil: O primeiro ano do Programa Fome Zero do governo LULA.** 2004.

RELATÓRIO DE GESTÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR (SESAN). 2004.

Disponível em: http://www2.mre.gov.br/Relatorios_gestao_2004/relatorios2004_01.sp. Acesso em: 15/09/2004.

RELATÓRIO NACIONAL BRASILEIRO: **CÚPULA MUNDIAL DA ALIMENTAÇÃO.** FAO. Ministério de Estado das Relações Exteriores. Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dts/relatoriobras-CMA96.doc>>. Acesso em: 20/07/2006.

ROCI, A. S. **Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos?** Se in rio Especi
Mini-f r e ho en ge os 4 nos do IPEA. Rio de neiro, 2004. Dispon e :
<http://www.fundacion.org.br/iep/EP0083.pdf>. Acesso e : 20082007.

SALAY, E. **Hábitos Alimenticios y aspecto nutricionales calidad los alimentos.** Org.
BELI, . In: Politic s de segurid d ali ent r y nutricti n en A ric L tin S o P o:
I n citec, 2004.

SCQUA, .R. **Distribuição los subsidios alimentarios en México.** C/DE, M xico, 2002.

SCQUA, .R. **Análisis del programa de educación, salud y alimentación.** En: Experienci s
Exitos s de co te a apo rez r r . CEPAL, M xico, 1999.

SECRETARIA DE DESARROLLO SOCIAL. **Más oportunidades para las familias
pobres. Evaluación de Resultados del Programa de Educación, Salud y Alimentación.**
Pri eros A nces, 1999, M xico.

SIMÕES, C.P. **“Quem Pariu Mateus, Que O Balance” Contribuições para a Avaliação
do Programa Bolsa Família no Município de Recife.** Dissert a o e Engenh ri a de
Prod u o. ni ersid de Feder a do Rio de neiro. Rio de neiro, 2007.

SOZA, L.R. **Uma análise preliminar do “revés” do Programa Fome Zero: Uma política
Social de Desenvolvimento.** Mestr do e Econo i a ni ersid de Feder a de er ndi a
nstit to de Econo i a er ndi a 2007.

SZELY, M. **Confie nas pessoas, mas avalie o programa.** B/DAM R/CA, 2004.
Dispon e e : http://www.iid.org.id.eric/index.cf_thisid=32. Acesso e :
22032007

A AAG, M. **A implantação da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus
limites e desafios.** ese de Do tor do. nstit to de Econo i a ni ersid de Est d a de
C a pin s. C a pin a 2007.

A APA, .R.B., **Políticas Sociais na América Latina: Diagnósticos e Recomendações das
Agências Multilaterais no início dos Anos 90.** N/CAMP, 1993.

ALEN, E. F.L.S. **Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos.**
2003. Disponível em: <http://www.fbsan.org.br/flavio.htm>. Acesso e : 2022007

WILLIAMSON, J. **Latian American adjustment.** Institute for international Economics. Washington D.C. 1990.

YASBE, M.C **O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras.** São Paulo Perspec. v. 8 no.2 São Paulo, Apr. de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=rttext&pid=S002-883920040002000202200>. Acesso em: 20/2/2007

ANEXO A - Subsídios Alimentares

Nos últimos decênios do século XX, políticas de subsídios alimentares no México passaram por duas reformas importantes. E desde o início de 1980 se iniciou uma redução significativa dos subsídios gerados, os quais haviam sido o cenário das políticas alimentares por décadas, e gerava-se a priorização de mecanismos de focalização. Assim, entre 1989 e 1990 os subsídios gerados reduziram de 0,4% para 0,49% do PIB, enquanto que os mecanismos de focalização passaram de 0,3% para 0,2% do PIB.

Ocorre, entretanto, que estas reformas representam um avanço importante na direção de estes subsídios. Em primeiro, os subsídios gerados induziram à redução do custo dos recursos e redução dos custos de focalização. Segundo, a direção de estes subsídios alimentares não representa o mecanismo efetivo de focalização para os pobres no México. Terceiro, os mecanismos de focalização, apesar de poderem corrigir os erros de inclusão dos subsídios gerados, não resultam em redução efetiva deste propósito.

Do seu caráter não concentrado no México, estes subsídios têm pouco logrado chegar de forma prioritária às populações pobres, principalmente que se concentram no setor rural. Como podemos apreciar na tabela, enquanto que a maioria das necessidades nutricionais em crianças com idade entre 0 e 5 anos se concentram na região sul do país, contra 3% na Cidade de México. Somente 5% dos benefícios dos programas de subsídios alimentares se encontram nesta região em 1988, e recebe apenas 8,4% dos recursos oferecidos pelos três programas principais identificados na tabela, contra 5,5% de beneficiários e que se 0% dos subsídios concentram na Cidade de México (SCQA, 2002).

Tabela A1 Distribución regional de los hogares beneficiarios y de los recursos recibidos (1998)

	Norte	Centro	Cd. México	Sur
Desnutrición niños	0.8%	33.0%	3.3%	30.8%
Licencias	3.3%	3.3%	2.3%	.%
Activos totales	3.3%	8.0%	4.3%	2.4%
Dif. de ingresos	.%	35.0%	9.5%	33.0%
Subsidios Alimentarios	0.9%	0.0%	5.5%	5.0%
Recursos Recibidos	9.4%	3.3%	08.0%	8.0%

Fonte: Banco Mundial, 1991 *apud* SCOTT, 2002.

A segunda fase de reformas foi iniciada no final de 1990 com grande sucesso, conseguindo corrigir os desequilíbrios dos subsídios alimentares no México. Até 2000 mostramos o novo padrão de distribuição destes subsídios entre 1994 e 2000. Segundo SCOTT (2002) citando Pesquisa Nacional de Nutrição de 1999, a participação prioritária dos subsídios universais tem se reduzido significativamente enquanto que a participação dos subsídios no setor rural cresce de ter o primeiro quartil.

Tabela A2 Distribución de los Subsidios Alimentarios

	1994	2000
Universales	0.0%	4.5%
Focalizados	38.9%	95.5%
Urbano	08.0%	23.0%
Rural	3.4%	04.4%

Fonte: Proyecto de Egresos de la Federación, 2000 *apud* SCOTT, 2002.

Estados se explicam principalmente por transferências de recursos fiscais do principal subsídio gerado no programa focalizado: criação do Programa de Educação, Saúde e Alimentação PROGRESA em 1997 e seu rápido crescimento financeiro e grande medida dos recursos investidos pelo programa de subsídios gerado anteriormente.

ANEXO B - Mensuração da Pobreza Mexicana

Para assegurar a pobreza no México o Comitê Técnico para o Método de Pobreza integrado por um grupo de especialistas nacionais de diversas instituições científicas e o governo, elaborou o método. Este método foi utilizado para caracterizar o complexo fenômeno da pobreza no México quantificando nos seguintes aspectos: incidência e intensidade, com o teste de profundidade; ii) as políticas, programas e ações do setor público orientadas para a pobreza; iii) desenvolver nos instrumentos de política social.

A fonte de informação para a estimativa da pobreza foi a Pesquisa Nacional de Rendimentos e Gastos dos Domicílios ENIGH e realizada entre agosto e dezembro de 2000. Considerou-se que o coeficiente é transparente e é bastante preciso para a estimativa da pobreza corresponde às medidas do tipo monetário. Neste método, a determinação do Coeficiente de Equivalência da Pobreza monetária e do coeficiente de equivalência de renda por pessoa. A metodologia representou o primeiro passo para a própria estimativa da pobreza.

A Secretaria do Desenvolvimento Social, com este método, identificou três níveis de referência para a identificação da população de acordo com o rendimento por pessoa: i) entre as famílias pobres de capital desiguais, ii) e de patrimônio inferior, iii) Cabe ressaltar que a incidência da pobreza no México, ocorre em todas as zonas rurais que existem.

Tabela B1: Porcentagem de domicílios pobres de acordo com a metodologia

Níveis de pobreza	Renda*	% no	Nacional
Pobreza i) entre	34,	9,8	8,7
Pobreza de capital desiguais	4,4	12,	25,3
Pobreza de patrimônio	10,7	34,	45,9

* coeficientes de renda de 5000 unidades.

Tabela B2: Números de pobres (em milhões)

Linhas de pobreza	Renda*	População	Número
Pobres absolutos	2,8	4,4	4,4
Pobres de capacidades	3,4	2,3	5,7
Pobres de privação	4,9	5,3	0,2

* Capacidades inferiores de 5000 habitantes.

As tabelas 03 e 04 demonstram, respectivamente, percentagem e o número de milhões de pobres partindo de todo o território do Comitê para o desenvolvimento no México. Este último indicador não passa sequer de cinco milhões de pessoas em condições de pobreza absoluta, de cerca de quatro milhões de pessoas em condições de pobreza de capacidades e quase cinco milhões de pessoas em condições de pobreza de privação. A partir desses três níveis de pobreza podem distinguir-se condições de vida da população que se encontram em distintos graus de pobreza e desenvolver estratégias de intervenção específicas às suas necessidades, assim como o desenvolvimento do governo.

ANEXO C - Questionário sócio-econômico dos Domicílios

As informações obtidas do questionário são características socioeconômicas de os lugares foram desenvolvidas para reconhecer e controlar os tipos de fatores que influenciam a determinação da pobreza. Estas variáveis se definem e detêm mediante as análises das fontes de informação socioeconômica nacional.

Estrutura do lugar

- Número de pessoas
- Identificação do chefe do lugar
- Atribuições do chefe do lugar, que e quem toma decisões, pessoa responsável de atender às crianças e caso de enfermidade
- Idade e sexo de cada membro do lugar
- Parentesco de cada indivíduo com o chefe do lugar
- Identificação do pai de cada membro do lugar
- Identificação da mãe de cada membro do lugar
- Estado civil de cada membro do lugar, maior de 2 anos
- Identificação dos cônjuges ou casais de os membros do lugar

Características individuais

- Alfabetização: se o indivíduo pode ler e escrever em linguagem padrão e ler o nível de 5 anos de idade;
- Escolaridade: se a pessoa fez escola padrão e ler o nível de 5 anos de idade, grau escolar e nível de educação do indivíduo, padrão e ler o nível de 5 anos de idade;
- Línguas indígenas: indivíduos que falam língua indígena padrão integrante do nível de 5 anos de idade;

Ocupação

- Categoria de trabalho;
- Categoria de trabalho dentro das seguintes: trabalho aposentado, incapacitado, não trabalhador, trabalhador do setor anterior; padrão e ler o nível de 8 anos de idade;
- Ocupação padrão e ler o nível de 8 anos de idade, classificado do tipo de trabalho dentro das seguintes categorias: assalariado, contratado, trabalhadores domésticos, proprietários, trabalhadores independentes;

Renda dos membros do lugar

- Renda do trabalho: quantidade de renda do trabalho principal, padrão e ler o nível de 8 anos de idade, quantidade de renda de outros trabalhos, padrão e ler o nível de 8 anos de idade;
- Renda do trabalho: renda de outras fontes, pensão de aposentado, subsídios, ingresso por renda padrão e ler o nível de 8 anos de idade;

Benefícios de programas sociais

- Benefícios de programas sociais recebidos pelos membros do lugar
- Bolsas de educação social
- Benefícios do Instituto Nacional Indigenista
- Subsídios para capacitação dos trabalhadores - PROBEAC
- Programas de emprego temporário
- Benefícios produtores agrícolas - PROCAMPO
- Leite subsidiado - L/CONSA
- Distribuição de cestas básicas de alimentos - D/F
- Programas de trabalho subsidiado - F/DEL/S

Saúde e acesso aos serviços dos integrantes do lugar

- Serviços de saúde;
- Serviços que utilizam os membros do lugar;
- Deficiências físicas ou psicológicas;
- Número e idade dos membros do lugar e das seguintes deficiências: cegueira, deficiência mental, necessidade de assistência para o trabalho

Características da moradia

- Composição do edifício;
- Materiais principais dos pisos, tetos e paredes;
- Número de habitantes por edifício; número de quartos;
- Serviços;
- Disponibilidade de água encanada e electricidade;
- Moradia própria ou alugada;
- Propriedade de bens domésticos e consumo, refrigerador, televisão, computador, etc.;

Terra e animais

- Número de lotes de terreno e tamanho;
- Uso da terra para agricultura, criação de animais;
- Tipo de terra - irrigação;

Durante o recenseamento os residentes são entrevistados sobre as características socioeconómicas, utilizando questionário que o entrevistado preenche sobre os serviços de educação, saúde, transporte e serviços, bem como o nível de produção agrícola e serviços. Este formulário é preenchido pelos representantes locais.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)